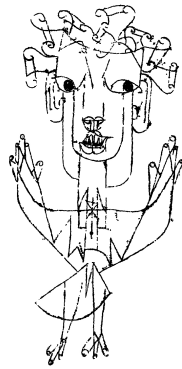


R E V I S T A
A N G E L U S
N O V U S
7





“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.”

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*

Conselho editorial

André Sekkel Cerqueira (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Breno Ferraz Leal Ferreira (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Dirceu Franco Ferreira (Mestrando em História Econômica, FFLCH-USP); José Pacheco dos Santos Júnior (Mestrando em História Econômica, FFLCH-USP); Julia Gumieri (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Luciano Thomé (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Marina Maria de Lira Rocha (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Pâmela de Almeida Resende (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP).

Conselho científico

Adone Agnolin (FFLCH-USP); Adriana Zierer (UEMA); Ana Maria de Almeida Camargo (FFLCH-USP); Ana Paula Tavares Magalhães (FFLCH-USP); Anderson Zalewski Vargas (UFRGS); André Roberto de Arruda Machado (UNIFESP); Anita Novinsky (FFLCH-USP); Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (FFLCH-USP); Carlos Almeida Bacellar (FFLCH-USP); Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (FFLCH-USP); Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (MP-USP); Christian Castillo (UBA, Argentina); Cláudia Wasserman (UFRGS); Danilo José Zioni Ferretti (UFSJ); David Maciel (UFGO); Eduardo Morettin (ECA-USP); Eduardo Natalino Santos (FFLCH-USP); Elias Thomé Saliba (FFLCH-USP); Flávio de Campos (FFLCH-USP); Felipe Santos Magalhães (UFRRJ); Gabriela Pellegrino Soares (FFLCH-USP); Henrique Soares Carneiro (FFLCH-USP); Hilário Franco Júnior (FFLCH-USP); Horacio Gutiérrez (FFLCH-USP); Iris Kantor (FFLCH-USP); João Paulo Garrido Pimenta (FFLCH-USP); José Flávio Motta (FEA-USP); José Geraldo Vinci Moraes (FFLCH-USP); José Jobson de Andrade Arruda (FFLCH-USP); Leila Leite Hernandez (FFLCH-USP); Marcelo Rede (FFLCH-USP); Maria Amélia Mascarenhas Dantes (FFLCH-USP); Maria Cristina Cortez Wissenbach (FFLCH-USP); Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ); Maria Helena Pereira Toledo Machado (FFLCH-USP); Maria Luíza Corassin (FFLCH-USP); Marina Mello e Souza (FFLCH-USP); Marlene Suano (FFLCH-USP); Maurício Cardoso (FFLCH-USP); Mary Anne Junqueira (FFLCH-USP); Paulo Antonio de Freitas Balanco (UFBA); Paulo Teixeira Iumatti (IEB-USP); Regina Célia Lima Xavier (UFRGS); René Ernaini Gertz (UFRGS, PUCRS); Rodrigo Ricupero (FFLCH-USP); Sara Albieri (FFLCH-USP); Sylvia Bassetto (FFLCH-USP); Vera Lucia Amaral Ferlini (FFLCH-USP).

Pareceristas que colaboraram com esta edição

Aldair Carlos Rodrigues (UNICAMP); Ana Lúcia Lana Nemi (UNIFESP); Ângelo Alves Carrara (UFJF); Angelo Adriano Faria de Assis (UFV); Carlos Alberto Ribeiro de Moura Zeron (USP); Cláudia Maria das Graças Chaves (UFOP); Edison Minami (Universidad de Navarra); Francisco Denis Melo (Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA); Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ); Irma Rizzini (UFRJ); João Diogenes Ferreira dos Santos (UESB); José Carlos Vilardaga (UNIFESP); Karl Schurster Verissimo de Sousa Leão (UPE); Leandro Antonio de Almeida (UFRB); Luciana Fernandes Boeira (Dra. pela UFRGS); Luiz Antonio Silva Araújo (UFSB); Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (UnB); Marcello de Souza Magalhães (UERJ); Marcos Antonio Lopes Veiga (Dr. pela USP); Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN); Maria Isabel de Siqueira (UNIRIO); Marilene Antunes Sant'Anna (UNISUAM); Maximiliano Mac Menz (UNIFESP); Paulo César Possamai (UFPel); Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP); Rubens Leonardo Panegassi (UFV); Rui Luís Rodrigues (UNICAMP); Sezinando Luiz Menezes (UEM); Taís Campelo Lucas (Dra. pela PUCRS).

REVISTA ANGELUS NOVUS

PUBLICAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Perspectivas sobre o Império Português (XVI-XVIII), parte II
Ano V - Número 7 - 2014 - ISSN 2179-5487

REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: revistas.usp.br/ran

Ficha catalográfica

Revista Angelus Novus / Publicação dos Pós-graduandos em História Social e História Econômica da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP – Ano V, n. 7, 2014.

ISSN 2179-5487

1. História
 2. Historiografia
 3. Ciências Sociais
-

Indexada na base de dados em

Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX

Imagem da capa

Urbs Salvador (36 x 28 cm), de John Ogilby, 1671, Londres. ©Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.

Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

Editor-chefe Dirceu Franco Ferreira

Vice-editora Julia Gumieri

Secretário Breno Ferraz Leal Ferreira

Divulgadores José Pacheco dos Santos Júnior e Pâmela de Almeida Resende

Editor de arte Luciano Thomé

Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária
São Paulo – SP – CEP 05508-900
Caixa Postal 8105

Endereço eletrônico

angelusnovus@usp.br

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 3.0)

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ	
: Perspectivas sobre o Império Português (XVI-XVIII), parte II	
“Doces tributos”	
: Antônio Vieira e o pacto da Restauração Marcello José Gomes Loureiro	II
A dízima da Alfândega de Salvador e o Império Ultramarino Português na primeira metade do século XVIII	
Hyllo Nader de Araújo Salles	31
“Projeto Montevideú”	
: a atuação do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca nos limites entre América portuguesa e espanhola (1723-1732)	
Victor Hugo Abril	49
Entre a lei e a prática	
: comércio de escravos e soberania dos Estados ibéricos no Rio da Prata colonial	
Hevelly Ferreira Acruche	67
ARTIGOS LIVRES	
Fragmentos da história do São José	
: uma (re)construção a partir dos conceitos de memória, lugar e identidade	
Hezrom Vieira Costa Lima Jéssica Camêlo de Lima	89
No abrir das cortinas	
: comemorações, tempo presente e educação	
Ana Luíza Mello Santiago de Andrade	105
Memórias femininas enunciadoras da história	
: estratégias de umbandistas e católicas em Santa Catarina	
Clarice Bianchezzi Cristiana de Azevedo Tramonte	129



Imagem da capa *Urbs Salvador*, publicada em 1671 no atlas *America: Being the Latest, and Most Accurate Description of the New World*, de John Ogilby, em Londres; e no atlas de Arnoldus Montanus *Die Nieuwe en onbekende Weereld: Of Beschryving van America en't Zuid-land*, publicado em Amsterdã. A autoria da gravura é controversa e parece representar a cidade algumas décadas anteriores à publicação das obras referidas. No bifólio aqui reproduzido constam as seguintes legendas em latim: A, Convento do Carmo; B, Porta do Carmo (dos muros da Cidade); C, Colégio dos Jesuítas; D, Convento de São Francisco; E, Sé Primacial; F, Cárcere; G, Corte do marquês e vice-rei do Brasil; H, Porta de São Bento; I, Subúrbio; K, Mosteiro de São Bento; L, Armazéns; M, Forte do Mar (São Marcelo); N, Lago artificial; O, Forte Santo Alberto.

EDITORIAL

Na *Urbs Salvador* que ilustra a capa desta edição, a capital colonial em terras brasileiras parece se apequenar diante das naus que se aproximam. Nessa “visão de pássaro” – como eram chamados os mapas panorâmicos – o segundo maior porto marítimo do Império Português encontra-se em segundo plano. Se tornaria de fato ainda menor diante da ascensão da economia do ouro das Minas e da crescente importância da baía do Rio de Janeiro nos negócios ultramarinos a partir do século XVIII.

Nesta sétima edição da *Revista Angelus Novus* (RAN) os leitores terão acesso aos textos da segunda parte do Dossiê “Perspectivas sobre o Império Português (XVI-XVIII)”.

Marcello José Gomes Loureiro abre o Dossiê com o artigo “Doces tributos”, sobre a influência de padre Antônio Vieira no processo da Restauração da coroa lusitana e da recuperação econômica do Império, quando se firmaram os acordos com a Holanda para a recuperação do Nordeste açucareiro. Loureiro apresenta alguns argumentos de Vieira favoráveis à ideia de monarquia pactuada, algo aparentemente excêntrico para o Antigo Regime.

Escolhida para dialogar com os temas do Dossiê, a gravura da capa é uma versão colorizada daquela originalmente publicada em 1671 na obra de Arnold Montanus, *Die Nieuween Onbekend Weereld van America*; e em sua versão inglesa de John Ogilby, *America*; referências obrigatórias para os estudos de cartografia do período. Estupefato com a intensa movimentação de navios, com as edificações, com as estruturas dos fortes e com o Farol da Barra em pleno funcionamento, navegadores como William Dampier (1651-1715) faziam descrições detalhadas desse porto, em grande medida influenciados por imagens como essa, acessíveis aos viajantes e negociantes britânicos e de outras partes que assediavam a costa brasileira no final do século XVII.

Como ficou a situação dessa importante praça comercial no início da “febre do ouro” é tema do artigo assinado por Hyllo Nader de Araújo Salles, intitulado “A dízima da alfândega de Salvador e o Império Ultramarino português na primeira metade do século XVIII”. Ao restabelecer a dízima da Alfândega no porto da “*urbs Salvador*”, a Coroa lusitana buscava suprir as necessidades de autodefesa do território colonial onerando os potentados

locais, medida que apareceria na pauta de algumas revoltas na primeira metade do setecentos nesta capital.

Victor Hugo Abril disserta sobre a atuação do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca no chamado “Projeto Montevideu” de 1723, quando a coroa portuguesa buscou então fortalecer sua influência na fronteira do Prata, inserindo Montevideu nos planos de expansão e conquista.

O Dossiê se encerra com o texto de Hevelly Ferreira Acruche, “Entre a lei e a prática: comércio de escravos e soberania dos Estados Ibéricos no Rio da Prata colonial”. A autora analisa as estratégias usadas por comerciantes para burlar o fisco das coroas ibéricas no rio da Prata, na segunda metade do século XVIII. Esse texto revela a importância das relações entre autoridades fiscais e contrabandistas para a existência do fluxo de mercadorias e escravos naquela região.

Na seção de Artigos Livres, esta edição apresenta três relevantes abordagens historiográficas sobre memória.

Hezrom Vieira Costa Lima e Jéssica Camêlo de Lima são os autores de “Fragmentos da História do São José: uma (re)construção a partir dos conceitos de memória, lugar e identidade”. Com base em relatos orais produzidos por antigos moradores, os autores reconstituem os laços de pertencimento e identidade entre os depoentes e o lugar onde vivem. O olhar para a construção da narrativa da identidade, com base na história vivida, permite aos autores produzir sua própria narrativa histórica sobre o bairro do São José, em Campina Grande, PB.

Ana Luíza Mello Santiago de Andrade é autora do artigo “No abrir das cortinas: comemorações, tempo presente e educação”. Embalada pelas abordagens da jovem historiografia da História do Tempo Presente, a autora analisa as comemorações realizadas entre 1988 e 1998 pelo Colégio Coração de Jesus, instituição de ensino privada e católica de Florianópolis. A atenção da autora está voltada para a forma da realização das comemorações e os usos da memória no contexto desses espetáculos. O texto traça importante diálogo entre história e antropologia, no esforço de compreender a festa como estratégia política de inserção da instituição na comunidade, fortalecendo seus vínculos culturais comuns.

Clarice Bianchezzi e Cristiana de Azevedo Tramonte dividem a autoria de “Memórias femininas enunciadoras da história: estratégias de umbandistas e católicas em Santa Catarina”. A investigação proposta pelas autoras consiste em compreender o papel da memória em coletivos femininos religiosos, particularmente entre umbandistas e católicos de Florianópolis.

Com mais essa edição a RAN vai, aos poucos, se consolidando como periódico de divulgação das pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação brasileira, com ênfase nas ciências humanas.

Boa leitura!

Os Editores

André Sekkel de Cerqueira

Breno Ferraz Leal Ferreira

Dirceu Franco Ferreira

José Pacheco dos Santos Júnior

Julia Gumieri

Luciano Thomé

Marina Maria de Lira Rocha

Pâmela de Almeida Resende

REVISTA ANGELUS NOVUS

“Doces tributos”
Antônio Vieira e o pacto da Restauração

Marcello José Gomes Loureiro

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

Nos difíceis anos após o golpe da Restauração, o padre Antônio Vieira apresentou projetos que permitem uma aproximação com a ideia de monarquia pactuada. O propósito deste trabalho é então apresentar alguns dos argumentos do padre em prol dessa ideia.

Palavras-chave Restauração, Antônio Vieira, monarquia pluricontinental.

Abstract

In the arduous years after the coup of the Restoration, the father Antônio Vieira has presented projects that provide an approach with the idea of agreed monarchy. The purpose of this paper is to present some of the Vieira's arguments in favor of this idea.

Keyword Restoration, Antônio Vieira, “pluricontinental” monarchy.

A opinião dos reinos e dos reis consiste de tratarem do que mais convém à sua conservação; e o príncipe que melhor se sabe conservar, é o que maior opinião adquire no mundo.¹

Na mais recente biografia sobre o Padre Antônio Vieira, Ronaldo Vainfas escreveu que “Vieira praticamente governou Portugal, à sombra do rei, a exemplo do cardeal francês Richelieu no reinado de Luís XIII”.² Ainda que possa haver algum exagero nessa afirmação, é inegável que Vieira desempenhou um papel especial nas articulações políticas do pós-Restauração.³ Pregador, conselheiro, diplomata, interferia na gestão da monarquia por meio de sermões, cartas e pareceres diversos, sempre explicitando advertências que buscavam a conservação do trono sob os Bragança. Vaticinando frequentemente o futuro do império português, tratava de temas diversos, desde as finanças e arrecadação de tributos, passando pela conduta dos oficiais régios, até a gestão da guerra da Restauração. Sem paradoxo, assuntos de importância fulcral.

Após o golpe de 1640, que resultou na ascensão do duque de Bragança ao trono, a monarquia portuguesa experimentava um dos momentos mais difíceis de sua história. Na Europa, havia necessidade de mobilizar tropas e meios, para conduzir uma guerra mal preparada contra a poderosa Castela; de assegurar a delimitação das fronteiras do reino; de obter recursos financeiros; de consolidar a legitimação da política interna; e de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia.⁴

- 1 Cf. papel que fez o padre Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses (conhecido como “Papel forte”, 1648). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 344.
- 2 Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: Jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 177.
- 3 Muito embora Vieira tenha tido enorme influência nas decisões régias, é preciso salientar que a monarquia era composta por um conjunto complexo de Conselhos Superiores e Tribunais que conformavam a polissinodia monárquica. Isso fazia com que os processos decisórios percorressem um complexo circuito, reverberando nos labirintos do paço. O próprio livro de Ronaldo Vainfas demonstra muito bem a complexidade das forças envolvidas no governo da monarquia. Sobre esse ponto, consultar: VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A Restauração (1640-1668)”. In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, pp. 295-329; HESPANHA, António Manuel. “Porque é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa?: ou o revisionismo nos Trópicos”. In: SOUZA, Laura; Júnia; BICALHO, Fernanda. *O Governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 39-62; BICALHO, Maria Fernanda. “As Tramas da Política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”, in FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. *A trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 343-371; e LOUREIRO, Marcello. *A gestão no labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- 4 SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, *passim*; COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração: 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004,

No ultramar, era preciso não apenas obter reconhecimento para a autoridade do novo rei, mas também conter a avassaladora expansão holandesa, que se verificava no oriente, na África e América. Aliás, tal reconhecimento dependia, em alguma medida, da capacidade de o centro político neutralizar essa expansão. Caso contrário, a ação militar de ingleses e principalmente de holandeses indicava que, em algumas décadas, um império secular estaria arruinado.⁵

Mercês, legitimidade e pacto social

Assim, em todo o império, o novo rei precisava de legitimidade política.⁶ Basta sublinhar que, dez anos depois da Restauração, nas conquistas, ainda havia quem dizia ser D. João IV um mero “rei de copas” ou “rei de comédia”.⁷ Em outras palavras, havia necessidade de se redefinir o pacto político que constituía a essência da monarquia, de tal modo que, mesmo sob o esforço de guerra contra Castela, a aliança com D. João IV se mostrasse mais atrativa do que aquela com Filipe IV.⁸

O sentimento de vinculação à Coroa era o instrumento primordial que permitia a integração dos distintos grupos que formavam as sociedades de uma monarquia pluricontinental.⁹ Ele era retroalimentado pelo sistema de mercês, que definia o pacto político entre os vassallos e o monarca e consistia no reconhecimento aos serviços por eles prestados. Por meio de atos de generosidade e reciprocidade, o rei concedia uma série de privilégios,

passim; MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978; e LOUREIRO. *Op. cit.*

- 5 BETHENCOURT, Francisco. “Competição entre impérios”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. II, pp. 361-385.
- 6 VALLADARES, Rafael. *Portugal y la monarquia hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34; e TORRALBA, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 Vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.
- 7 AHU_ACL_CU_005-02, cx. 13, doc. 1589.
- 8 Em termos práticos, o pacto se reafirmava pelo reconhecimento da Coroa aos seus vassallos. Autores como Fernanda Olival, Evaldo Cabral de Mello e Ronald Raminelli têm salientado como o sistema de mercês definia lealdades, laços de submissão e noções de pertencimento. Na historiografia brasileira, o primeiro a falar de um *pacto político* no império foi Evaldo Cabral, especialmente no capítulo intitulado “À custa de nosso sangue, vida e fazendas”. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Véio. O imaginário da restauração pernambucana*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2008, pp. 89-124; OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercês e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, pp. 15-38; RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 17-60; KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra*. São Paulo: Annablume, 2012.
- 9 O conceito de *monarquia pluricontinental*, em construção, permite considerar a complexidade da dinâmica

compatíveis com a “qualidade” dos vassallos, mas também com a natureza e importância dos serviços prestados.¹⁰ A capacidade de distribuir benesses na justa medida era um dos indícios de bom governo.¹¹ A economia de mercês tinha um caráter tão estruturante que a maior parte da comunicação política entre o Conselho Ultramarino e as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, nesses anos pós-Restauração, referia-se exatamente às mercês.¹² Assim, legitimidade do rei, conservação da monarquia e economia de mercês eram dimensões estreita e essencialmente articuladas; diziam respeito à noção contratualista do Antigo Regime ibérico.¹³

Entretanto, afasto-me aqui de uma larga discussão historiográfica em torno da ideia de pacto, para evidenciar como, por meio dos sermões e projetos de Vieira, é possível se aproximar um pouco mais da retórica que construiu em torno de tal ideia.

“Iguale a necessidade o que desigualou a fortuna”

Um dos problemas nevrálgicos da monarquia após o golpe era a exaustão financeira em face das ilimitadas despesas de guerra. Desnecessário dizer que a capacidade financeira era um dos indicadores que determinava se a guerra seria defensiva ou ofensiva; uma guerra

imperial portuguesa, abrangendo as questões locais, que tanto matizavam o caráter dos poderes do centro, evidenciando o autogoverno dos povos e as negociações existentes entre centro e periferia. Para o conceito, verificar: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In: *Revista Tempo*, vol. 14, n. 27, pp. 49-63.

- 10 Na América hispânica, os conquistadores esperavam também o reconhecimento do monarca. Afinal, nas palavras de Elliott: “es comprensible que confiaran en que sus servicios fueran recordados y recompensados debidamente por un agradecido monarca, que difficilmente habría de negarles a ellos y a sus descendientes el tipo de derechos que hombres de su valía podían esperar disfrutar en Castilla”. Cf. ELLIOTT, John H. “La Corona y los colonizadores”. In: *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006, pp. 189-238, p. 195.
- 11 CARDIM, Pedro. *O Poder dos afetos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 14 e seguintes.
- 12 LOUREIRO, Marcello. “O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668): notas de pesquisa”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2013. (Consultado em 28 de fevereiro de 2014; URL: «<http://nuevomundo.revues.org/65830>»).
- 13 Para a caracterização geral da sociedade, verificar: HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal: séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994; BARBAS HOMEM, António Pedro. *Judex perfectus: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal: 1640-1820*. Lisboa: Almedina, 2003, pp. 37-77; e CALAFATE, Pedro. *Da origem popular do poder ao direito de resistência: doutrinas políticas no Portugal do século XVII*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012, pp. 17-74. Embora o debate sobre a noção de “Antigo Regime nos Trópicos” extrapole os limites deste artigo, cito apenas duas referências: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João. “Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia

ofensiva, por sua vez, se repleta de vitórias militares significativas, poderia aquecer as possibilidades de acordos diplomáticos.¹⁴

Uma das chaves para o problema estava, obviamente, na ampliação da arrecadação tributária, o que punha em risco a aceitação do novo rei. Ninguém desconhecia um dos principais motivos que levaram à acusação de tirania de Filipe IV: exatamente a cobrança de impostos para a guerra, logo classificados como ilegítimos.

Para discutir a necessidade de expansão da arrecadação tributária, as cortes se reuniram pela segunda vez após a Restauração, em setembro de 1642.¹⁵ Era preciso um acordo entre os três estados do reino, que viabilizasse a manutenção da guerra e, em decorrência, a própria conservação de D. João IV no trono. Ou seja, dois anos depois da Restauração, era preciso atualizar o pacto da aclamação.

Como formal e originalmente o poder régio estava assentado em uma vontade de natureza popular,¹⁶ o ideal era que o monarca consultasse previamente as cortes antes de lançar novos tributos. O certo é que os impostos deveriam ser considerados justos, respeitar certos aspectos morais, religiosos e políticos, que, em conjunto, conformavam uma determinada ética fiscal. Não custa lembrar que, São Tomás de Aquino, referindo-se à questão tributária, escreveu que quando há justiça na República, “os súditos dão espontaneamente aos reis mais do que podem os tiranos extorquir”.¹⁷

Assentados nessa ética, os tributos tinham maior probabilidade de serem legítimos.¹⁸ Na conjuntura do pós-Restauração, melhor que fossem também justificados.

de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. In: *História (São Paulo)*, v. 31, pp. 106-145, 2012. Para a crítica: MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, especialmente pp. 63-67.

14 Era essa uma exigência constante dos embaixadores franceses, a exemplo das instruções trazidas pelo marquês de Rouillac, em 1644, que vinculavam o pouco prestígio de D. João IV à ausência de grandes vitórias militares. Os papéis diziam que D. João IV, até então, só entrara “tumuluarmente” nas terras da Espanha, sem “propósito formado de se servir das vantagens que a ocasião lhe oferecesse”. Era preciso, ao contrário, “fazer fortemente a guerra” e “ocupar o inimigo no centro de seus estados”, já que as ações precedentes não serviam de fato para “assegurar sua dignidade real”. Só assim, “sua majestade ganhará grande reputação com todos os príncipes de Europa”, a ponto de que os ministros portugueses “sejam admitidos a tratar das pazes gerais” de Munster. Cf. “Respostas dadas por sua Majestade às propostas que el-rei da França lhe enviou”. In: COELHO, Laranjo. *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza), embaixador em França*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, vol. II, pp. 216-224.

15 CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

16 Para a origem do poder na monarquia portuguesa, ver: CALAFATE. *Op. cit.*, pp. 17-74.

17 Do Reino ou do governo dos Príncipes. “De como rei e príncipe devem fazer para bem governar, por conveniência própria e pela utilidade que daí advém. E com governo tirânico dá-se ao contrário”. In: AQUINO, Tomás de. *Escritos Históricos e Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 160.

Coube ao Padre Vieira a difícil tarefa de conclamar o reino ao pagamento de impostos. Na véspera da reunião das cortes, fazia o sermão de Santo Antônio, na festa que se fez ao santo, na igreja das Chagas de Lisboa. Inspirado no Evangelho segundo São Mateus, sob a metáfora de que os portugueses eram “o sal da terra”, o padre concitava os três estados a pagar tributos, defendendo uma ideia não muito consoante aos estatutos particulares do Antigo Regime.¹⁹

Segundo a argumentação metafórica de Vieira, da mesma forma que o sal conserva as coisas, cabia aos portugueses conservar o reino, já que “importa pouco o ter tomado [Portugal, de Filipe IV], se se não conservar o que se tomou”.²⁰ Nas primeiras cortes, buscava-se “remediar o reino, nestas trata-se de remediar os remédios” aplicados. Referia-se aos tributos que foram estabelecidos para obtenção das receitas da monarquia, que se debatia nas despesas das guerras contra Castela. Demonstradas insuficientes, era necessário, agora, não apenas ampliá-las, mas sobretudo buscar meios de asseverar e legitimar os tributos: “como estes tributos não foram efetivos, como estes remédios saíram ineficazes, importa agora remediar os remédios”.²¹

Mas como? Primeiro, era necessário moderar “a violência com suavidade”, uma vez que “foram ineficazes os tributos por violentos; sejam suaves, e serão efetivos”. E, mais adiante, explicava melhor: “se é necessário para a conservação da pátria, tire-se a carne, tire-se o sangue, tirem-se os ossos, que assim é a razão que seja; mas tire-se com tal modo, com tal indústria, com tal suavidade, que os homens não o sintam, nem quase o vejam”.²² Um recurso à dissimulação.²³

Depois, Vieira defendia que todos os três estados deveriam pagar impostos, incluindo-se, portanto, nobreza e clero, que tinham, por princípio, “imunidade”. Para tanto, invocava a necessidade de os tributos não serem particulares, mas sim universais, do mesmo modo que “a lei de Cristo é uma lei que se estende a todos com igualdade, e que obriga a

18 Para a questão dos tributos, ver FERREIRA, Letícia dos Santos. *Amor, sacrifício e lealdade: o donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFF. Niterói: UFF, 2010, especialmente pp. 78-94; e HESPANHA, António Manuel. “A fazenda”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 203 e seguintes.

19 Cf. Mateus, capítulo 5, versículo 7: “Vós sois o sal da terra. Se o sal perde o sabor, com que lhe será restituído o sabor? Para nada mais serve senão para ser lançado fora e calcado pelos homens”.

20 VIEIRA. Sermão de Santo Antônio. Lisboa, 14 de setembro de 1642, in *Escritos históricos e políticos... op. cit.*, p. 8.

21 *Ibidem*, p. 9.

22 *Ibidem*, pp. 10-11.

23 Não se pode esquecer de que o mesmo Vieira disse, sobre D. João IV: “sabia reinar porque sabia dissimular; e reinou porque não dissimulou”, in Sermão histórico e panegírico nos anos da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Citado por CALAFATE. *Op. cit.*, p. 131.

todos sem privilégio: ao grande e ao pequeno, ao alto e ao baixo, ao rico e ao pobre, a todos mede pela mesma medida”.²⁴

Se todos pagassem os tributos, não haveria do que se queixar, mesmo que a “carga” fosse “pesada”. “O maior jugo de um reino, a mais pesada carga de uma república, são os imoderados tributos. Se queremos que sejam leves, se queremos que sejam suaves, repartam-se por todos”. Afinal, como ele mesmo conclui, com argumento irreversível, “não há tributo mais pesado que o da morte e, contudo, todos o pagam, e ninguém se queixa, porque é tributo de todos”.²⁵

A partir de então, o passo seguinte era apresentar argumentos que convencessem clero e nobreza a pagar tributos. Algo bastante complicado, uma vez que, sob certo aspecto, poria todos em mesmo nível. Como ele próprio reconhece, “como podem se igualar extremos que tem a essência na mesma desigualdade? Quem compõe os três estados do reino é a desigualdade das pessoas”. A solução, claro, sustentava-se pelo contexto, pela “conveniência” das circunstâncias. Os estados, nessa difícil conjuntura, deveriam estar alinhados em prol de uma necessidade vinculada ao bem comum, a conservação do reino:

a obrigação há de se transformar em essência, e devem os homens deixar de ser o que são, para chegar a ser o que devem. [...] Se os três estados do reino, atendendo a suas preeminências, são desiguais, atendam a nossas conveniências, e não o sejam. Deixem de ser o que são, para serem o que é necessário, e iguale a necessidade o que desigualou a fortuna.²⁶

Em outras palavras, nesse contexto especial, em que imperava a “necessidade”, justificava-se a transformação daquilo que promoveu a “fortuna”. Aqui, Vieira parece estar em plena consonância com a filosofia tomista. Na *Suma Teológica*, já anotava São Tomás que casos de extrema necessidade justificam posturas diferenciadas em uma comunidade.²⁷ Por isso, nesse contexto específico, Vieira admite que os “três elementos naturais deixam de ser o que eram para se converterem em uma espécie conservadora das coisas”.²⁸

Os eclesiásticos não deveriam exatamente pagar tributos, mas doar ao reino; até porque, o que para os “eclesiásticos é liberalidade”, para os “seculares é dívida”.²⁹

24 VIEIRA. Sermão de Santo Antônio. Lisboa, 14 de setembro de 1642. In: *Escritos históricos e políticos... Op. cit.*, pp. 13 e 14.

25 *Idem.*

26 *Ibidem*, p. 16.

27 AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, II-II, questão 32, artigo 7, solução 3; e questão 66, artigo 7, solução 2.

28 Cf. VIEIRA. Sermão de Santo Antônio... *Op. cit.*, pp. 17 e 18.

29 *Ibidem*, p. 20.

Já a nobreza, deveria pagar os tributos por duas razões. Primeiro, num argumento que indica vantagem futura, porque “as comendas e rendas da coroa, os fidalgos deste reino são os que as logram e lograrão sempre”. Assim, por reciprocidade, “é justo que os que se sustentam dos bens da coroa não faltem à mesma com seus próprios bens”.³⁰

O segundo motivo pelo qual a nobreza deveria pagar os ditos tributos é muito simples. A fidalguia de Portugal promoveu a Restauração do reino e, logicamente, “fazer, e não conservar, é insuficiência de causas segundas inferiores”. O compromisso inicial deveria, portanto, ser mantido: “Nobreza de Portugal, já fizeste ao rei: conservá-lo agora é o que resta, ainda que custe”!³¹

O povo, em tese, tinha já a obrigação de desembolsar recursos para satisfazer a liquidação tributária. Mas era preciso motivá-lo. Mais uma vez, a chave para isso, estaria na noção de compromisso e reciprocidade, que permitiria ao povo, quiçá, ascender socialmente: “vassalos, que com tanta liberalidade despendem o que tem, e ainda o que não tem, por seu rei, não são povo”.³²

Com essa retórica, pautada notoriamente não apenas em elementos da segunda escolástica, mas também nas necessidades advindas das despesas da monarquia, Vieira esperava que as cortes estendessem os tributos a todos os estados. A morte existe para todos; por isso, “ninguém se queixa”. Assim, os vassalos da monarquia se tornariam “o sal da terra”, sendo responsáveis, portanto, por conservá-la, mesmo que para isso tivessem de se deixar “todos de ser o que eram, para se fazerem o que devem”. O esforço conjuntural (e contratual) não misturaria a essência dos estados, uma vez que possibilitaria, no futuro, o retorno ao *status quo*. Por outro lado, caso não empenhassem seus recursos, o *status* poderia restar irreversivelmente comprometido.

Defendendo a tese de que todos deveriam pagar tributos, estaria Vieira defendendo a igualdade? É claro que não; conforme lembrava o próprio jesuíta, “não há dúvida que no corpo político de qualquer monarquia os pés, como parte inferior, significam o povo”.³³ Em uma sociedade corporativa, cada segmento social tinha suas funções dentro de um conjunto orgânico. E a desigualdade era, portanto, pressuposto para sua existência.

O postulado de Vieira, de que todos deveriam pagar impostos, até poderia, em um primeiro momento, parecer revestido de grande rigor. Entretanto, não se deve esquecer de que ele comporta, em si mesmo, uma recíproca, de decorrência significativa para a nobreza e mesmo para os que prestam serviço ao rei. Se a nobreza deve despende suas fazendas para

³⁰ *Ibidem*, p. 24.

³¹ *Ibidem*, p. 26.

³² *Ibidem*, p. 27.

³³ *Ibidem*, p. 28.

conservação do reino, a monarquia assume, por seu lado, e desde já, um compromisso sinalagmático com esse segmento social. Como sugere Vieira, mais uma vez metaforicamente,

a água que recebe a terra é salgada, a que torna ao mar é doce. O que recebe em ondas amargas, restitui-o em doces tributos. (...) A razão por que as águas amargas do mar se convertem em tributos doces, é porque a terra, por onde passam, recebe o sal em si. *Vos estis sal terrae*. – Portugueses, entranhe-se na terra o sal, entenda-se que o que se dá é o sal e conservação da terra.³⁴

É bem enfático aqui a atribuir aos portugueses a responsabilidade pela manutenção do sucesso do golpe de 1640. No sermão de São Roque, dedicado ao nascimento do então infante D. Afonso, Vieira novamente retoma o tema da reciprocidade. Advertia aos vassalos que “se deres a capa, daí-a dada, porque alguns dão a capa no exterior, e por debaixo da capa tornarão a tomá-la. Capas dadas, são as que estabelecem o trono do rei; capas dadas e tornadas a tomar, não. (...) Por que não fará o vassalo pelo rei o que faz o rei pelo vassalo?”.³⁵

Com a metáfora das capas, Vieira sugere a importância dos vínculos de reciprocidade entre os vassalos e o rei para conservação da autonomia do reino. Em seguida, Vieira encontra uma oportunidade não apenas para legitimar o reinado do duque de Bragança, dessa vez, pelo *exemplum*, mas também endossa a ideia de que os portugueses tinham de se portar como “libertados”. Afinal,

Não vemos a moderação verdadeiramente de pai da pátria, com que el-rei, que Deus guarde, estreita os gastos de sua real pessoa e casa? Não vemos a liberalidade verdadeiramente real, com que a Rainha nossa Senhora, se priva de suas rendas, e as aplica aos exércitos e fronteiras? Pois, se assim se estreita a grandeza dos reis, por que não aprenderá a se estreitar a vaidade dos vassalos? Façamos como libertados, pois eles fazem como libertadores.

“A bondade das obras está nos fins”

Dois anos depois do Sermão de Santo Antônio, iniciava-se em Lisboa nova discussão acerca da necessidade de outro “remédio” para a crise econômica. O problema é que “há remédios que parecem fantasmas... e o maior perigo não é quando se teme o perigo, é quando se teme o remédio”. Essas palavras de Vieira, lançadas antes da apresentação do arbítrio que

34 *Ibidem*, p. 25.

35 *Ibidem*, p. 43 e 44.

estava prestes a propor, em 1644, indicavam que as repercussões de suas ideias não seriam pequenas. Como ele mesmo afirma,

o remédio temido, ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, oriental uma, e outra ocidental, cujas frotas, poderosamente armadas, trazem seguras contra Holanda as drogas da Índia e do Brasil, e Portugal, com as mesmas drogas, tenha todos os anos os cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela, que não pode deixar de durar alguns.³⁶

O jesuíta lembrava ainda que essa foi a solução adotada pelas principais nações da Europa, “exceto somente a portuguesa”. Isso porque o projeto dependia de “dinheiro menos cristão”, ou seja, de judeus, o que tornava “suspeitoso todo o remédio, e por isso perigoso”.³⁷

Mesmo assim, defendia-o com todo esforço. Nem “o dinheiro de Judas, [se] cristãmente aplicado, nem descompõe as chagas de Cristo, nem descompõe as armas de Portugal”. Além disso, lembrava também que

a bondade das obras está nos fins, não está nos instrumentos. As obras de Deus todas são boas; os instrumentos de que se serve, podem ser bons ou maus... Os que são servos de Deus, (...) necessariamente hão de ser bons; os que são servos de Deus porque Deus se serve deles, bem podem ser maus.³⁸

Assim, o dinheiro judeu seria um mau instrumento de Deus para um fim bom. Algumas aproximações com os postulados realistas de Maquiavel? Talvez.³⁹

36 VIEIRA. Sermão de São Roque. In: *Escritos Históricos e Políticos. Op. cit.*, p. 54.

37 *Idem.*

38 *Ibidem*, p. 56-58.

39 Tanto este trecho, como o citado na epígrafe deste artigo, podem sugerir uma aproximação de Vieira com as ideias de Maquiavel. Não há espaço para essa discussão aqui. Resta apenas indicar que, pela correspondência trocada entre o marquês de Niza, de Paris, e de D. Vicente Nogueira, de Roma, é possível saber que havia interesse português na obra de Maquiavel. O próprio D. Vicente dizia conhecer “de cor” sua obra. Contudo, é preciso uma ponderação cuidadosa, uma vez que diversos autores tem sublinhado o limitado alcance com que Maquiavel atingiu Portugal. Vieira mesmo, no trecho de uma carta dirigida a D. Afonso VI, escrita em abril de 1657, defende a ética, ressaltando os valores da justiça, ainda que isso custasse todo o reino: “se, por não fazer um pecado venial, se houver de perder Portugal, perca-o Vossa Majestade e dê por bem empregada tão cristã e tão gloriosa perda; mas, digo que é heresia, ainda politicamente falando, porque sobre os fundamentos da injustiça, nenhuma coisa é segura, nem permanente”, cf. Carta ao rei D. Afonso IV. Maranhão, a 20 de abril de 1657. Publicada em VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. Vol. I. São Paulo: Globo, 2008, pp. 341-348. Para um balanço do problema, consultar: *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Afrontamento, 2011, pp. 12-45; ALBUQUERQUE, Martim. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: FLUL, 1974; BENTO, António. “Maquiavel e maquiavelismo na razão de Estado da Contrarreforma”. In: BENTO (org.). *Maquiavel e o maquiavelismo*. Lisboa: Almedina, 2012,

Não era a primeira vez que o padre defendia a criação de duas companhias de comércio. Como ele escreveu já no fim de sua vida, ao conde de Ericeira, em 1689, as companhias de comércio foram “o primeiro negócio que propus a Sua Majestade, pouco depois da sua feliz aclamação e restauração”.⁴⁰ Não haveria “empenho algum da real fazenda” enquanto elas “chamariam e trariam a Portugal o dinheiro mercantil de todas as nações”. Em 1641, quando apresentada pela primeira vez, não foi aceita porque “na dita proposta se dizia que o dinheiro aplicado às companhias de Portugal estivesse isento do fisco”, o que seria condição básica para que estrangeiros e mesmo portugueses investissem seus recursos. Mas isso “foi causa de que o Santo Ofício proibisse o papel da proposta”. Mais tarde, em 1649, “depois que os apertos da guerra mostraram que não havia outro meio igualmente efetivo” a criação da companhia de comércio foi finalmente “aprovada pelos letrados mais doutos do reino”.⁴¹

Para a criação da Companhia, foram necessárias garantias régias aos judeus, bem como alterações substanciais nos estilos do Santo Ofício. Interessa-me pouco nesse momento se a criação da Companhia resultou diretamente de um projeto de Antônio Vieira ou do Procurador da Fazenda, o Dr. Pedro Fernandes Monteiro, embora se possa considerar simplesmente que a ideia original parece de fato ter sido do primeiro, enquanto os ajustes circunstanciais, para além da execução, do segundo.⁴² Ao largo desse debate historiográfico, interessa-me sublinhar, a partir desse exemplo, como Vieira insistia na necessidade de um pacto. Nesse caso, aliás, trata-se não mais de apenas retórica, mas de um projeto político efetivo. Seja como for, é preciso ainda ressaltar que a criação da companhia não era um presente da monarquia aos judeus. Antes disso, o projeto pode ser compreendido como um

pp. 23-61; e CALAFATE. *Op. cit.*, pp. 103-150.

40 Carta ao Conde de Ericeira. Bahia, a 23 de maio de 1689, in VIEIRA, Antônio. *Cartas*, Vol. III, pp. 386-396.

41 *Idem*.

42 A criação da Companhia é normalmente considerada pela historiografia como uma grande vitória de Vieira contra seus inimigos. Por exemplo: AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo I. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 189 e seguintes; FREITAS, Gustavo de. “A Companhia Geral de Comércio do Brasil”. In: *Revista de História*, Vol. III, São Paulo, 1951, *passim*; e, mais recentemente, MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil... Op. cit.*, pp. 160 e seguintes; VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006, pp. 98 e seguintes; e VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira – Jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Leonor Freire Costa, entretanto, demonstrou que a criação da Companhia contrariava todo o trabalho diplomático já realizado por Francisco de Sousa Coutinho e o Padre Antônio Vieira, porque consignava recursos de negociantes do reino em prol da guerra de Pernambuco. Além disso, demonstrou também que a maior parte do cabedal envolvido era de cristãos-velhos, embora também contasse com recursos de judeus. Por fim, minimiza o papel do Padre Vieira, contrariando a perspectiva clássica acerca do assunto: FREIRE COSTA. *Op. cit.*, pp. 477-611, especialmente p. 480 e seguintes; pp. 508-515; e p. 520; e ainda COSTA, Leonor Freire. “Merchants Groups in the 17th Century Brazilian Sugar Trade: Reappraising Old Topics With New Research Insights”. In: *Journal of Portuguese History*, 2004. Para a crítica: VAINFAS. *Op. cit.*, pp. 170 e seguintes.

esforço coletivo em torno do desenvolvimento do comércio, que deveria reunir até os judeus, para que pudesse se viabilizar.

No final dos anos 1650, houve tamanha pressão dos conselhos superiores que a companhia acabou por ser extinta. De qualquer forma, coube a ela o envio da armada que reconquistou Pernambuco, em 1654.⁴³

“Sem violência alguma”

Em 1647, mais uma vez Vieira se debruçava sobre a questão dos impostos, porém de modo mais reservado, formalizado num parecer ao rei.

Discutia-se agora como angariar fundos para a compra de Pernambuco, problema tão debatido em Lisboa, que demandava “que todos os meus ministros, cada um por sua parte, trabalhem nele”, como admitiu o D. João IV.⁴⁴ Pela carta que enviou a Francisco de Sousa Coutinho, é possível conhecer que se formara uma junta para tratar da questão. Ela congregava, sob forma de consulta, os pareceres do marquês de Montalvão, conde de Alegrete e Francisco de Carvalho.⁴⁵ Na verdade, a junta se organizava por estímulo de alguns arbítrios, escritos por Gaspar Dias Ferreira, que apontavam meios de se levantarem recursos para a compra de Pernambuco.⁴⁶

Contudo, embora a consulta tivesse sido produzida por uma junta especificamente organizada para tratar da matéria, recebeu ainda comentários posteriores do Padre Vieira. Claro que isso demonstra o prestígio incrível que Vieira gozava, justificado por el-rei pelo fato de o jesuíta possuir “um grande juízo e pela particular notícia que tem das coisas daquele

43 Sobre a criação e extinção da Companhia, verificar: COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. 2 vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

44 Carta de D. João IV ao conde de Vidigueira; Lisboa, a 26 de abril de 1647. In: *Cartas de El-Rei D. João IV*. *Op. cit.*, pp. 96-97.

45 Sublinhe-se que o marquês e o conde tinham experiência ultramarina. O primeiro fora vice-rei do Brasil; o segundo lutou nas guerras contra os holandeses, na década de 1630. No momento da junta, o marquês era membro do Conselho de Estado e presidente do Conselho Ultramarino. O conde de Alegrete, do Conselho de Estado e, em decorrência, do Conselho de Guerra. Francisco de Carvalho era letrado, membro do Conselho da Fazenda. Indiretamente, a questão envolvia quatro Conselhos Superiores da monarquia.

46 Parecer do marquês de Montalvão, conde de Alegrete e Dr. Francisco de Carvalho sobre a maneira como deve ser tratada a composição com os holandeses; Lisboa, a 7 de fevereiro de 1647. In: *Cartas de El-Rei D. João IV*. *Op. cit.*, p. 97.

estado”.⁴⁷ O desfecho não poderia então causar nenhuma surpresa: “fui servido conformarme em tudo com o papel de Antônio Vieira”, escrevia o rei.⁴⁸

Vejam os aspectos muito brevemente alguns aspectos do parecer do jesuíta. Na junta, analisava-se especificamente “como os holandeses poderão vir em largar as praças que de presente tem ocupado no Brasil e Angola, por meio de concerto e composição”.⁴⁹ Explicitava também seu compromisso, ressaltando que “a matéria é grave, e tão importante ao serviço de Deus e de Sua Majestade, e ao bem de seus vassallos”.⁵⁰

Em seguida, tocava diretamente no ponto central dos papéis de Gaspar Ferreira. Para resumir, basta dizer que, de modo geral, a junta entendeu que seria sim viável por os planos de Ferreira em prática. Entretanto, arrefeceu, parcialmente, o vigor com que Ferreira propusera a cobrança de recursos: “parece que todas se podem admitir, mas somente com a metade de cada uma delas”. Ao contrário, segundo entendiam, “mais conveniente será, e mais alívio para os vassallos, durar a contribuição por mais anos, que pô-los em estado que não possam contribuir, e fiquem exaustos de seus cabedais”. Do mesmo, não concordavam com uma contribuição que incidisse sobre metade dos salários de eclesiásticos e seculares. Seus salários eram “tênuos”; além do que, aos seculares, isso poderia “dar-lhes ocasião a que, por meios ilícitos, e com vexação dos vassallos, busquem outros maiores avanços”. Nada propício aos princípios do bom governo.

O parecer da junta foi dado em fevereiro de 1647. Cerca de um mês depois, era acrescido de outro papel, consideravelmente maior, melhor organizado e fundamentado, de autoria de Antônio Vieira.⁵¹ Se o papel da junta já suavizava o peso das contribuições sugeridas pelos arbítrios de Gaspar Ferreira, e sugeria a Sua Majestade flexibilizar parâmetros para melhor negociação, Vieira ia além. Sua grande preocupação parecia ser, a cada ideia, a cada palavra registrada, negociar e pactuar com os vassallos. Demonstrava a todo instante ter grande consciência de que sem o apoio ultramarino a questão não se resolveria, já que se tratava de uma monarquia dependente de suas periferias.⁵² Nem Pernambuco seria restituído, nem os

47 Carta de D. João IV ao conde de Vidigueira; Lisboa, a 26 de abril de 1647. In: *Cartas de El-Rei D. João IV. Op. cit.*, pp. 96-97.

48 *Idem.*

49 Parecer do marquês de Montalvão, conde de Alegrete e Dr. Francisco de Carvalho... *Op. cit.*, pp. 97-101.

50 *Idem.*

51 Parecer de Antônio Vieira a Sua Majestade, dizendo-lhe como deve ser negociada a composição com os holandeses; Lisboa, a 20 de março de 1647, in *Cartas de El-Rei D. João IV. Op. cit.*, pp. 101-114.

52 MONTEIRO, Nuno & CARDIM, Pedro. “A centralidade da periferia: prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806)”. In: *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013; e GODINHO, Vitorino Magalhães. “Finanças públicas e estrutura de Estado”. In: *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 65-72.

vassallos se manteriam leais, nem D. João IV se manteria no trono. Os vassallos eram a chave da monarquia. Por isso, Vieira propôs um arbítrio baseado numa grande negociação, explicitando passo a passo os ganhos que viriam para a monarquia, de um lado, e para os vassallos, de outro. Em conclusão, ficava a ideia de que esses dois lados eram falsos; de que os vassallos e o rei comungavam todos do mesmo interesse, configurando um conjunto indivisível.

Logo na introdução, Vieira considerou o parecer da junta, de modo geral, “muito acertado”. Mas, ao que parece, mera polidez política. Afinal, a junta se conformara em boa medida com os papéis de Ferreira e, sobre eles, o jesuíta escreveu que além de “serem muito incertos, são muito pesados e não são suficientes”. Eram incertos porque superestimavam o número de escravos, de engenhos e a quantidade de açúcar produzida; Além de muito otimistas quanto à potencialidade econômica, “são muito pesados os mesmos arbítrios”; causariam “moléstia”. Os moradores do Brasil “não devem ser sobrecarregados com estes tributos quando pagam tantos outros”.⁵³

Uma contribuição “mais suave, mais certa e mais igual” foi apresentada então pelo padre. Tal contribuição tinha como alvo o comércio dos negros de Angola; o açúcar; o pau-brasil; e o sal.

Interessa-me aqui discutir um pouco mais o segundo efeito. Ao abordar o açúcar, Vieira sugeriu um sistema de compensações, de modo que produtores, navegadores e comerciantes solidarizassem os custos, mas tivessem, como contrapartida, certas “utilidades”. Assim, a todo o momento, tentava demonstrar equilíbrio entre aquilo que as partes ganhariam e perderiam. Vale a pena a leitura deste trecho, em que demonstra exatamente sua preocupação com as “utilidades” advindas da carga tributária que propunha:

Ainda que este tributo [sobre o açúcar] pareça grande, considerados os danos que com ele se evitam, e as utilidades, que se conseguem, não será pesado aos homens do Brasil, porque além de remirem das mãos de inimigos nossos, e da fé, uma tão principal parte daquele estado, seguram a navegação de seus açúcares a maior parte dos quais em outro tempo ia parar a Holanda. Libertam os seus portos, com que possam entrar os navios do reino, e comprar mais baratas e drogas dele. Terão escravos de Angola em abundância e por preços muito acomodados; conservarão o valor do açúcar que não se divertindo a outra nação sempre será grande, e sobretudo se livram dos riscos que estão ameaçando todas as nossas conquistas, se nos embaraços da guerra de Castela continuar a de Holanda.⁵⁴

Vieira agia aqui quase como um intermediário entre a Coroa e seus vassallos. Retórica e pedagogicamente, parece que está mais interessado em evidenciar o que os vassallos

53 Parecer de Antônio Vieira a Sua Majestade. *Op. cit.*

54 *Idem.*

ganhavam ao pagar impostos à Coroa. Parece que eles é que deveriam ser convencidos, como se a escolha de pagar ou não deles fosse. Por outro lado, media as relações, ensinando a Coroa como negociar e argumentar sobre suas decisões. Assimiladas todas as justificativas, avançava o jesuíta, buscando inviabilizar desde já qualquer possível tensão futura decorrente desse acordo. Se, no futuro, “por não lavrarem todos açúcar”, houvesse “alguma desigualdade”, caberia “as câmaras de cada capitania” aplicar “meios proporcionados, com que a décima efetivamente se consiga”. Dito de outro modo, os futuros ajustes, se necessários, seriam negociados e discutidos pelos poderes periféricos, nas câmaras, *lócus* de representação das elites locais. Poderiam bem as elites locais depositar sua confiança nesse pacto tácito, já que as possíveis alterações seriam geridas por elas próprias.⁵⁵

Dadas e mensuradas todas as circunstâncias difíceis, esses efeitos eram os que lhe pareciam “mais acomodados que se podem arbitrar, por concorrerem nele todas as qualidades que podem fazer aceitável, ainda que leve uma carga tão odiosa, como a dos tributos”. A frase reforça a impressão de que Vieira estava, desde o início, atento ao que se podia “acomodar” ou que se podia fazer eticamente “aceitável” da parte dos vassalos. Defendia um arbítrio caracterizado como equilibrado e justo, “porque compreende todos os interessados, como são os de Angola, os do Brasil, os mercadores, os homens do mar, o reino, e mesmo os estrangeiros, que logram as utilidades de nosso comércio”.

Todavia, para que tudo bem funcionasse, a Vossa Majestade eram dadas cinco advertências, que envolviam os moradores, as leis, os holandeses, os mestres de navios, que tudo deviam respeitar, e até o câmbio, fixado no “preço de nossa moeda”. Dessas advertências, as duas primeiras interessam mais, porque traduzem, mais uma vez, a ideia de pacto, bem como a segurança jurídica necessária para sua consecução e o autogoverno das repúblicas.

A primeira advertência sublinhava a importância de que “Vossa Majestade dê sua real palavra e mande fazer uma lei, se for necessário, em que se dê segurança a todos os homens do Brasil [...] de que [os tributos] não durarão mais anos que o necessário”. A segunda, dizia respeito à autorregulação de cada uma das repúblicas afetadas, eliminando a possibilidade de Sua Majestade interferir nos assuntos sobre os quais Vieira discorria: “que a cobrança destes efeitos nem a despesa deles corra pelos ordinários ministros da fazenda de Vossa Majestade, senão por procuradores das câmaras ou comunidades, a que cada um pertencer”. Só dessa forma seria possível dar viabilidade e credibilidade aos acordos e “evitar a ordinária desconfiança, e ciúme que tem os povos, de que as contribuições que dão para um efeito se apliquem e divirtam a outros”.

55 *Idem.*

Com isso, Vieira respeitava alguns dos princípios neotomistas mais elementares da cobrança de impostos: a utilidade, referida ao longo de todo o arbítrio; a proporcionalidade, já que cada um pagaria aquilo que lhe fosse possível, em face das circunstâncias; e a certeza da destinação, uma vez que os tributos seriam recolhidos por procuradores das próprias comunidades. Em outras palavras, um arbítrio justo, porque alinhavado com uma ética fiscal.

Nos termos do próprio jesuíta, o arbítrio “de suave tem tudo, o que com o nome de tributo se compadece, porque o modo da arrecadação é muito fácil sem violência alguma”.⁵⁶

Considerações finais

Em um dos momentos mais complexos da história da monarquia portuguesa, o da conjuntura crítica da Restauração, o esforço de Vieira para a construção de um pacto entre o monarca e seus vassallos é notório. Não se esgota no sermão de Santo Antônio, nem sequer no polêmico arbítrio da criação de Companhias de Comércio, a partir do emprego de capital de cristãos novos.⁵⁷

Em última análise, suas propostas parecem sintetizar a noção de que sem a união incondicional dos vassallos, não seria possível a conservação dos Bragança. Aliás, o projeto da companhia de comércio com capital judeu pode ser interpretado como uma tentativa de incluir até os judeus no grande pacto em favor da monarquia.

O pacto tácito não poderia se viabilizar com violência, mas sim com negociação. A efetividade dos tributos, por exemplo, dependia exatamente de sua “suavidade” e “moderação”. A dimensão negocial aparece de maneira bem clara nesses anos, seja devido à fragilidade da nova dinastia, que dependia de apoio e legitimidade; seja para afiançar uma política externa que precisava apresentar uma solidez em torno do golpe de 1640 para obter apoio internacional. “A grande certeza que tenho no amor e fidelidade de meus vassallos exclui todos os receios e suspeitas”, escrevia D. João IV em 1647, inspirando confiança ao seu embaixador em Paris, o marquês de Niza.⁵⁸ Uma revolta bem poderia comprometer todo o projeto.

Com o poder da palavra, advinda em grande parte de uma ética neoescolástica, Vieira buscava a conservação do reino, em anos críticos, procurando congregar os vassallos e assim viabilizar a “dimensão miraculosa” do golpe de dezembro de 1640.

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ VAINFAS. *Op. cit.*, p. III.

⁵⁸ Carta de D. João IV ao conde de Vidigueira; Lisboa, a 11 de março de 1647. In: *Cartas de El-Rei D. João IV. Op. cit.*, p. 55-58.

Referências bibliográficas

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Bahia – Luíza da Fonseca, documento 1589.

AQUINO, Tomás de. *Escritos históricos e políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.

COELHO, Laranjo. *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza), embaixador em França*. 2 Vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio Alcir Pécora. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Cartas*. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. Vols. I e III. São Paulo: Globo, 2009.

Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654). Introdução e edição: João Carlos Gonçalves Serafim. Supervisão científica: José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Afrontamento, 2011.

Livros, artigos, teses e dissertações

ALBUQUERQUE, Martim. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: FLUL, 1974.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. Tomo I. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBAS HOMEM, António Pedro. *Judex Perfectus: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal: 1640-1820*. Lisboa: Almedina, 2003.

BENTO, António. “Maquiavel e maquiavelismo na Razão de Estado da Contrarreforma”. In: BENTO (org.). *Maquiavel e o maquiavelismo*. Lisboa: Almedina, 2012, pp. 23-61.

- BETHENCOURT, Francisco. “Competição entre impérios”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 361-385.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *Almanack Brasiliense* n. 02, 2005.
- _____. “As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *A trama das redes: política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 343-371.
- CALAFATE, Pedro. *Da origem popular do poder ao direito de resistência: doutrinas políticas no Portugal do século XVII*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- _____. *O Poder dos afetos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 14.
- COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração: 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. 2vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- ELLIOTT, John H. “La Corona y los colonizadores”. In: *Impérios del mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006, p. 189-238.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. *Amor, sacrifício e lealdade: o donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFF. Niterói: UFF, 2010.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. “Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In: *Revista Tempo*, vol.14, n° 27, pp. 49-63.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal: séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.
- _____. “A fazenda”. In: HESPANHA, A. M. (coord.) *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. “Porque é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos Trópicos”. In: SOUZA, Laura; JÚNIA; BICALHO, Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 39-62.
- KRAUSE, Thiago. *Em Busca da Honra. A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.
- LOUREIRO, Marcello. *A Gestão no Labirinto. Circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- _____. “O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668): notas de pesquisa”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2013. (Consultado em 28 de fevereiro de 2014; URL: <<http://nuevomundo.revues.org/65830>>).
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978.
- _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2008.
- MONTEIRO, Nuno & CARDIM, Pedro. “A centralidade da periferia: prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806)”. In: *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.
- _____. “A Restauração (1640-1668)”. In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos livros, 2009, p. 295-329.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercês e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la monarquía hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000.

A dízima da Alfândega de Salvador e o Império Ultramarino Português na primeira metade do século XVIII

Hyllo Nader de Araújo Salles

Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

A descoberta e a crescente produção de ouro no Brasil a partir dos fins do século XVII provocou uma forte inflexão da economia não apenas na colônia, mas em todo o império português. A Coroa se voltou para o Atlântico Sul, uma vez que o ouro arrastou para lá o eixo de gravidade econômica do império e os interesses da administração central. Além disso, a virada do século XVII para o XVIII processou-se de forma crítica, pois não foi possível para Portugal manter sua neutralidade na política externa, sendo arrastado para a Guerra de Sucessão Espanhola alinhando-se assim com a Inglaterra em detrimento das pretensões dos Bourbons, o que fez com que os corsários franceses se atirassem sobre a América. Portanto, para o custeio do guarda-costas, a Coroa ordenou a taxa em dez por cento das mercadorias que dessem entrada no porto soteropolitano, isto é, a dízima da Alfândega. O presente artigo tem por objeto de estudo a dízima da Alfândega na Bahia, o seu (re)estabelecimento em 1714 e as consequências disso para as relações entre os potentados locais e o poder central. As fontes utilizadas são a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente à capitania da Bahia pertencente à Segunda Série e o livro 4º da Alfândega de Salvador custodiado pelo Arquivo Nacional.

Palavras-chave fiscalidade, dízima da Alfândega, Império Ultramarino Português.

Abstract

The discovery and increasing gold production in Brazil from the late seventeenth century caused a sharp turnaround of the economy not only in the colony but throughout the Portuguese empire. The Crown turned to the South Atlantic since the gold led there the axis of economic gravity of the empire and the interests of the central government. Furthermore, the turn of the seventeenth century to the eighteenth occurred critically, as Portugal could not maintain neutrality in foreign policy, being dragged to the War of Spanish Succession, thus aligning itself with England to the detriment of Bourbons pretensions, which caused the invasion of French corsairs in America. Therefore, toward the cost of bodyguards, the Crown commanded taxation by ten percent of the goods that would enter the Salvador port, i.e., the tithing of Customs. This article aims to study the tithing of Customs in Bahia, its (re) establishing in 1714 and the consequences for the relations between the the central power and local potentates. The sources used are the single documentation of the Overseas Historical Archive relating to the captaincy of Bahia belonging to the Second Series and Book 4 of the Customs Salvador guarded by the National Archives.

Keyword taxation, tithing of Customs, Portuguese Overseas Empire.

Antecedentes

A dízima da Alfândega era o imposto de dez por cento, cobrado sobre as fazendas que davam entrada nos portos da colônia, fora estabelecida junto com o Governo-Geral e consta ter sido arrecadada durante a União Ibérica, existindo menção de sua arrecadação até 1640, depois, desapareceu e somente reapareceu no início do século XVIII.¹

Durante as guerras de Restauração, a monarquia transferiu o ônus da defesa para a colônia, recorrendo “aos Municípios para o sustento da infantaria e para a cobrança de vários tributos, a Câmara ficava em boa posição para resistir às pretensões da metrópole”, e, quando tentou retomar esses poderes e funções, encontrou resistência por parte das Câmaras, afinal isso significaria seu desprestígio. A dízima da Alfândega fora ilustrativa desse movimento no século XVIII.²

Portanto, os tributos implantados na colônia, no século XVII, estavam, em geral, sob o controle das Câmaras e insidiam sobre a atividade mercantil, uma vez que o controle político dos conselhos municipais estava nas mãos dos Senhores de terras e escravos, o que acabou por gerar um predomínio da tributação sobre a circulação e não sobre a produção.

Segundo Boxer, no último quartel do século XVII, a Câmara de Salvador “representava basicamente os interesses dos senhores de engenho locais”.³ E parece que esse quadro não se alterou na centúria seguinte, segundo Avanete Pereira, os proprietários rurais ainda compunham a maioria dos vereadores e “monopolizaram cerca de 62,6% dos mandatos durante o século XVIII”.⁴ As oligarquias locais nas Câmaras das principais cidades marítimas coloniais utilizaram os postulados da lei de 1611 para tentar afastar dos cargos concelhios os oficiais mecânicos, as pessoas impuras, os comerciantes e os reinóis.⁵

No Rio de Janeiro, a dízima da Alfândega foi instituída para se custear a defesa da cidade, pois este imposto “teve origem voluntária dos cidadãos, e da Câmara, que conheciam a

1 CARRARA, Angelo Alves. *Receita e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, p. 198.

2 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Processo administrativo ibero-americano: aspectos socioeconômicos período colonial*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1962, p. 377.

3 BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, p. 156.

4 Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 99-101.

5 Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o rio de janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 373.

insuficiência dos réditos nos impostos antecedentes, para se pagar de todo a infantaria da guarnição da praça”. Em 18 de outubro de 1699, o rei o aceitou e agradeceu o novo imposto.⁶

No início, a dízima da Alfândega, no Rio de Janeiro, era administrada pela Câmara e pelos seus cidadãos, isto é, “aqueles que por eleição desempenham ou tinham desempenhado cargos administrativos nas Câmaras Municipais – vereadores, procuradores, juízes locais, almotacéis, etc. – bem como seus descendentes”.⁷

No ano de 1710, no quadro da Guerra de Sucessão Espanhola, o Rio de Janeiro sofrera a investida do francês Jean-François Duclerc, que fora derrotado pela resistência da população local. No ano seguinte, outra invasão do também corsário francês René Duguay-Trouin, melhor estruturada do que a anterior, custou cara à cidade, que foi obrigada a pagar valioso resgate por sua liberdade. As investidas francesas sobre o Rio de Janeiro e de piratas sobre toda a costa da América portuguesa fizeram com que a metrópole percebesse a necessidade de fortalecer o sistema defensivo da colônia. Para tal, estabeleceu-se a imposição dos dez por cento sobre as mercadorias importadas – que já vinha sendo cobrada no Rio de Janeiro e em Pernambuco – e a taxação dos escravos oriundos da Costa da Mina e de Angola, respectivamente em três cruzados e seis cruzados por cabeça.⁸

O (re)estabelecimento da dízima da Alfândega na Bahia, 1711-1714

No ano de 1711, quando o governador-geral, Pedro de Vasconcelos e Sousa, anunciou as novas taxas em Salvador para a melhoria do guarda-costas, negociantes portugueses, padres, oficiais mecânicos, marinheiros, soldados e oficiais dos terços da cidade tomaram as ruas. A insatisfação popular contra os excessos da fiscalidade metropolitana levou o Juiz do Povo a conchamar todos ao protesto, tocando o sino da Câmara. Protestavam também contra o aumento do preço do sal, que, desde o ano anterior, passara de \$480 réis para \$720 réis. Observa-se que a “nobreza da terra” não participou das alterações. Os amotinados saquearam a casa do contratador de sal e arrematante dos dízimos, Manuel Dias Filgueira, pois sobre ele recaía a responsabilidade de ter negociado com a Coroa os novos impostos. E também fora invadida a casa de seu sócio, Manuel Gomes Lisboa.⁹

6 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 166.

7 BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 18, n. 36, 1998, pp. 251-580.

8 PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, pp. 256-257.

9 *Ibidem*, pp. 258-259.

Diante dessa alteração e sem o apoio militar, Pedro de Vasconcelos, aconselhado por dom Lourenço de Almada (ex-governador-geral), suspendeu os tributos, manteve o preço do sal, além de perdoar todos os envolvidos. Tal alteração ficou conhecida como a Revolta do Maneta, porque foi liderado por João de Figueiredo da Costa, um homem de negócio, que possuía a alcunha de Maneta.¹⁰

No dia 2 de dezembro de 1711, o povo novamente tomou as ruas de Salvador e a praça da Câmara. Dessa vez, exigiam providências contra a segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro, assunto que Pedro de Vasconcelos e Sousa mostrou-se reticente. Segundo o governador-geral, não havia recursos suficientes para tal empreitada. Então, os homens de negócio propuseram uma contribuição para custear a frota expedicionária a fim de expulsar os franceses. Apesar da mobilização popular, o socorro não se efetivou, pois, em meio aos preparativos, chegou a notícia de que os invasores haviam deixado a praça do Rio de Janeiro após tê-la saqueado.¹¹

O Conselho Ultramarino julgou com estranheza as informações prestadas por Pedro de Vasconcelos, dado a “extraordinária diferença que [este] tem procedido nas duas alterações”. Além disso, o perdão concedido pelo governador ao primeiro motim deveria ser declarado como nulo, pois este não possuía jurisdição para poder conceder tal mercê, somente Sua Majestade poderia fazê-lo. Já sobre o segundo motim, de acordo com o parecer, “não é o povo nele o mais culpado [...], porque só foi um requerimento feito com mais procuradores do que era necessário”. Logo, os homens de negócio identificados como cabeças do segundo motim não deveriam ser castigados, mas ao contrario: deviam “ser restituídos da forma antiga”.¹²

Na pena do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, a segunda alteração fora “nascida do zelo do serviço de Vossa Majestade, por quererem [os homens de negócio] se socorrer vigorosamente ao Rio de Janeiro”. Para o conselheiro, era necessário que se mandasse pôr “perpétuo silêncio” e que não se executasse as penas proferidas. Propunha, ainda, como condição *sine qua non* para o perdão dos envolvidos na primeira alteração – Revolta do Maneta – que os homens de negócio aceitassem os novos impostos, “porque sem esta condição não se deve perdoar o primeiro motim, que verdadeiramente foi motim”.¹³

10 Cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo, 1996 (Tese), p. III.

11 *Ibidem*, pp. 112-114.

12 AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o motim da Bahia motivado pelo aumento do preço de escravos e a invasão dos franceses; Lisboa, posterior a 9 de setembro de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 690].

13 AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informa o governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, acerca do castigo que mandara executar nos três principais autores e cabeças

Logo, na perspectiva do Conselho Ultramarino expressa no parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, o segundo motim não foi um motim. Então Pedro de Vasconcelos e Sousa havia subvertido a ordem: perdoou aqueles que se amotinaram contra a ordem régia de estabelecer o direito da dízima da Alfândega e mandou prender os que participaram do motim que não foi um motim.

No Reino, a vitalidade dos corpos políticos locais – as câmaras – já fora comprovada, “quem está no local é quem manda e consegue fazer executar o que decide. Que até pode ser ordenado pelo poder central, embora coado, filtrado, acomodado pelas câmaras”.¹⁴

A Revolta do Maneta foi um exemplo da afirmação dos poderes locais no ultramar, isto é, de como os colonos em determinadas conjunturas “foram capazes de exercer suficiente pressão sobre as autoridades metropolitanas no sentido de evitar ou modificar totalmente as políticas propostas”. No entanto, acima de tudo, foi uma vitória de Pirro, assim como a dos mineiros contra as casas de fundição, pois o preço elevado do sal se manteve; em 1714, a dízima da Alfândega fora implantada, e, cerca de nove anos depois, a cobrança foi submetida ao sistema de contratos, como se pode ver nas seguintes.¹⁵

Pedro de Vasconcelos e Sousa não compreendeu qual era o seu papel como agente da administração central numa região periférica do império ultramarino português. Logo, a tarefa do governador-geral era zelar pela “boa ordem” e o “bem comum”, ou seja, construir um consenso entre os interesses da Coroa e os dos potentados locais, em suma: negociar. O governador confundiu o bom governo com a boa arrecadação da Fazenda Real, erodindo, assim, os princípios engendrados pela “economia moral” dessa sociedade corporativa, levando os vassallos de Sua Majestade a se amotinarem duas vezes.¹⁶

A invasão do Rio de Janeiro acertou em cheio os interesses dos homens de negócio sediados na praça soteropolitana. Estes já haviam experimentado os prejuízos provocados pela primeira invasão francesa, que, ao encontrar resistência na Guanabara, dirigira-se para a tríade dos portos de Angra dos Reis, Ilha Grande e Parati, onde efetivamente conseguira saquear.¹⁷

do segundo motim que houve na cidade da Bahia; Bahia, 12 de janeiro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 709].

14 Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero de. “Gente nobre e gente importante”. In: *O Algarve econômico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988, pp. 323-362, p. 325.

15 RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

16 Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Maria das Graças (Org.). *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 13-44.

17 CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 44.

Os negociantes da praça da Bahia clamaram socorro às terras fluminenses de forma tão vigorosa motivados pelos interesses comerciais que envolviam as duas praças. Afinal, no início da mineração, os traficantes sediados na Bahia possuíam pleno controle do comércio, fazendo com que os escravos destinados às minas passassem pela Bahia, antes de serem reembarcados para Parati ou Santos.¹⁸

Segundo Rae Flory, anualmente, cerca de vinte navios faziam a rota que ligava o porto de Salvador ao Rio de Janeiro, importante mercado para escravos e gêneros, que os comerciantes, sediados na Bahia, traficavam.¹⁹ Segundo Avanete Pereira, a rota que ligava Salvador-Rio de Janeiro era feita anualmente por mais de quarenta navios.²⁰ Seja como for, é preciso lembrar que Parati garantia o acesso às minas de ouro por meio do Caminho Velho e a muitos descaminhos, visto que a tríade portuária formada por Parati, Ilha Grande e Angra era um importante ancoradouro para o contrabando e o comércio com os estrangeiros.²¹

Diante dos insucessos pelos quais passou e pelo total descrédito dado a sua pessoa pelo Conselho Ultramarino, ao governador-geral, Pedro de Vasconcelos e Sousa, não restava mais nada a fazer, a não ser pedir para que seu sucessor fosse logo nomeado, o que o Ultramarino atendeu com toda brevidade conveniente ao real serviço de Vossa Majestade.²²

Para solucionar os inconvenientes causados por Pedro de Vasconcelos e Sousa fora nomeado para o cargo de governador-geral Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa sob o título de vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, que, por carta régia de 21 de janeiro de 1714, recebeu o título de marquês de Angeja.²³

A nomeação de Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa e as que se seguiram marcam uma inflexão na escolha dos agentes do poder central enviados para o governo-geral do Brasil. O marquês de Angeja era um dos grandes do Reino, assim como seus sucessores, que “eram ou vieram a ser feitos titulares com Grandeza do Reino”.²⁴

18 FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. cit.*, p. 100.

19 FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco grocers, merchants of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. University of Texas, Austin, 1978 (Tese), pp. 329-330.

20 Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Op. cit.*, p. 41.

21 Cf. ABRIL, Victor Hugo. “Portos: ancoradouros de descaminhos”. In: *Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)*. Rio de Janeiro, 2010 (Dissertação), pp. 82-126.

22 AHU/BA/CARTA do governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, ao rei D. João V solicitando nomeação do seu sucessor devido estar terminando o seu mandato; Bahia, 25 de setembro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 721].

23 AHU/BA/PROVISÃO (cópia) do rei D. João V nomeando o marquês de Angeja, Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa, para o cargo de vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil; Lisboa, 7 de abril de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 738].

24 Cf. MONTEIRO, Nuno G. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSOS, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica*

Evidentemente que essa inflexão tem a ver com o papel central que a colônia ocuparia no século XVIII para a metrópole, isto é, os impactos do vil metal amarelo já se faziam sentir no Reino.

A Coroa sabia que não podia “cair matando”, ainda mais depois das alterações em Salvador, mas não só por conta do aprendizado da colonização.²⁵ Afinal de contas, segundo Perry Anderson, existia um direito moral acima do rei e corpos abaixo que aguardavam a justiça distributiva e que, portanto, limitavam os poderes do soberano.²⁶

Por isso, na Bahia, em 1714, o então vice-rei do Estado do Brasil, marquês de Angeja, entre os primeiros atos de governo estabeleceu a dízima da Alfândega “usando da suavidade e cautela, que o dito senhor [Diogo de Mendonça Corte Real] foi servido ordenar”. O vice-rei convocou o Senado da Câmara, junto com os homens de negócio e os lembrou do quanto

deviam a Real piedade de el-rei, meu senhor, que podendo a sua justiça mandar castigar este povo pelo tumulto insolente, que causou a suspensão da execução daquela ordem, o não fizera, antes mandara só, para que eu [marquês de Angeja] com eles a puséssemos e executássemos.²⁷

Os argumentos do marquês tinham um poder a mais de persuasão, uma vez que, dias antes, ele havia dado a máxima pena a dois presos que aguardavam julgamento na cadeia, que, vale lembrar, estava logo abaixo da câmara. Diante do exposto, os homens de negócio convieram com o estabelecimento da contribuição voluntária a el-rei no valor de dez por cento sobre as mercadorias importadas para as despesas que se fizessem necessárias com umas naus de guerra para o guarda-costas, que andasse continuamente naqueles mares. Foi, assim, instituída a dízima da Alfândega na Bahia.²⁸

Ato contínuo procedeu-se à elaboração de uma pauta com os preços para o despacho das fazendas, que fora feita pelos principais homens de negócio daquela praça. Segundo o vice-rei, ainda que achasse a pauta “assaz diminuta” em relação aos preços da colônia, não fez nenhuma alteração, porque, “neste princípio se deve entrar com toda a

imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 249-283, p. 264.

25 Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O aprendizado da colonização. In: *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 11-43.

26 Cf. ANDERSON, Perry. Classe e Estado: problema de periodização. In: *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 42-57.

27 AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].

28 *Idem*.

moderação”, como havia recomendado o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real.²⁹

O regimento da Alfândega de Salvador

Em 16 de novembro de 1714, Sua Majestade ordenou ao provedor da Alfândega que lhe remetesse a forma pela qual se procedia a arrecadação da dízima da Alfândega da Bahia, o regimento, o processo, as instruções e as ordens. Em 6 de fevereiro de 1715, o provedor remeteu o regimento feito pelo o marquês de Angeja, no qual estabelecia as formas dos despachos e os emolumentos que deveriam receber os oficiais. Sua Majestade, em consulta do Conselho Ultramarino, resolveu aprová-lo em 22 de dezembro de 1715. A provisão de Sua Majestade fora registrada no livro quarto da Alfândega de Salvador no primeiro de julho de 1716.³⁰

O expediente dado pelo marquês de Angeja, sobre a forma que deveria se proceder a arrecadação da dízima e os emolumentos dos oficiais, fora aprovado por sua Majestade, mas tal regimento deveria ser reformado em duas partes. A primeira alteração era quanto ao fato de uma única pessoa acumular o ofício de selador, feitor da descarga e porteiro da Alfândega, “por se considerar ser muito danosa a Fazenda Real a união destas ocupações; e assim se deve dividir por três pessoas”. A outra parte que deveria ser reformada no regimento era a que discorria sobre a cobrança dos dez por cento das fazendas vindas dos portos de Portugal e Europa. Esse trecho deveria ser alterado para: “vindas dos portos do Reino e domínio, por ser proibidos nos portos das minhas conquistas navios estrangeiros”.³¹

O regimento da Alfândega de Salvador estava encetado no movimento feito pela Coroa portuguesa para pôr fim às brechas abertas pela Restauração em seu exclusivo comercial. Portanto, nesse regimento temos a reafirmação clara do Antigo Sistema Colonial por meio de seu corolário o exclusivo comercial: a “reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana”. Tal movimento se materializou na ordem régia de 1711, que proibia a comercialização com navios estrangeiros fora das frotas; na aprovação do regimento da Alfândega de Salvador e no controle que se seguiu quanto aos

29 *Idem.*

30 SALLES, Hyllo Nader de Araújo. *Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o porto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014, pp. 34-35.

31 ANRJ/Livro 4º da Alfândega de Salvador/PROVIÃO de Sua Majestade sobre a confirmação dos ofícios novamente criados para a arrecadação dos dez por cento e sobre a separação dos ofícios de porteiro e selador desta Alfândega.

navios estrangeiros e a exigência das licenças do consulado de Lisboa para poder se proceder aos despachos nas Alfândegas colônias.³²

Com a aprovação do regimento, Sua Majestade, por provisão de 20 de janeiro de 1716, ordenou a criação dos ofícios, que o vice-rei apontou como necessários para a arrecadação do direito da dízima da Alfândega, a saber: um escrivão da mesa, um escrivão da Abertura, um feitor, um escrivão da descarga, dois ou quatro guardas do número e um tesoureiro da Alfândega. Para o provimento deles devia o vice-rei pôr editais. Pareceu, também, a el-rei ser conveniente enviar a Bahia um escrivão da Alfândega de Lisboa “para que com sua experiência e notícias que tinha do expediente da Alfândega conferindo haja de dar forma ao despacho desta cidade (...) com menos confusão (...)”.³³

O escrivão enviado foi Bernardo de Moura para poder dar conta e apontamentos a Sua Majestade sobre o despacho na Alfândega de Salvador para que el-rei pudesse aprovar o que fosse servido sobre a matéria. O vice-rei fora advertido que o escrivão da Alfândega de Lisboa não tinha jurisdição para criar leis e muito menos Foral, afinal nem mesmo o marquês de Angeja possuía tal jurisdição.³⁴

Os despachos na Alfândega de Salvador eram, sem sombra de dúvidas, um processo minucioso e demorado e a Coroa possuía pleno interesse que assim o fosse religiosamente cumprido, não é por acaso, que a administração central enviou um oficial experiente e prático para conferir forma aos despachos, pois era a partir desse controle que se produzia arrecadação na Alfândega.³⁵

À guisa de conclusão

A descoberta e a conseqüente produção crescente de ouro no Brasil, a partir dos fins do século XVII, provocou uma forte inflexão da economia: não apenas na colônia, mas em todo o império português. A Coroa se voltou para o Atlântico Sul, uma vez que o ouro arrastou para lá o eixo de gravidade econômica do império e, como não podia deixar de ser, os interesses da administração central.³⁶

32 Cf. ANRJ/Livro 4º da Alfândega de Salvador e NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 81-88.

33 AHU/BA/REQUERIMENTO (cópia) de Raimundo Maciel Soares ao rei d. João V solicitando certidão constando a ordem régia sobre a forma que se deve observar o despacho e arrecadação da dízima e qual regimento deve reger os ofícios da Fazenda e Alfândegas do reino [2ª série, cx.12, doc. 1011].

34 *Idem*.

35 Cf. SALLES, Hyllo Nader de Araújo. *Op. cit.*, p. 35.

36 CARRARA, Angelo Alves. *As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII*. Disponível em: «<http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relat%C3%B3rio-de-pesquisa.pdf>». Acesso em:

Na América portuguesa, a partir da segunda década do século XVIII, do ponto de vista fiscal, assistimos a um processo de “centralização administrativa e fiscal”, isto é, um processo de reorganização das contas nas provedorias da Real Fazenda das três principais capitanias Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro – ainda com jurisdição sobre as minas – que se processou entre os anos de 1714 e 1717.³⁷

Portanto, ainda nas primeiras décadas do dezoito, o processo de centralização do Estado português se fez sentir na conquista bem antes do que no Reino. Afinal, segundo António Hespanha, “o processo [de centralização] consiste numa progressiva apropriação pelo poder central das tarefas até aí desempenhadas pelos órgãos periféricos (...) Em Portugal, isto só aconteceu com o pombalismo”. E não é esse o processo que assistimos na colônia na segunda década do dezoito?³⁸

A reorganização das contas nas provedorias das capitanias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro consistiu na transferência das rendas administradas pelas Câmaras para a Real Fazenda, ou seja, uma reforma que se fez “à custa do poder dos corpos periféricos, aos quais eram retiradas competências e rendas”.³⁹

Fora nos quadros desse processo que se deu a nomeação do marquês de Angeja e o estabelecimento da dízima da Alfândega na Bahia. No entanto, esse movimento centrípeto depreendido pelo por metropolitano estava apenas começando, ou seja, era o início da

grande novidade do sistema político moderno (...): a ‘concentração’ do poder – ou seja o transito de uma concepção (e prática) corporativa da sociedade e do poder político, em que este estava originariamente distribuído pelos vários corpos sociais, para uma outra em que o poder se concentrava no Estado, dele se esvaziando a sociedade (agora ‘civil’).⁴⁰

Vale ressaltar que essas diferenças entre a colônia e o Reino, apenas fazem corroborar com a ideia de um império marítimo português, isto é, de um império constituído pelo Reino – a metrópole – e suas conquistas – as colônias no ultramar.⁴¹

09 de jan. 2013, pp. 13-16.

37 CARRARA, Angelo Alves. *Receita e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, pp. 72-77.

38 HESAPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESAPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 9-89, p. 55.

39 *Ibidem*, pp. 61-62.

40 *Ibidem*, p. 61.

41 Cf. BOXER, Charles. *Op. cit.*

O processo de estabelecimento da dízima da Alfândega na Bahia teve, no início, que ser negociado com as elites locais, sem isso sua aplicação não seria possível. Afinal, a Revolta do Maneta foi, antes de tudo, uma demonstração de força na recusa das novas taxas. Porém, observa-se também que o marquês de Angeja ao negociar deslocou a assimetria dessa negociação, que, a princípio, pendia para o poder local. Haja vista que, antes de chamar os homens de negócio na Câmara e lembrá-los do quanto deviam a real piedade de Sua Majestade, deu logo a pena capital a dois homens que aguardavam por julgamento na cadeia, que ficava logo abaixo da Câmara.⁴²

O recado aos homens de negócio sediados em Salvador estava dado e era claro, tanto foi assim que logo convieram com o estabelecimento da dízima da Alfândega. Todavia, o movimento feito pelo vice-rei, hábil administrador metropolitano, nesse momento, fora pendular: ao mesmo tempo em que fez ameaças veladas aos homens de negócio, tolerou os preços diminutos das fazendas na pauta utilizada para os despachos e prometeu nunca pôr a contrato o direito da dízima da Alfândega de Salvador. Essas concessões foram feitas com a anuência do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real. “Essa busca oscilante da justa medida foi constitutiva do processo de construção do poder nos Estados modernos por ser imprescindível à preservação e à perpetuação do mando no mundo de então”.⁴³

Ao longo do século XVIII, à medida que o ouro brasílico se avolumara nos portos metropolitanos, o movimento pendular dos administradores régios na colônia tendia a diminuir, pesando, portanto, a pressão fiscal e política da metrópole na tentativa de fazer correr para Portugal o lucro advindo da exploração colonial. Com isso não se pretende defender a inexistência de limites ao poder régio, pois nenhum Estado absolutista conseguiu, nas palavras de Perry Anderson,

atingir uma centralização administrativa ou uma unificação jurídica completas; os particularismos corporativos e as heterogeneidades regionais herdadas da época medieval marcaram os *Ancien Régime* até sua destruição. Desse modo, a monarquia absoluta no Ocidente foi sempre, na verdade, duplamente limitada: pela persistência, abaixo dela, de corpos políticos tradicionais, e pela presença, sobre ela, de um direito moral abrangente.⁴⁴

42 AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].

43 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 15.

44 ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 50.

“A centralização [política e fiscal] é diretamente proporcional ao valor de cada canto do império” e, a partir da segunda década do dezoito, não haveria outro canto do império português que valesse mais do que o Estado do Brasil para a Coroa, nem mesmo o Reino.⁴⁵

Esse processo de centralização do Estado português na colônia deu-se de forma lenta e gradual, foi um movimento com contrações e dilatações. As negociações entre os potentados locais da América portuguesa e o poder central tornaram-se comuns. Segundo Luiz Antônio Silva Araujo, “os espaços de negociação se apresentam de maneira mais intensa em conjunturas específicas: nas fases iniciais de colonização e em períodos de fragilidade metropolitana”, sendo a negociação constante no exercício da autoridade, ela era mais intensa em conjunturas específicas, no entanto, vale ressaltar que a autoridade negocia, mas não se negocia a autoridade.⁴⁶

Para Hespanha, “a fazenda foi sempre o alfofre das novidades das monarquias corporativas e, também, o campo de eleição dos negregados alvitristas de arbítrio (vs. razão), sempre prontos a inventar novos meios de fazer crescer a riqueza do rei”. Isso explicaria o porquê de, no domínio da fazenda, terem ocorrido “alguns assomos disciplinadores” e seria por isso que, para aqueles que se ocupam de matérias circunscritas à fazenda, “o século XVIII já apareça como um período de maior controle”.⁴⁷

Seja como for, os agentes da administração central para fazerem crescer a riqueza do rei, precisavam negociar com os “potentados locais”, mas essa negociação, como já se disse, era assimétrica e, com o passar do tempo, tal assimetria tendeu a pender mais para a Coroa do que para o poder local, em outras palavras: isso significa que o movimento pendular entre a rigidez e a contemporização tendeu a se reduzir. Foi o que ocorreu no estabelecimento da dízima da Alfândega na Bahia, pois a princípio a reação à nova taxa foi uma revolta e o direito só conseguiu ser estabelecido por meio das ameaças veladas e das concessões feitas pelo vice-rei. Entretanto, no final, a dízima fora submetida ao sistema de contratos e a pauta utilizada para a cobrança reajustada. Ademais, os homens de negócio não tiveram sucesso em buscar, por meio das petições, as dimensões “desreguladoras” e “paralisantes” do direito comum contra a alteração da pauta.⁴⁸

45 CARRARA, Angelo Alves. *As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relat%C3%B3rio-de-pesquisa.pdf>> Acesso em: 09 de jan. 2013, p. 18.

46 ARAUJO, Luiz Antonio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: direitos e tributos régios minas setecentistas (1730-1789)*. Niterói: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 78.

47 HESPANHA, António Manuel. “Depois do Leviathan”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 5, maio de 2007, pp. 55-66, p. 63. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/almanack/PDFS/5/05_artigo_1.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2013.

48 Cf. SALLES, Hyllo Nader de Araújo. *Op. cit.*, pp. 60-70

A questão fundamental, nesse processo, é que os “assomos disciplinadores” no domínio da fazenda não seriam possíveis sem que houvesse uma negociação assimétrica com os poderes locais, ao que inevitavelmente se seguia uma centralização política, pois afinal como dissociar uma coisa da outra?

Não se pretende com isso defender a existência de um “projeto colonial”, aliás, é fácil constatar “a inexistência de um modelo ou estratégias gerais para a expansão portuguesa”, pois o fato de os administradores metropolitanos terem que, para assegurar o mando, acomodar os interesses dos poderes locais junto ao do poder central obstou a coerência entre objetivos e metodologias na maioria das vezes.⁴⁹

Ainda assim, é possível afirmar, com as palavras de Joaquim Romero Magalhães, que “todo o processo político e financeiro português resulta ser fortemente marcado pela determinação (...) [dos réis] de tomar em suas apertadas mãos a expansão ultramarina e os rendimentos que dela se obtêm”. A implementação da dízima da Alfândega na Bahia foi ilustrativa dessa determinação.⁵⁰

A monarquia portuguesa possuía sua centralidade na periferia, pois era dos “domínios ultramarinos”, em especial do Estado do Brasil no século XVIII, que adivinham tanto o seu sustento quanto o da nobreza do Reino.⁵¹ Estamos diante de um império formado pelo Reino e por suas colônias ultramarinas, cujas dinâmica e funcionamento foram regidos pelo pacto colonial, sendo seu corolário o exclusivo comercial, que, nos quadros da política mercantilista, visava o fortalecimento e a unificação do Estado frente aos seus congêneres.⁵²

49 HESPANHA, António Manuel. A constituição do império Português; revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSOS, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 163-188

50 MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Fazenda. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (org.). *História de Portugal; no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 90-105, pp. 92-93.

51 Cf. MONTEIRO, Nuno G. A “tragédia dos Távoras”: parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João & GOUVÊ, Maria de Fátima (Orgs). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 317-342 e NOVAIS, Fernando Antonio. *Op. cit.*, pp. 57-116.

52 Cf. HECKSCHER, Eli F. *La época mercantilista: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de edad Media hasta la Sociedad Liberal*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 17-28.

Referências bibliográficas

- AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o motim da Bahia motivado pelo aumento do preço de escravos e a invasão dos franceses; Lisboa, posterior a 9 de setembro de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 690].
- AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informa o governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, acerca do castigo que mandara executar nos três principais autores e cabeças do segundo motim que houve na cidade da Bahia; Bahia, 12 de janeiro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 709].
- AHU/BA/CARTA do governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, ao rei D. João V solicitando nomeação do seu sucessor devido estar terminando o seu mandato; Bahia, 25 de setembro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 721].
- AHU/BA/PROVISÃO (cópia) do rei D. João V nomeando o marquês de Angeja, Pedro António de Noronha Albuquerque e Sousa, para o cargo de vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil; Lisboa, 7 de abril de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 738].
- AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].
- AHU/BA/REQUERIMENTO (cópia) de Raimundo Maciel Soares ao rei d. João V solicitando certidão constando a ordem régia sobre a forma que se deve observar o despacho e arrecadação da dízima e qual regimento deve reger os ofícios da Fazenda e Alfândegas do reino [2ª série, cx.12, doc. 1011].
- ANRJ/Livro 4º da Alfândega de Salvador/PROVIÃO de Sua Majestade sobre a confirmação dos ofícios novamente criados para a arrecadação dos dez por cento e sobre a separação dos ofícios de porteiro e selador desta Alfândega.
- ABRIL, Victor Hugo. *Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)*. Rio de Janeiro, 2010 (Dissertação).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
- ARAÚJO, Luiz Antonio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: direitos e tributos régios minas setecentistas (1730-1789)*. Niterói: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 18, nº 36, 1998, pp. 251-580.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o rio de janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.
- CARRARA, Angelo Alves. *Receita e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.
- _____. *As receitas imperiais portuguesas: estrutura e conjunturas: séculos XVI-XVIII*. Disponível em: «<http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relat%C3%B3rio-de-pesquisa.pdf>». Acesso em: 09 de jan. 2013.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo, 1996 (Tese).
- FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Groers, Merchants of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. University of Texas, Austin, 1978 (Tese).
- HECKSCHER, Eli F. *La época mercantilista: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de Edad Media hasta la Sociedad Liberal*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSOS, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista;

- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 163-188.
- _____. “Depois do Leviathan”. In: Almanack Braziliense. São Paulo, n. 5, maio de 2007, pp. 55-66, p. 63. Disponível em: «http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_1.pdf». Acesso em: 12 de jan. 2013.
- _____. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 9-89.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Processo administrativo ibero-americano: aspectos sócio-econômicos período colonial*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1962.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. *O Algarve econômico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988.
- _____. A fazenda. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (org.). *História de Portugal; no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 90-105.
- MONTEIRO, Nuno G. “A ‘tragédia dos Távoras’: parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 317-342.
- _____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 249-283.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. “A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Maria das Graças (orgs.). *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 13-44.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo (...) USP, Ano V, n. 7, p. 31-48, 2014

_____. “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro: 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36, 1988, pp. 187-249.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo. *Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o porto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

“Projeto Montevideu”
a atuação do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca nos limites
entre América portuguesa e espanhola (1723-1732)

Victor Hugo Abril

Professor-tutor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e
doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

Esquadrinhar os procedimentos burocráticos e militares referentes aos insucessos portugueses na ocupação de Montevideu no século XVIII é o objeto deste artigo. Com o nome de “Projeto Montevideu”, o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque tracejava as diretrizes para ocupar a região, porta de entrada para a efetiva ocupação da região do Prata. Tais dados foram pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Ultramarino, identificando a prática governativa em torno da Nova Colônia do Sacramento.

Palavras-chave Colônia do Sacramento, procedimentos militares, insucessos portugueses.

Abstract

Scan the bureaucratic and military failures relating to the Portuguese occupation of Montevideo procedures in the eighteenth century is the subject of this article. With the name “Montevideo Project”, the governor of Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque was planning guidelines to occupy the region, gateway to the effective occupation of the La Plata region. These databases were searched in the Arquivo Nacional do Rio de Janeiro and the Arquivo Histórico Ultramarino, identifying the governing practice around Nova Colonia del Sacramento.

Keyword Colonia do Sacramento, military procedures, portuguese duds.

Notas historiográficas

Para melhor compreensão das questões que serão abordadas, é necessário pontuar um pouco sobre os fatos históricos do período estudado. Convém deixar bem claro, que não é a proposta deste artigo uma história definitiva sobre os acontecimentos que envolvem o governo do Rio de Janeiro – castelhanos – Colônia do Sacramento. Cabendo ao leitor e o autor aproximações com vasta historiografia a respeito do tema.

Para Paulo Possamai a Colônia do Sacramento foi fundada na “margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo”, obedecendo ao plano do príncipe regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América, “a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa”. Seguindo esta linha de pensamento a ocasião da fundação da Nova Colônia era propícia, pois a “decadente Espanha de Carlos II, o último Habsburgo espanhol, não parecia capaz de opor resistência aos velhos projetos expansionistas portugueses” que visavam dominar o estuário do Prata e, através dele, “assegurar a manutenção do fluxo da prata contrabandeada das minas de Potosí para Lisboa por via dos portos brasileiros”.¹

Segundo Zacarias Moutoukias a experiência de Manuel Lobo durou pouco e oito meses mais tarde uma força composta pela guarnição de Buenos Aires, milícias urbanas e 3000 indígenas das Missões Jesuíticas, terminaram por derrotar os portugueses. A Coroa lusa não tardou em reagir e promoveu uma ofensiva diplomática acompanhada de um desenvolvimento militar na fronteira. A Espanha cedia a essa ofensiva, pois acabava de sair de uma guerra com a França. O resultado foi o Tratado Provisional de Paz, em 07 de maio de 1681, segundo qual deveriam devolver-se aos portugueses as instalações nesta região. Acordo firmado na presença do governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em fevereiro de 1682, dando início ao primeiro período de vida da Nova Colônia do Sacramento, que se prolongaria até 1704.²

Num viés mais econômico, a pesquisa de Moutoukias no *Archivo General de Indias*, em Sevilla, nos esquadrinha dados importantíssimos das relações entre as Coroas lusa e hispânica em torno da região do Prata. Primeiro o historiador argentino analisa as cartas do governador de Buenos Aires, Herrera y Sotomayor, que informava, em 1690, os esforços

1 POSSAMAI, Paulo. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 10.

2 MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII: Buenos Aires, el Atlantico e el espacio peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitarias, 1988, p. 155.

portugueses para consolidar a colonização: transporte de famílias e mulheres solteiras, aumento da guarnição, construção de um forno e galpão para a fabricação de telhas, ladrilhos, etc., ou seja, “desde Rio de Janeiro fueron trasladados 100 soldados, 60 familias blancas, mujeres desterradas, familias de índios tupíes y negros”. Nas informações do governador, depois de 10 anos, o assentamento português estava relativamente protegido.³

Em outro momento Moutoukias investiga as correspondências de Gabriel Aldunate e Rada, procurador da cidade de Buenos Aires. Este procurador denunciava o aumento constante do comércio entre o Brasil e Colônia, o qual significava maior comércio com Buenos Aires. Queixava-se também da extensa exploração do gado *cimarrón* praticada pelos habitantes de Sacramento. “*El desarrollo de esta atividade dentro del actual territorio uruguayo fue la fuente de conflicto entre ambas ciudades más frecuentemente citada*”.⁴

Partindo de uma análise mais política das fronteiras do Brasil na região do Rio da Prata, Luís Ferrand de Almeida apontava que uma das consequências da intervenção portuguesa na guerra de sucessão de Espanha (1701-1713) foi à perda da Colônia de Sacramento, fundada em 1680. Cercada e atacada “por um exército hispano-guarani, as tropas portuguesas retiraram-se da região”. Ferrand pontuava que a luta continuava por outras frentes e prolongou-se por alguns anos, até a paz estabelecida entre Portugal e Espanha em 1715, no tratado de Utrecht. Através dessa paz os portugueses reivindicaram a restituição da Colônia do Sacramento com todas as terras até o Rio da Prata. Entretanto, os representantes do governo de Madrid tinham instruções para não admitirem, com o fundamento de que tal concessão colocaria em grande perigo Buenos Aires, o comércio de Potosí e as próprias Índias ocidentais, em geral.⁵

Joaquim Romero Magalhães faz uma síntese objetiva e direta desse conflito: “os espaços castelhanos não se abriram aos portugueses, nem os espaços portugueses aos castelhanos”. Para Romero a questão da fronteira sul do Brasil vê-se então recolocada no centro da política portuguesa indo de encontro com a tese de Luís Ferrand de Almeida.⁶

Caminhando pela análise política iremos esquadriñar a ocupação de Montevidéu. Cada vez mais interessava castelhanos e portugueses essa região. Nesse contexto, Montevidéu tornou-se angular nesses conflitos. Segundo o historiador Frédéric Mauro a decisão dos portugueses de se fixar nas terras ao sul foi uma consequência direta do conflito hispano-português na região do Rio da Prata, que irrompeu novamente em 1723 (com a questão de

3 *Idem*, p. 155-6.

4 *Ibidem*, p.157.

5 ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p.07.

6 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011, pp.59-83.

Montevidéu). Desde 1716 as relações se haviam exacerbado e os governadores de Bueno Aires e da Colônia do Sacramento se observavam atentamente e tentavam criar postos e povoações em outros pontos da margem esquerda do estuário, para garantir seu próprio comércio de carne, ouro e resina e conter a expansão do inimigo.⁷

Luís Ferrand de Almeida destacava que nesta década (1720) “os espanhóis se encontravam estabelecidos em Montevidéu”. Ou seja, a concorrência “lusu-espanhola no Prata, para além dos aspectos econômicos, tinha também uma componente política, que se traduzia num problema de soberania”.⁸

A Colônia do Sacramento

A ocupação de Montevidéu era o objetivo português tanto para dominar a navegação do Rio da Prata quanto para aumentar as operações militares sobre esta região, alvo da disputa luso-espanhola. Nos fins do século XVII D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, tinha recebido ordens do príncipe regente D. Pedro para ocupar e povoar Montevidéu. A Câmara do Rio de Janeiro não gostava da ausência do governador reinol, pois “*durou tão pouco este bem a este porto [...] durando o seu governo mais que seis meses*”. A comunicação política entre a Câmara e o rei tinha o objetivo de informar da “péssima administração”⁹ de João Tavares Roldão, governador interino, e do contrabando que este exercia em diversas naus. A intervenção da Câmara era que D. Manuel Lobo retornasse de Montevidéu para ocupar o governo do Rio de Janeiro, pois não poderia deixar desprotegida a praça fluminense.¹⁰ No entanto, a Câmara não teve sua solicitação atendida e, em 1680, D. Manuel Lobo fundava a Nova Colônia do Sacramento sob a jurisdição portuguesa.¹¹

7 MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império: 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, vol. 1, p. 473.

8 ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.*, p.10.

9 Carta dos oficiais da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro ao príncipe regente D. Pedro sobre o procedimento do tenente e mestre de campo general, João Tavares Roldão, que está governando a capitania na ausência do governador D. Manuel Lobo, que se encontra em Montevidéu estabelecendo a nova povoação. (Rio de Janeiro, 19/06/1680). AHU – Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio de Janeiro (1614-1830), cx. 05, doc. 445.

10 Convém deixar bem claro que D. Manuel Lobo não estava em Montevidéu, conforme a Câmara informava. O governador já estava bem distante, na recém fundada Colônia do Sacramento. Cf. POSSAMAI, Paulo. “Montevideo fortificado es otro Gibraltar”. In: *Revista Estudios Históricos*. Uruguai: CDHRP, dez. 2009, ed. 03.

11 *Idem*.

Passados 35 anos, já no reinado de D. João V, Montevideu continuava a permear as ambições lusitanas em torno daquela região. A 18 de outubro de 1715, o governador de Santos, Manoel Gomes Barbosa, recebia instruções da Coroa portuguesa para tomar posse da Nova Colônia do Sacramento, destacando os seguintes pontos:

Partireis do Rio de Janeiro com a maior brevidade possível, embarcando-vos nas embarcações que para esse efeito vos der o governador do Rio de Janeiro, como lhe ordeno, levando em sua companhia para guarnição da dita Colônia duas companhias do terço do mestre de campo Manoel de Almeida, que foi criado para esse feito, procurando que os oficiais e soldados delas sejam dos que já houverem servido e assistido na mesma Colônia, e ao mesmo governador vos mande dar as munições de guerra que vos podem ser necessárias.

Logo que chegardes ao porto e enseada da Nova Colônia, antes de saltares em terra, deveis mandar por um oficial inteligente e luzido visitar o governador de Buenos Aires e dares-lhe de teres chegado e vir por ordem minha tomar posse da Nova Colônia e seu território, e lhe entregareis as cédulas de el-rei católico para o dito governador de Buenos Aires fazer a entrega sem depender do vice-rei do Peru, e outra para este a ter assim entendido, e também levará uma cópia autêntica das mesmas cédulas, e instará para que com a brevidade possível se vos mande fazer a entrega, porque vos é preciso desembarcar logo e pores em terra a vossa gente para se refrescar, e isto mesmo exporei em carta sua que o dito oficial decretar em termos corteses, segurando-lhe a boa amizade e correspondência, por ser esta a ordem que levais minha com a maior recomendação [...]¹²

As cédulas d'el-rei católico são o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha em Utrecht, a qual restituía a Colônia a jurisdição portuguesa. O que torna instigante nessa instrução real é como o Rio de Janeiro se transformava num centro decisões da região centro-sul do Estado do Brasil. Manoel Gomes Barbosa se ausentava do governo de Santos, se deslocaria ao Rio de Janeiro, e estariam esperando por ele o terço do mestre de campo Manoel de Almeida para seguirem rumo à Nova Colônia do Sacramento. Contudo, nas instruções D. João V deixava claro na hipótese de uma resistência castelhana:

No caso em que os castelhanos pretendam entrar em regular os limites do território da Colônia, insistireis em que a posse há de ser na forma dos 5º e 6º artigos do tratado da paz, vista a cessão que nele fez el-rei católico procurando estender o território até o rio Erebuay, por ser este o terreno mais fértil e de maiores esperanças, e do sítio da Colônia para a foz do Rio da Prata, pretendendo juntamente que retirem o arraial de Vera, se ainda ali o tiverem, e a guarda do Rio de São João; e, no caso em que os castelhanos duvidem em parte ou em todo do referido, deveis tomar posse da colônia,

12 Carta do rei D. João V para o governador da praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: "Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevideu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 5-6.

e protestando de vos não entregarem todo o território dela mandareis conta, remetendo-me cópia autêntica de seu protesto.

No caso em que os castelhanos não assinarem limites ao território, deveis com grande cuidado, indústria e dissimulação tomar posse da terra que vai assinalada no capítulo precedente, e no caso de pôr-se-vos alguma dúvida não romperei com eles a correspondência, mas protestareis e dareis conta, remetendo cópia do protesto [...]¹³

O rei finaliza as instruções dizendo que assim que tomar posse da Nova Colônia, Manoel Gomes Barbosa deverá construir fortalezas e assumir o governo. Esta circulação de informações instalaram um palco de conflitos entre portugueses e castelhanos na região do Prata. Montevidéu tornava-se região chave para a efetiva ocupação da Nova Colônia.

“Projeto Montevidéu”

A comunicação política do governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, com a Coroa movimentava-se em torno da ocupação de Montevidéu, como principal eixo para a conquista efetiva de toda a região do Prata. Em setembro de 1723, comunicava ao rei que

Pelo navio de licença que a este porto chegou em 6 do presente mês [setembro de 1723] recebi uma carta de Sua Majestade, expedida pela Secretaria de Estado, em que me ordena mande logo a guarda costa com alguma gente da guarnição desta praça a tomar posse e fortificar-se em Montevidéu, e logo em seu cumprimento mandei preparar a guarda costa com a sua guarnição, e desta praça vai um destacamento de cento e cinquenta homens dos de melhor nota, com três capitães e mais oficiais competentes, e por cabo dele o sargento-mor Pedro Gomes Chaves, que é o que aqui achei mais capaz, que tem visto guerra com bom procedimento nela, e com a circunstância de engenheiro; e, suposto entendo será necessário mais gente, não me atrevo a desfalcar dos terços maior número, pois que estes ambos se compõem de seiscentos homens, entre os quais há muitos velhos quase estropiados e muitos soldados novos [...]¹⁴

13 Carta do rei D. João V para o governador da praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, p. 07.

14 Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao rei Dom João V sobre tomar posse e fortificar Montevidéu. (Rio de Janeiro, 30/09/1723). In: “Documentos relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 20-22.

A falta de homens para compor o terço é uma das queixas de Aires Saldanha, queixa importante para a capitania do Rio de Janeiro, pois segundo o governador os soldados ou são velhos “estropiados” ou muito novos. Além disso, o governador pedia reforços da guarda costa da Bahia. Contudo, o rei já vinha sendo informado pelos governadores da Colônia do Sacramento que os espanhóis de Buenos Aires estavam fortificando Montevidéu.

Em 1722, Antônio Pedro de Vasconcelos comunicava ao rei da visita do sargento-maior da Colônia do Sacramento, Manoel Botelho de Lacerda, à cidade de Buenos Aires. O motivo da visita era entregar ao governador D. Bruno Zaballa as cédulas reais assinadas por Felipe V, rei da Espanha, e D. João V, rei de Portugal, nas quais o primeiro restituía ao segundo a prata da Nau Caravela que naufragou próximo a Buenos Aires em 1720.¹⁵

A carta não era somente para comentar o naufrágio e a restituição de prata. Tinha outra intenção. O mesmo sargento-mor comunicava ao governador que no tempo em que estava na cidade de Buenos Aires chegou por “via de Panamá ordem ao governador de Buenos Aires, despachada da corte de Madrid para que povoasse Montevidéu”. Recebida a ordem do rei espanhol o governador de Buenos Aires fez uma junta para debater esta matéria e ficou decidido “ajustar esperar-se os navios de registro para com eles se poder dar melhor execução”.¹⁶

Os detalhes com que o sargento-maior informava a Antônio Pedro de Vasconcelos foi possível devido a informação do “presidente do assento real de Inglaterra” que estava na junta do governador de Buenos Aires, por ser um homem muito poderoso naquela região, contudo também era “muito amigo da nação portuguesa”. Com o conhecimento dos fatos, o governador da Colônia expressava a dúvida de como proceder nessa situação. Lembremos que Antônio Pedro Vasconcelos tinha laços de amizade com D. Bruno de Zaballa, governador de Buenos Aires. A princípio tinha como projeto ocupar, imediatamente, Montevidéu, antes de os espanhóis executarem as ordens do rei Felipe V. Todavia, não sabia se este impulso seria ou não do agrado do rei D. João V e se temia que a ocupação causasse “na Europa alguma inquietação”.¹⁷

Antônio Pedro de Vasconcelos mandou cópias da carta ao governador-geral da Bahia e ao governador do Rio de Janeiro. Sem saber como proceder, antes das instruções reais, o governador da Colônia escreveu uma carta ao presidente do assento da Inglaterra, que havia informado sobre os planos da ocupação de Montevidéu, para que “comprasse”, ou seja,

15 Carta do governador da Nova Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos, ao rei D. João V sobre a restituição, pelos castelhanos, da prata da nau portuguesa Caravela, e sobre a povoação de Montevidéu. (Nova Colônia do Sacramento, 30/10/1722). AHU – Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Nova Colônia do Sacramento, cx 01, doc. 85.

16 *Idem.*

17 *Ibidem.*

subornasse pessoas que faziam parte da junta do governador de Buenos Aires para informar das últimas decisões a respeito de Montevidéu. Antônio Pedro de Vasconcelos estipulava um preço para subornar estas pessoas: “até cinco mil pesos”. O valor seria pago “tanto que se consiga sendo estes os meios mais suaves e mais ocultos” que o governador poderia utilizar, “enquanto não chegam as reais ordens de Sua Majestade”.¹⁸

As ordens de D. João V, com estas informações compiladas, foi para que os navios guarda costa da Bahia e do Rio de Janeiro partissem em direção a Montevidéu. Contudo, o navio guarda costa do Rio de Janeiro deveria partir o quanto antes sem esperar o da Bahia. A ordem era objetiva: achando-se ou não espanhóis em Montevidéu, soldados do Rio de Janeiro deveriam ocupar imediatamente o território, e, estabelecida a ocupação se unir ao governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos. O bilhete do rei mostra o cuidado desta empreitada militar:

*[...] Este negócio é de tanta importância e de tal reputação à minha Coroa como se deixa ver, e assim espero [Aires Saldanha de Albuquerque] de seu zelo e amor que tendes a meu serviço vos aplicareis a ele com tal cuidado, que se consiga o desejado fim de se não perder uma terra que pertence aos meus domínios, guardando nesta expedição grande segredo para que os castelhanos se não previnam e se faça impossível ou mais dificultoso deixá-los fora.*¹⁹

Esse segredo fez Aires Saldanha intitular a ocupação de “*Projeto Montevidéu*”. Ou seja, a ocupação de terras espanholas a partir de Montevidéu, em sigilo. Projeto costurado por Antônio Pedro de Vasconcelos com suborno das pessoas da junta do governador de Buenos Aires para informar os detalhes da ocupação de Montevidéu. Preocupado com a questão da guarnição militar, Aires Saldanha nomeava o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca para juntar-se às forças provenientes do Rio de Janeiro que rumavam a região do Prata. De acordo com o governador do Rio de Janeiro, para a fortificação e povoamento de Montevidéu “se faz preciso nomear um cabo de toda a autoridade, inteligência e satisfação, reconhecendo estas circunstâncias na pessoa do Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca”.²⁰

A trajetória deste mestre de campo fora marcada pelos sucessos na Guerra de Sucessão de Espanha, na qual combateu-os na fronteira com Portugal, enquanto era sargento-

18 *Ibidem*.

19 Carta de Sua Majestade vindo pelo navio de licença, que chegou a este porto em princípio de setembro de 1723. (Lisboa, 09/06/1723). Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 23-25.

20 Ordem que há de observar o Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01º/11/1723). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 25-28 (grifos meus).

mor do terço da Vila de Niza, em Trás os Montes. Tais feitos pendiam a aceitação de Aires Saldanha a escolha de Manoel de Freitas a frente deste “projeto”.

Este mestre de campo embarcava com cento e cinquenta soldados e demais oficiais²¹. As instruções passadas por Aires Saldanha ao mestre de campo eram:

a) logo que chegasse ao porto de Montevidéu faria o exame cuidadoso da região para verificar se ali se encontravam espanhóis;

b) o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca mandaria um oficial, dos mais capazes, à terra com o pretexto de fazer um aviso à Colônia do Sacramento, entretanto, o pretexto seria a averiguação da fortificação de Montevidéu, o número de pessoas e sítios para assim mapear táticas de ataque à região;

c) necessitando de ajuda deveria informar ao governador da Colônia do Sacramento para mandar reforços por terra ou por mar, caso não fosse amigável a entrega de Montevidéu pelos espanhóis;

d) na hipótese de encontrar a região de Montevidéu vazia, desembarcaria e logo trataria de fortificar a região e fazer aviso ao governador da Colônia do Sacramento e ao governador do Rio de Janeiro para qualquer coisa que pudesse ajudar;

e) encontrando na região os espanhóis fortificados, se fosse impossível desalojá-los, deveria usar da dissimulação, “fazendo-se de amigo” e depois retornará a embarcação para planejar o ataque efetivo;

f) o mestre de campo estava advertido de que qualquer embarcação que fosse para conserva (contraguarda ou proteção) do guarda-costas na Colônia do Sacramento, este não deixaria sair do porto de Montevidéu. Em suma, qualquer embarcação que fosse da Colônia passando por Montevidéu ficaria retida e só sairia pelo despacho do próprio mestre de campo;

g) por fim, tudo que faltasse às ditas instruções ficaria sobre o “*prudente arbitrio*” do mestre de campo Manoel de Freitas executá-lo, “como melhor lhe parecer, e conforme a importância deste negócio, pelo muito que eu [Aires Saldanha de Albuquerque] o fio de sua pessoa”.²²

A 07 de dezembro de 1723 Aires Saldanha redigia uma carta ao rei Dom João V sobre a posse de Montevidéu, relatando que, segundo as notícias que tinha sobre a Colônia do Sacramento, a paz entre portugueses e os espanhóis era fato consumado, devido, em grande parte, às relações amistosas entre Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia, e D.

21 Dentre estes oficiais a título de curiosidade, temos: Pedro Gomes Chaves, Luiz Peixoto da Silva, D. Manuel Henrique de Noronha, entre outros.

22 Ordem que há de observar o senhor mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01º/II/1723). In: “Documentos relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 25-28.

Bruno Zaballa, governador de Buenos Aires. Tal armistício o fez supor “que o destacamento que foi desta praça [Rio de Janeiro] com a [fragata] Guarda-costas estará já sem embaraço algum de posse do sítio de Montevidéu, de que espero brevemente boas notícias”.²³

Entretanto, as notícias não seriam aquelas que o governador do Rio de Janeiro queria comunicar ao rei. Estando sob o comando do mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca, as tropas portuguesas foram derrotadas pelos espanhóis de Buenos Aires. O próprio Aires Saldanha que escrevera ao rei dando notícias de um possível sucesso da ocupação de Montevidéu escrevia, um ano mais tarde, sobre o insucesso.

O governador informava que os destacamentos militares chegaram ao território em primeiro de novembro de 1723 e “princiaram a por em execução a ordem que levavam”, para ocupação de Montevidéu. Entretanto, advertido o “governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zaballa, mandou logo um destacamento de cavalaria que embaraçou o projeto de tal forma, que o mestre de campo resolveu se retirar outra vez para o Rio de Janeiro, suposta a impossibilidade de continuar o desígnio com que foram [...]”.²⁴ Nessa rede de informações, cartas, bilhetes, o governador de Buenos Aires também tinha seus informantes e usava os “meios mais suaves e ocultos” para ter informações dos projetos portugueses.

Enquanto nas instruções de Aires Saldanha a Manoel de Freitas destacava-se que o mestre de campo tinha livre arbítrio para decidir, este optava pelo recuo das tropas. Quando a carta do governador do Rio de Janeiro era enviada nas frotas para o reino, informando as possíveis boas novas da ocupação, deveriam estar chegando ao porto da cidade fluminense os cento e cinquenta homes e demais oficiais do terço sob comando de Manoel de Freitas da Fonseca, derrotados pelos espanhóis de Buenos Aires em Montevidéu.

Consequências do insucesso português em Montevidéu

Para melhor encaminhar essa questão sobre a ocupação efêmera de Montevidéu, é necessário demorar-se um pouco sobre as consequências desse insucesso português. E as correspondências não tardaram a chegar aos conselheiros ultramarinos em Lisboa. Antes da

23 Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque ao rei Dom João V, sobre a posse de Montevidéu e as notícias de paz estabelecida com os castelhanos na Nova Colônia do Sacramento. (Rio de Janeiro, 07/12/1723). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx. 13, doc.: 1505.

24 Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.

empreitada a Montevidéu, o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca solicitava ajuda de custo, como relatava a Fazenda Real:

“Diz o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca que como está nomeado por Sua Excelência [Aires Saldanha de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro], para pagar a gente que vai desta Praça [Rio de Janeiro] para onde ordene Sua Majestade [Montevidéu], [...] necessita de uma ajuda de custo na forma que o dito Senhor, que Deus guarde, costuma mandar dar para semelhantes ocasiões, e como em três pagamentos sucessivos lhe tinham tirado a metade de seus soldos, que costuma vencer por não ter o seu Terço com o número de trezentos soldados que Sua Majestade manda [...] portanto pede a Sua Excelência [o governador] seja servido mandar lhe dar a mesma quantia que se lhe tem abatido do seu soldo nos ditos três pagamentos, por forma de ajuda de custo, pois assim espera da Real Grandeza de Sua Majestade movido da informação que Sua Excelência [o governador] lhe der neste particular o haja assim por bem e juntamente lhe mandar pagar o tempo que até o presente tiver vencido, no que, receberá mercê”.²⁵

Seguem a este requerimento os despachos tanto do provedor quanto do procurador da Fazenda Real em relação ao suplicante: Manoel de Freitas. Ambos posicionavam-se contrários a ajuda de custo, alegando que o mestre de campo não possuía o número de trezentos soldados em seu regimento e que não achavam ordem real alguma que mandasse praticar tal ajuda, ponderava José Leitão, escrivão da Fazenda Real.²⁶ Contudo tais petições foram suprimidas por ordem do governador Aires Saldanha. A Fazenda Real escrevia que:

“mandou o governador que sem embargo das dúvidas se cumprisse o seu despacho; e, com efeito, mandei [Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda Real] entregar ao dito mestre de campo a dita quantia de duzentos e setenta e seis mil réis, debaixo de uma fiança que se obrigou a torná-la a entregar”.²⁷

O Almojarife (tesoureiro) da Fazenda Real entregara o dito valor ao mestre de campo, por ordem do governador. Em outra situação, o provedor da Fazenda Real do Rio de

25 Requerimento do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.

26 *Idem*.

27 Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx. 14, doc. 1532.

Janeiro, relatava outra ajuda de custo que o governador pedia para a ocupação de Montevideú: gastos com as tropas e com a fragata Guarda-costas Nossa Senhora da Oliveira, cujo capitão de mar e guerra era Dom Manoel Henriques de Noronha. O provedor da Fazenda Real escrevia que desconhecia em seus regimentos que o rei enviasse ajuda de custo aos governadores nas ocasiões de ocupações de territórios. Contudo, o provedor concedeu ajuda de custo ao governador que “dando fiança o dito Dom Manuel lhe dessem da Fazenda de Sua Majestade quatrocentos e oitenta mil réis”. Interessante frisar que a provedoria da Fazenda Real só concedera tal auxílio, pois em outrora havia ajudado outro governador em caso semelhante.²⁸ Com isso, temos tirados dos cofres da Fazenda Real os duzentos e setenta e seis mil réis, dados ao mestre de campo, e os quatrocentos e oitenta mil réis, dados ao capitão de mar e guerra.

O governador Aires Saldanha, em outro momento, ordena a Provedoria da Fazenda Real que o dinheiro que houvesse mais por conta da Provedoria, “mandasse dar três mil cruzados para se pagar a Companhia de Dragões do capitão José Rodrigues de Oliveira” que vinham das Minas Gerais para passar a Montevideú.²⁹ Do requerimento dos oficiais e soldados da primeira Companhia de Dragões constava os seguintes pontos, que queremos destacar:

“estes suplicantes [a primeira Companhia de Dragões] vieram das Minas a ordem de Sua Excelência [o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha] para a segunda expedição a Montevideú [a primeira era do Regimento de Manoel de Freitas da Fonseca] e como até o presente estiveram esperando resposta dos avisos que Sua Excelência [Aires Saldanha] e os suplicantes fizeram ao Excelentíssimo Senhor Dom Lourenço de Almeida [governador das Minas Gerais] se senão poder assistir a Companhia por esta provedoria [das Minas Gerais] por se achar exausta, e que daquele governo [do Rio de Janeiro] é que se lhe havia mandar assistir com o ouro que fosse preciso para se pagar a dita Companhia e fazer os mais gastos do caminho[...]”³⁰

28 Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V sobre a partida da fragata guarda-costas, Nossa Senhora da Oliveira, de que é capitão de mar e guerra, D. Manoel Henriques, com destino a Montevideú; e o pedido de ajuda de custo feito pelo mesmo capitão ao governador, Aires Saldanha de Albuquerque. (Rio de Janeiro, 20/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx: 14, doc. 1527.

29 Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevideú. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx. 14, doc. 1585.

30 Requerimento dos oficiais e soldados da Companhia de Dragões das Minas Gerais. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevideú. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de

O dinheiro seria, mais uma vez, retirado da Fazenda Real do Rio de Janeiro, pois a Provedoria das Minas Gerais alegava não ter condições de financiar o trajeto dos soldados da Companhia de Dragões para o Rio de Janeiro, nem ajudar com os víveres necessários para a tropa. Mais uma vez, o governador Aires Saldanha retirava dos cofres do Rio de Janeiro essa ajuda de custo.

Tínhamos os duzentos e setenta e seis mil réis e quatrocentos e oitenta mil réis dados à primeira expedição a Montevidéu (ao mestre de campo Manoel de Freitas e o capitão de mar e guerra Dom Manuel Henriques) incluindo os três mil cruzados a serem pagos a segunda expedição, pela Companhia de Dragões. Todos os pagamentos obtidos dos cofres da Fazenda Real do Rio de Janeiro, que com tantas retiradas fazia empréstimos a demais instituições locais, como a Casa da Moeda.

O provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira anunciava a chegada de marcos de ouro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro entre os anos de 1720 até 1724. Sendo que, nesse período, concedeu empréstimos a Fazenda Real e ao governador Aires Saldanha para a “nova povoação de Montevidéu”. Somava a esses empréstimos a quantia de quarenta mil cruzados pagos pelo Tesoureiro da Casa da Moeda, respectivamente, a Fazenda Real e ao governador Aires Saldanha. O provedor da Casa da Moeda informava ao rei que não remeteu esta quantia ao reino, pois ainda não tinha recebido o dinheiro do empréstimo que concedera.³¹

Convém deixar bem claro que toda a circulação de dinheiro e ouro foi autorizado pelo rei, com o propósito de ocupação e fortificação de Montevidéu, e, conseqüentemente, ter o domínio da região do Prata. Podemos ter por hipótese a ambição e persistência de Aires Saldanha de Albuquerque no “*Projeto Montevidéu*”, como assim era tratado. Tais meios somavam-se a inúmeras ajudas de custo, apoio militar de outros regimentos do Estado Brasil, como a Companhia de Dragões, das Minas Gerais. Incluindo, inúmeros empréstimos, contraídos a Fazenda Real e a Casa da Moeda. Pesquisando mais sobre este tema, encontramos um conflito entre o governador do Rio de Janeiro e o vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, no que tange a retirada, por Aires Saldanha, do dinheiro do imposto para a feitoria de Ajudá, na costa de Benim na África. Nesse momento, o vice-rei do Estado do Brasil interviu e proibiu essa ajuda. O conselheiro ultramarino Antônio

Janeiro, cx. 14, doc. 1585.

31 Carta do provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira, ao rei Dom João V, sobre os empréstimos concedidos pela referida Casa à Fazenda Real, para suprir as despesas com o socorro a Montevidéu, informando que na presente frota não envia ao Reino o dinheiro da dita casa, porque ainda não recebeu o pagamento do empréstimo. (Rio de Janeiro, 17/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx. 14, doc. 1597.

Rodrigues da Costa corroborava a decisão do vice-rei e proibia a retirada do dinheiro, redigindo o seguinte parecer:

“Faço saber a vós Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro, que o Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, me fez presente em carta de dezesseis de maio do presente ano [1725] em como vós lhes haveis dado conta, em que com a ocasião de ajudar o governador Aires de Saldanha em continuar o projeto de Montevideú [...] se aproveitara de três contos trezentos e noventa e um mil réis que pertencia ao novo imposto para a feitoria de Ajudá. Sou servido ordenar vos restituais logo este dinheiro a Provedoria-mor da Fazenda da Bahia, e que por nenhum acontecimento se divirta [se desvie] o tal rendimento, por que senão siga o dano e prejuízo de se arriscar a conservação daquela fortaleza [de Ajudá] [e] lhe faltarem os rendimentos destinados a seu sustento”.³²

Neste emaranhado de acontecimentos, conflitos, empréstimos, petições e pareceres seria melhor para o governador Aires Saldanha comunicar ao rei boas notícias do projeto de Montevideú, do que relatar o fracasso de tal empreitada. Quem julgava o que seria melhor para o governador era a Coroa e insucesso da ocupação de Montevideú deixou inúmeras consequências.

Considerações Finais

Entre as consequência da ocupação efêmera de Montevideú estava a prisão de todos os capitães e oficiais que participaram do “*Projeto Montevideú*”, desde o sargento-mor ao mestre de campo. A prisão fora efetuada pelo governador Aires Saldanha de Albuquerque que não tinha ordenado o recuo e a fuga das tropas depois de enfrentarem o destacamento militar e os índios, ambos sob controle do governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zabala. Aires Saldanha também criticava o recuo das tropas pelo artifício do governador de Buenos Aires que alegara que as terras de Montevideú pertenciam ao Rei Católico de Castela. Com isso, foram presos numa fortaleza no Rio de Janeiro: Luiz Peixoto da Silva, Dom Manuel Henriques de Noronha, José Rodrigues de Oliveira e Manoel de Freitas da Fonseca.

32 Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao rei Dom João V, em resposta à provisão régia de 09 de novembro de 1725, sobre a carta do vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, denunciando as intenções do governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, em utilizar os rendimentos do novo imposto da feitoria de Ajudá no projeto de Montevideú, em vez de ser entregue à provedoria da Fazenda Real da Bahia; informando que restituirá o dinheiro que pertence a Provedoria da Bahia, conforme a ordem régia. (Rio de Janeiro, 20/05/1726). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, cx. 16, doc. 1764.

Depois deste acontecimento e o insucesso da conquista de Montevideú o rei Dom João V ordena o regresso de Aires Saldanha ao reino, o substituindo por Luís Vahia Monteiro, em 1725. Por carta do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, e por decisão régia os presos (o mestre de campo e demais oficiais) foram absolvidos e soltos, com a seguinte ordem: “continuarem no exercício de seus postos, sem que lhe formasse culpa do abandono”.³³

Entretanto, a maior reivindicação do mestre de campo e demais oficiais encarcerados por Aires Saldanha de Albuquerque era a restituição do pagamento do soldo atrasado no tempo em que estiveram presos. O mestre de campo, que comandou a expedição a Montevideú, Manoel de Freitas da Fonseca, morreu em 1738, sem receber a restituição dos soldos no tempo que estivera confinado na fortaleza.

Questionado pelo rei Dom João V, Aires Saldanha, a esta época residindo em Lisboa, redigia um atestado no ano de 1755, reconhecendo os valores dos soldados que aprisionara e suas aptidões, dizendo que:

“o capitão Luiz Peixoto da Silva é um dos Capitães que foram à dita expedição [de Montevideú] e eu [Aires Saldanha] o reconhecer sempre por um soldado de muita honra e bom procedimento, com aptidão, prontidão e zelo do Real Serviço e sei que dos oficiais que foram à dita expedição [de Montevideú] é o que existe vivo, e como não se lhe formou culpa, parece que justamente requer o pagamento atrasado do tempo que esteve preso”.³⁴

Através desse caminho, não fora nossa intenção ressuscitar instituições ou enaltecer heróis, e sim, montar o cotidiano administrativo e bélico que envolvia governador e subordinados. Visto o dia a dia da administração portuguesa, fomos tecendo o fio de nosso relato, através dos rastros da guerra entre portugueses e castelhanos, e o “projeto Montevideú”.

Temos consciência das lacunas, e nenhum momento traçamos uma história definitiva do governo do Rio de Janeiro ou da ocupação e povoamento de Montevideú. Segundo Fernando Novais, em “História, não pode haver nunca a obra definitiva; tudo que podemos aspirar são aproximações”. Em suma, a história não se faz com certezas e afirmações

33 Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevideú. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.

34 *Idem.*

categorías. Para Novais “os juizes da História são sempre os leitores”, cabendo a eles “verificar qual a melhor solução, qual a que mais satisfaz seus critérios de verdade e de compreensão”.³⁵

Referências bibliográficas

ABRIL, Victor Hugo. Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743). Dissertao de mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigao Científica/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilizao Brasileira, 2003.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder.: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: São Paulo, Edusc, 2003.

FERNANDES, Valter Lenine. *Os contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726-1743)*. Dissertao de mestrado em História. Rio de Janeiro, CCHS – UNIRIO, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econmica do império, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Traduo Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundao Alexandre de Gusmão, vol. 1, 2008.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII: Buenos Aires, el Atlantico e el espacio peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988.

35 NOVAIS, Fernando. *Aproximaes: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 13.

ABRIL, Victor Hugo (...) USP, Ano V, n. 7, p. 49-66, 2014

NOVAIS, Fernando. Aproximações. *Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

POSSAMAI, Paulo. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

Entre a lei e a prática comércio de escravos e soberania dos Estados ibéricos no Rio da Prata colonial¹

Hevelly Ferreira Acruche

Professora do Governo do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, bolsista pela CAPES)

Resumo

O objetivo deste texto é tratar das ações da Coroa portuguesa para a contenção do comércio ilegal no Rio da Prata ao longo da segunda metade do século XVIII, sobretudo no que diz respeito ao traslado de mão de obra africana. Ao mesmo tempo, mostraremos a ocorrência de práticas que envolviam tanto rios, terras e mares para a ocorrência do dito comércio, ainda que com todas as tratativas de proibição oficiais. Por fim, trataremos do papel de alguns portos do Brasil e como estes estavam conectados a partir de uma rede de indivíduos que atuavam em prol do comércio no Rio da Prata e de que forma as autoridades ora coíbiam, ora permitiam a ilegalidade naquelas paragens.

Palavras-chave Rio da Prata, contrabando, escravidão.

Abstract

The aim of this paper is to address the actions of the Portuguese crown for containment of illegal trade in the River Plate during the second half of the XVIIIth century, particularly with regard to the transfer of African hand work. At the same time, show the occurrence of practices involving both rivers, seas and lands for the occurrence of the said trade, in spite of all the treatises for the official ban. Finally, we will stress the role of some ports in Brazil and how these were connected with a network of individuals who worked on behalf of trade in the Rio de la Plata and how the authorities sometimes forbidded, sometime allowed the illegalities in the region.

Keyword River Plate, contraband, slavery.

¹ Esta pesquisa conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

A fronteira. Espaço de significados variados.² De uma linha imaginária a uma região na qual se inseriam conflitos, interesses, construções, trânsitos que deram a tônica definidora da soberania dos Estados Modernos. Em territórios fronteiriços, especialmente quando se aborda o continente americano, pode se conjecturar que diversas relações, caminhos, idas e vindas foram feitos sem se chegar a um denominador comum acerca do que pertencia a um determinado Estado e do que pertencia a outro.

O intento deste trabalho é mostrar em linhas gerais a relação entre o comércio e a manutenção das soberanias ibéricas a partir de meados do século XVIII no Rio da Prata. A implantação de medidas que visavam, de um lado, a intervenção do Estado na contenção do comércio no espaço platino faziam parte do cotidiano das relações da fronteira, vista aqui enquanto uma área aberta, porosa e cheia de significados para os grupos sociais que ali viviam e transitavam. Contudo, tais medidas reproduziam mecanismos e formas de introdução de mercadorias nos territórios espanhóis, de forma ilegal, de acordo com as demandas locais.

Desde pelo menos a década de 1730, a necessidade de delimitar as fronteiras entre portugueses e espanhóis era consensual, ao passo que era importante “[...] impedir a comunicação, e o comércio de Buenos Aires com os aviltantes da Colônia [portugueses] [...]”, pelo qual “nem os Portugueses pudessem entrar nas terras dos espanhóis, nem estes nas dos Portugueses a fim de evitar os distúrbios que pudessem acontecer [...]”.³ Além disso, trataremos da existência de prerrogativas régias que visavam dar fim a atividade comercial entre as colônias americanas.

Por fim, veremos como diversos portos do Brasil estiveram envolvidos no esforço de enviar ao Rio da Prata braços africanos, interligando várias regiões a partir de agentes mercantis cujas relações eram construídas no seio da própria família. Entre a lei a sua aplicação prática, observamos as nuances do “viver em colônia” onde a porosidade das fronteiras fica evidente na medida em que o controle destas regiões onde não era eficiente, mas conveniente a determinados interesses. Observaremos tal aspecto da sociedade colonial através da postura de indivíduos e de autoridades coloniais perante as prerrogativas régias, o que teria dificultado a configuração da soberania nos espaços fronteiriços da América ibérica colonial.

2 TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira no Oeste Americano”. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, 2004. BOLTON, Herbert E. “La mision como institucion de la frontera em el septentrion de Nueva España”. In: SOLANO, Francisco de & BERNABEU, Salvador (orgs). *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, pp. 45-60; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

3 “Rigorosas instruções de D. José Patiño ao novo Governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo para estabelecer o bloqueio da Colônia do Sacramento”. Divisão de obras raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Manuscritos da Coleção Pedro de Angelis. Antecedentes - Colônia do Sacramento (1669 - 1749), 1954.

Antecedentes

A imprecisão dos territórios na América Ibérica serviu a inúmeros interesses. O período da União Ibérica (1580 - 1640) foi importante para consolidar as relações entre lusos e hispânicos no comércio de couros, sebo e lãs em troca da prata extraída das minas de Potosí, o que deu a tônica da primazia portuguesa na região e evidencia o comércio intercolonial ao longo do século XVII.⁴ O comércio efetuado entre Buenos Aires, à época com seu porto fechado, e as províncias do interior conectava esse espaço a Lima, gerando forte dependência de seus produtos.

A presença lusitana no Rio da Prata se materializou, em termos territoriais, com a fundação da Praça da Colônia do Sacramento, em 1680, por Don Manuel Lobo, espaço privilegiado de acesso ao rio e aos domínios de Castela, e que também servia ao comércio ilegal. Este local também foi importante aos espanhóis, que disputaram a posse deste território com os portugueses ao longo de boa parte do século XVIII. A região foi objeto de cinco tratados internacionais, o que demonstra a importância geopolítica do local.⁵

O alvorecer do século XVIII trouxe diversas transformações no Velho Mundo, sobretudo na Espanha, onde se sentiu a necessidade de reformas econômicas. Ao pensarmos no equilíbrio europeu, a exploração colonial em inícios do Setecentos permitiu que Portugal obtivesse vantagens que muitas vezes serviam como moeda de troca graças à aliança inglesa e nas perspectivas lançadas ao pensarmos numa economia atlântica, onde o Brasil despontava desde fins do Seiscentos como espaço privilegiado do tráfico negreiro. Já a Espanha conhecia, desde meados do século XVII, uma crise política e econômica a qual afundava paulatinamente seu vasto Império desembocando na Guerra de Sucessão ao trono espanhol (1701 – 1713).⁶

No Novo Mundo, a indefinição das fronteiras trouxe à tona a necessidade de buscar legitimidade aos domínios territoriais adquiridos, haja vista que as linhas limítrofes traçadas a partir do Tratado de Tordesilhas eram pouco precisas e destoavam totalmente da realidade colonial. Cabe destacar que a ação dos bandeirantes, tanto na busca por caminhos que levassem a prata peruana quanto para o apresamento de mão de obra indígena, ao longo do século XVII, foram elementos que permitiram a expansão territorial lusitana nos trópicos, para além da linha demarcada em Tordesilhas.

4 CANABRAVA, Alice. P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: EDUSP, 1984.

5 PRADO, Fabrício. *In the Shadows of the Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese de Doutorado.

6 *Idem*.

Além disso, o peso das relações pessoais em ambos os lados da fronteira permitia a manutenção de práticas de comércio através das famílias, conforme já sinalizado em trabalhos sobre o tema, ressaltando a importância de casamentos endogâmicos para não fragmentar a riqueza e o patrimônio familiar,⁷ o que por sua vez tornou este grupo mercantil coeso, forte e atuante no espaço platino. Tanto os trabalhos de Zacarias Moutokias e Juan Carlos Garavaglia resultaram de pesquisas que demonstram a existência de conexões dos dois lados da fronteira no sentido de estabelecer o comércio dentro de relações de confiança e reciprocidades, evidenciando a participação de autoridades políticas e militares de ambos os lados a fim de garantir a continuidade do comércio intercolonial. Desta forma, embora possamos salientar a existência de grupos mercantis portugueses ligados as praças platinas no decorrer do século XVIII, é difícil enquadrar suas ações como legais ou ilegais;⁸ haja vista que estamos lidando com um período no qual o contexto internacional era cambiante e as necessidades locais eram urgentes, principalmente no que diz respeito a mão de obra.

O comércio é, para fins deste trabalho, elemento importante de observação. Com as regiões platinas subjugadas ao mando de Lima, capital do então Vice Reino do Peru; regiões como Buenos Aires, Montevideú e Colônia do Sacramento não fazia parte dos interesses imediatos da Coroa de Castela nos domínios atlânticos. Ao longo do século XVII, o porto de Buenos Aires esteve fechado ao comércio atendendo as prerrogativas dos mandatários de Lima; o que acarretou na busca por outras medidas de abastecimento do local, tais como o comércio ilegal. Lãs, couros, escravos, linhos, casemiras, tudo era comercializado clandestinamente em Buenos Aires.⁹

Mesmo com a Restauração portuguesa, em 1640, e a consequente separação dinástica, a natureza do comércio ilegal se conservou, apesar das diligências do Rei e dos funcionários de ambas as Coroas para coibir tais práticas. Os métodos utilizados pelos contrabandistas eram deveras conhecidos e por vezes havia certa frouxidão das autoridades na execução de mecanismos para evitá-lo. Portanto, com as perdas territoriais no Oriente para a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o foco comercial dos lusitanos paulatinamente deixava de ser o Oriente e se virava para o Ocidente, ou seja, das Índias Orientais para as Índias Ocidentais; no qual o oceano Atlântico despontava como espaço voltado ao comércio colonial.

7 Sobre o Rio da Prata, especificamente, ver Susan Socolow. *The merchants of Buenos Aires (1779 – 1810). Family and Commerce*. Cambridge University Press: Cambridge Latin American Studies, 1978.

8 MOUTOUKIAS, Zacarias. “Réseaux personnelles et autorité coloniale: les négociants de Buenos Aires au XVIII siècle”. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*. Ano 47, n. 4-5, 1992, pp. 889-915.

9 GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: ed. Perspectiva. 1982. p. 47.

Além disso, o papel da mão de obra é a pedra de toque a compreensão de boa parte do comércio entre lusos e hispânicos. Com a assinatura da paz de Utrecht, em 1713, a dinastia Bourbon teve de fazer inúmeras concessões para assumir o trono espanhol. Por este tratado, a Inglaterra passou a ter vantagens graças a concessão do *asiento*¹⁰ de negros para as colônias espanholas. Além da concessão de *asientos*, autores como Elena Studer mostraram as possibilidades do uso de licenças concedidas pela Coroa espanhola para o comércio no porto de Buenos Aires. Entretanto, em termos territoriais a Praça da Colônia do Sacramento foi incorporada aos domínios portugueses,¹¹ e todas as investidas espanholas a partir de então visaram reaver a posse do dito território; a qual se efetivou em 1777 com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

Deve se ressaltar que a Espanha não participou ativamente do trato negreiro e a vinda de africanos para suas terras eram garantidas por terceiros. Embora houvesse as prerrogativas do *asiento*, os portugueses ainda tinham preços mais atraentes e competitivos do que as companhias de comércio oficiais¹² e mesmo os mercados de Lima. Esta forma de comércio, considerada neste contexto como ilegal, era fomentada através de mecanismos como suborno às autoridades portuárias para a entrada da mercadoria nos portos espanhóis na América.

Um dos efeitos da paz de Utrecht foi um crescente esforço na chamada demarcação dos espaços coloniais ibéricos. Portugueses e espanhóis procuraram nomear marcos geográficos, mapear regiões até então pouco conhecidas a fim de manter sua soberania sob determinados espaços no Novo Mundo, construindo territorialidades que atendessem as suas necessidades a partir de critérios científicos que serviram para orientar o chamado Século das Luzes. O crescimento das duas Américas era confuso, o que tornava urgente a definição dos limites entre a América portuguesa e o mundo espanhol. A partir do desenvolvimento da ciência cartográfica, difundiu-se a ideia de uma territorialidade, de uma soberania homogênea a quem lusos e hispânicos deveriam respeitar. Ao seguir esta lógica de raciocínio, os espaços de comércio de ambas as Coroas, assim como os territórios, também estavam delimitados. Contudo, as especificidades do período nos mostraram que não seria uma tarefa fácil dar fim a relações comerciais no estuário platino.

10 Segundo Elena Studer, *asiento* era uma obrigação de serviço pessoal para o envio de escravos ao continente americano. STUDER, Elena F. S. de. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamerica, 1984, p. 58.

11 RIO BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. P. II.

12 BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record. 2000.

O panorama régio: do Tratado de Madri até o *Reglamento de Comercio Libre*, de Carlos III

Diante da urgência de se demarcar os territórios na América ibérica, um primeiro esforço para tal foi a assinatura do Tratado de Madri, de 1750. Era consensual que a diplomacia deveria ser utilizada para solucionar essas querelas e que, a partir da elaboração de mapas, ficava mais contundente questionar a posse de algum território nas áreas de fronteira. O conhecido “Mapa das Cortes”, de 1749, foi utilizado para dar sustentação às prerrogativas lusitanas, pelo qual alguns elementos foram manipulados visando favorecer os portugueses a fim de demonstrar que suas perdas eram maiores do que seus ganhos territoriais.¹³ Pelo Tratado de Madri, os territórios da Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões localizadas na margem oriental do rio Uruguai eram considerados espaços equivalentes nas negociações, ou seja, passíveis de troca de jurisdição. Desta forma, a Colônia do Sacramento passou a ser de domínio espanhol enquanto os Sete Povos, de domínio português.¹⁴

De acordo com Corcino dos Santos, a restituição do território da Colônia aos espanhóis, como parte das negociações do Tratado de Madri, gerou inúmeros protestos dos homens de negócios do Rio de Janeiro e do Governador da Colônia.¹⁵ Além disso, as determinações de Madri também não foram aceitas pelos povos indígenas que viviam nas Missões, sob a tutela dos padres jesuítas. A retirada dos Povos foi considerada uma traição do monarca espanhol aos indígenas, sob o argumento de que estes lutaram e defenderam aquelas terras da ganância portuguesa, especificamente o avanço paulista, o que levou ao cerco de tropas portuguesas e espanholas aos missionários, conhecido como Guerras Guaraníticas (1754 - 1756) e inviabilizou o processo demarcatório no extremo sul da América.¹⁶

Para além das medidas de demarcação dos limites na América ibérica, outros dispositivos ficaram previstos pelo Tratado de Madri. Um deles era diretamente relacionado ao comércio colonial, que consta em seu artigo XIX. A partir dele, temos que “Em toda a

13 BORGES, Graça Almeida. “Entre a diplomacia e a cartografia: o ‘tratado’ de Francisco de Seixas e a soberania portuguesa na América”. In: MACHADO, Marina; MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente (orgs). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, pp. 55-60.

14 O trabalho de Jaime Cortesão mostra bem detalhadamente as negociações do período anterior a Madri. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. 3ª edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, tomos I e II.

15 SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 132, 2010, p. 143.

16 QUARLELI, Lia. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009; QUEVEDO, Julio. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.

fronteira será vedado, e de contrabando, o comércio entre as duas nações [...]”. No corpo do mesmo artigo estavam previstas punições aos transgressores das ordens previstas, que só se salvariam das penas estabelecidas caso estivessem “constrangidos a chegar em território alheio por alguma urgente necessidade”.¹⁷ Desta forma, as relações comerciais entre os súditos de Portugal e Espanha estavam proibidas por lei, bem como a entrada de navios nos portos da América Meridional.

Todavia, a continuidade do comércio ilegal era evidente. E mais evidente ainda era a introdução ilegal de escravos pela fronteira platina, utilizando a Colônia do Sacramento como espaço central do dito negócio. Na época, o rei de Portugal, D. José I, emitiu um Alvará em 14 de outubro de 1751, onde se faz saber da “grande desordem, com que no Brasil se estão extraindo, e passando negros para os Domínios, que Me não pertencem [...]”. A saída de escravos das terras portuguesas para as espanholas não consistia em novidade. Como já mencionamos, desde a união dinástica os lusitanos tinham a primazia do comércio negreiro com a concessão de *asientos* pelos espanhóis, e isso não mudou com a intervenção das companhias inglesas e francesas em começos do Setecentos. Contudo, D. José I tentou conter o dito comércio ao estabelecer punições que contemplavam desde o pagamento de uma indenização em tresp dobro pelo valor do cativo até a pena de degredo por dez anos em Angola.¹⁸

Embora no texto assinado em Madri não tenhamos explicitamente uma alusão ao comércio negreiro, percebemos que pelo Alvará de 1751 era necessário impor sérias punições a fim de solucionar a questão. É possível sinalizar a partir do Tratado e do Alvará supracitados dois pontos importantes: primeiro, que o envio de braços para trabalhar na América espanhola consistia num crime e prejuízo a Real Fazenda portuguesa; em segundo lugar, que o comércio ilegal se deu não apenas pelas vias fluviais, mas havia também a possibilidade de fazê-lo por terra, ainda que numa escala menor. Ao fim e ao cabo, as possibilidades de extensão dos limites territoriais, tanto por Espanha quanto por Portugal derrubaram as prerrogativas do Tratado de Madri, que foram anuladas em 1761, o que dificultou a manutenção de um relacionamento pacífico não somente nas fronteiras americanas como também no próprio Velho Mundo, convulsionado pelos efeitos da Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763).

Com um retorno ao *status quo* anterior ao estabelecido pelo acordo de Madri, a fronteira platina teve um outro contorno de soberanias, ou seja, uma flutuação nos espaços

17 Tratado de Madri (1750), artigo XIX.

18 Alvará de 14 de outubro de 1751. Cf.: BERUTE, Gabriel dos Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul: c. 1790-c. 1815*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. 2006. p. 36.

territoriais fronteiriços. No que tange ao comércio, num *asiento* datado de 1765 é possível observar a dificuldade de manter o rigor das restrições a entrada de produtos no Rio da Prata. Pode se afirmar que, naqueles anos, o comércio ilegal por terra era utilizado e que a Colônia do Sacramento era espaço fundamental a esse trajeto tanto pela proximidade com Buenos Aires quanto por ser um espaço onde os escravos eram armazenados para serem remetidos posteriormente a região do Prata. O autor do *asiento* afirmou que

[...] Por mais rigor e zelo que se pôs, e pôe no contrabando, nunca pude evitar o da introdução de Negros [...] que se traficam da Colônia [...] e saltando em terra caminham os Negros até encontrar qualquer estância das imediações; ali pedem por favor ao dono que receba alguns Negros, e este o faz com facilidade e ainda com gosto [...]¹⁹

Desta forma, as tentativas de controle do comércio negreiro entre as colônias ibéricas esbarrava, entre outros fatores, na falta de controle das gentes na fronteira. A região continuava aberta, indefinida e isso dificultava a ação de ambas as Coroas. Os efeitos da Guerra dos Sete Anos foram sentidos na América Meridional com a invasão do General Pedro Cevallos a Colônia do Sacramento e ao continente do Rio Grande de São Pedro, enquanto parte das represálias representadas pela aliança entre Espanha e França em oposição aos ingleses, velhos aliados de Portugal. De acordo com autores como Jeremy Adelman, “A luta real, como de costume, aconteceu nas colônias, onde dois impérios conviviam. Na fronteira do Rio da Prata, forças espanholas e seus aliados indígenas usaram a ocasião para levar os brasileiros a margem leste”.²⁰ Tais querelas territoriais foram em parte solucionadas com a assinatura do Tratado de Paris, de 1763. Por esse Tratado, os territórios invadidos ao longo do conflito deveriam ser devolvidos a seus antigos monarcas.

Quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, as questões relativas ao comércio novamente vieram à tona. O comércio ilegal, sobretudo o de escravos, era uma realidade com a qual ambas as Coroas tiveram de lidar. Este, por ser rentável, se mantinha apesar das diligências do Alvará de 1751 através de subterfúgios que não oneravam a carga humana com o fisco real.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, a Colônia do Sacramento passava efetivamente a ser de domínio espanhol após as represálias realizadas por Pedro Cevallos a região e aos domínios portugueses, como a Ilha de Santa Catarina e o continente do Rio Grande. A

19 Biblioteca Nacional. Manuscritos da Coleção Pedro de Angelis. Asiento de negros aprovado aos portugueses datado de 1765. MS 508 (3) Doc. 51.

20 ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton University Press, 2006 (tradução nossa).

criação do Vice Reinado do Prata, em 1776, sinalizou não somente a independência do porto de Buenos Aires com relação a Lima, mas também o crescimento do interesse nessa região por parte da metrópole. De acordo com Kenneth Maxwell, as negociações de 1777 foram benéficas aos portugueses, pois as perdas no sul eram muito maiores do que a necessidade de manutenção da Praça da Colônia.²¹

Outro ponto abordado pelo Tratado foi o comércio. Novamente, o ponto central das discussões residia no comércio ilegal. Pelo artigo XVII, temos que

Qualquer indivíduo das duas Nações que se apreender fazendo o comércio de contrabando com os indivíduos da outra, será castigado na sua pessoa e bens, com as penas impostas pelas Leis da Nação que o houver apreendido [...]²²

Entretanto, ao seguirmos com a leitura do dito artigo XVII, a entrada de navios nos portos platinos foi autorizada em caso de urgente necessidade, tais como falta de suprimentos, necessidade de consertos, mau tempo, entre outros. Tal prática, definida pela expressão de época “arribada forçada”, tinha consigo a prerrogativa de dar apoio a uma nação amiga em momento de extrema necessidade e, ao mesmo tempo, serviu de pretexto plausível ao contrabando. O ex Governador da Colônia, Antonio Pedro de Vasconcelos, em carta a Gomes Freire de Andrade, insistiu que

[...] não se deve fazer despesa com uma Praça que só serve de capa para [] um comércio clandestino, e de contrabando [...] em qualquer outra Praça em que nos formos estabelecer, eles [espanhóis] as irão buscar [...]²³

A fala do ex Governador da Colônia não deixa, por si só, de ser um reflexo das necessidades enfrentadas pelo Rio da Prata ao longo dos anos. Além disso, ele anteviu a importância que Montevideú passou a ter em detrimento da Colônia, um “centro das redes de comerciantes portugueses e espanhóis na região”, a qual atendia as demandas tanto do comércio legal quanto ilegal.²⁴ Desta forma, as dificuldades de inserção desse espaço nos circuitos de comércio oficiais motivou, para fins de sobrevivência, a manutenção de laços e estruturas que não definhariam no curto prazo. Apesar das diligências das Coroas portuguesa

21 MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: o paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997, p. 186.

22 Tratado de Santo Ildefonso, artigo XVII.

23 AHU. Nova Colônia do Sacramento, cx. 6, doc. 28, cx. 1, doc. 67.

24 PRADO, Fabrício. “A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata no século XVIII”. In: *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 168-184.

e espanhola a fim de conter o comércio ilegal, é importante frisar que numa fronteira aberta, indefinida em seus contornos básicos e com a circulação de gentes de um lado para outro, era difícil conciliar os interesses metropolitanos e as demandas locais. Um primeiro esforço nessa direção foi a tentativa de inserção da Espanha no comércio negreiro, sinalizado pela assinatura do segundo Tratado de El Pardo, de 1778.

Por este acordo, ficava acertada a compra recíproca de negros “sem se ligar a contratos e *asientos* prejudiciais, como os que em outro tempo se fizeram com as companhias portuguesa, francesa e inglesa”. Além disso, a coroa de Portugal cedeu a Espanha os territórios das ilhas de Annobon, na costa da África, e de Fernando Pó, no golfo da Guiné para que os espanhóis pudessem comercializar com estas regiões sem prejuízo aos pontos de comércio lusitano na África.²⁵ Era possível, assim, abastecer os portos coloniais de mão de obra africana, tornando a Espanha assim independente dos comerciantes lusitanos.

Porém, a Inglaterra e a Espanha entraram novamente em conflito,²⁶ o que permitiu aos portugueses - potência neutra - a ingerência do comércio peninsular com as colônias. Embora os monarcas de Espanha estivessem inseridos num momento importante de abertura de suas relações comerciais, principalmente com a promulgação do *Reglamento de Comercio Libre*, de 1778, o conflito anglo - espanhol abriu novos interstícios na relação entre lusos e hispânicos na bacia platina; mantendo práticas legais num contexto extremo de guerra alinhavadas ao comércio ilegal, que persistia naquelas paragens. Isto ficou claro num regulamento passado aos intendentos de Buenos Aires em 1783, pelo qual ficava fixado que os produtos que entrassem na dita intendência deveriam possuir um selo e guias endereçados as autoridades ao sair de uma província a outra.²⁷

Portanto, podemos inferir que mesmo com as prerrogativas e ordens régias, o comércio ilícito permeou os espaços fronteiriços da América ibérica. Tal ponto fica claro não somente a partir dos tratados internacionais assinados, mas também a partir dos relatos dos Vice Reis aos monarcas, as instruções aos capitães de navios e pelos registros de embarcações que por ventura eram apreendidas. De norte ao sul, pode se observar a dinâmica das relações comerciais entre portugueses e espanhóis, sendo difícil saber o que era ilegal e o que era legal naquelas paragens. Vimos que os escravos constituíam fortes mercadorias de abastecimento dos mercados platinos; sobretudo ao pensarmos numa diminuição cada vez maior da mão de

25 Tratado de El Pardo. Tratado de amistad, garantia y comercio ajustado entre las coronas de Portugal y España, artigo XIII.

26 Este conflito, que durou de 1779 a 1783, é justificado pelo apoio dos espanhóis e franceses as lutas de independência na América do Norte contra os ingleses. TEJERINA, Marcela. Luso brasileños en el Buenos Aires virreinal. Trabajo, negocios y intereses en la Plaza naviera y comercial. 1ª edição. Bahia Blanca: EDIUNS, 2004. p. 72.

27 Biblioteca Nacional. División de Manuscritos. Coleção Pedro de Angelis, ms. 508 (6), doc. 78.

obra indígena. Veremos a partir desse momento o papel dos portos do Brasil nesse esquema de contrabandos para o Rio da Prata e casos que surgiram, evidenciando a ocorrência de práticas ilegais e como que laços de solidariedade, confiança e vínculos pessoais são a pedra de toque ao entendimento do comércio colonial em fins do século XVIII.

À margem da lei: portos, escravos e negociantes no estuário platino

Conforme mencionamos anteriormente, a Coroa de Espanha concedeu ao longo do século XVIII licenças e *asientos* de negros autorizando a inserção de mão de obra africana em suas possessões do Novo Mundo. No entanto, as ações e os esquemas de contrabando persistiram na bacia platina. Por ora, nos interessa como se davam alguns dos mecanismos de transformação do ilegal em legal, ou seja, aquilo que Tiago Gil chamou de construção social da mercadoria²⁸ onde também é possível ressaltar a centralidade da Colônia do Sacramento em tais ações.

Voltemos ao *asiento* que os espanhóis concederam aos portugueses em 1765. Pelo mesmo documento, é perceptível a urgência não somente na aquisição de escravos, mas também de víveres agrícolas para a sobrevivência. Para além deste ponto, era preciso evitar, com regras rigorosas, “que a embarcação Portuguesa que estivesse em Montevidéu se comunicasse com a Colônia do Sacramento”. Ainda de acordo com esse *asiento*, a rota de contrabando traçada entre Buenos Aires e Colônia ocorria com facilidade dada a pequena distância e a boa velocidade dos ventos.²⁹ E isso transparece no aumento demográfico da população escrava localizada na Colônia ao longo do século XVIII, evidenciando que muitos destes estavam apenas de passagem rumo aos portos platinos.³⁰

Além do uso de Colônia como um depósito de cativos rumo a Buenos Aires, outra forma de introdução ilegal de mão de obra pode ser exemplificada numa licença solicitada por Domingo Belgrano Perez, em 1784. Este caso se sustentava no disposto pelo *Reglamento de Comercio Libre*, de 1778; contudo o dependente de Perez, o negociante Francisco de la Peña Fernandes, não conseguiu obter a quantidade de africanos prevista na dita licença quando de sua ida ao Rio de Janeiro. Assim, o mesmo dependente teve de ir em busca de outros cativos em territórios como a Bahia a fim de completar o total previsto na licença.

Portanto, naquele momento Belgrano Perez solicitava trazer os negros do Rio Grande a Montevidéu haja vista que o mesmo se viu “na necessidade de fazer diligências para

28 GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

29 Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Manuscritos da Coleção Pedro de Angelis, ms. 508 (3), doc. 51.

30 PRADO, Fabrício. *Op. cit.*

conseguir levá-los do Rio de Janeiro ao Rio Grande [...] por terra”.³¹ Desta forma, a problemática do caso residia em trazer negros por terra ao estuário platino, o que demonstra uma via alternativa aos portos cuja conexão é conhecida. O ir e vir por terra poderia ser, em diversas ocasiões, um meio lícito de trazer carga humana ao Vice Reinado do Prata. Contudo, para as autoridades portuguesas, o caso deixava de ser um procedimento legal para constituir-se numa possível ação de contrabando pela fronteira do Rio Grande, empreendido por um súdito de Espanha que possuía contatos e vínculos estreitos com o Brasil.

Francisco de Paula Sanz, Intendente de Buenos Aires na época do pedido de Belgrano Perez, apresentou sua opinião acerca dos fatos em carta de 17 de maio de 1785. Segundo o Intendente

[...] sou de parecer, que longe de não estar corrente de modo algum a introdução por terra dos Negros, se fomentasse esta atendida a impossibilidade quase em que nos achamos de que possam abundar muito no dia não permitindo sua introdução em Navios Espanhóis tanto pela atual constituição destas, quanto pelo que deixo indicado das menores proporções que tem para a sua sombra introduzir outras fraudes [...]³²

Desta forma, temos clara a confluência de um comércio que ocorria tanto pelas vias marítimas quanto pelas vias terrestres no Rio da Prata. Embora em menor volume, este comércio pode ter se constituído num mecanismo de introdução ilegal de mercadorias, sobretudo carga humana, nos portos platinos. E se alguns desses cativos alegassem, em algum momento de suas vidas, serem proveniente de transações ilícitas? Um exemplo disso foi uma denúncia registrada em 1790 por um negro chamado Florêncio ao Vice Rei de Buenos Aires, Don Nicolás de Arredondo,³³ no qual o mesmo negro afirmou ter sido conduzido a Buenos Aires pela fronteira do Rio Pardo “em companhia de outros dois escravos, e uma Escrava chamados os homens Lorenzo e Pedro, e a mulher chamada Ana”.³⁴

Os ditos escravos foram levados a Buenos Aires e remetidos a um leilão. Nesses leilões, a carga era avaliada por dois médicos e taxada sob determinado valor, em pesos.

31 Archivo General de la Nación (AGN). División Colonia. Don Domingo Belgrano Perez solicita licencia para ir al Janeiro á traer Negros. Hacienda legalo 26, expediente 627.

32 *Idem*, ff. 15.

33 Sabemos que a denúncia foi feita pelo mesmo negro, sem nenhum auxílio de curador ou advogado pois no desenrolar do processo o Vice Rei D. Nicolas de Arredondo recebeu declarações “que convenham para descobrir o todo da fraude que o próprio Negro denunciou.” AGN. División Colonia. Expediente sobre la denuncia que ha hecho un negro de d. Tomas de Rocamora de haver venido de contrabando a esta capital. Hacienda legalo 58, expediente 1498, ff. 4-5.

34 AGN. División Colonia. Expediente sobre la denuncia que ha hecho un negro de d. Tomas de Rocamora de haver venido de contrabando a esta capital. Hacienda legalo 58, expediente 1498, f. 1.

Florencio, Pedro, Ana e sua filha menor tiveram elementos como idade e aparência física levados em conta na validação de seus preços. Ana, que na época tinha 30 anos e estava enferma, valia juntamente com sua filha 250 pesos. Os homens também foram taxados no mesmo valor de 250 pesos. De acordo com os registros do leilão anexados ao processo, o remate durou a tarde inteira até que se concluiu que “não há quem licite nem quem dê mais de 760 pesos pelos negros Florêncio, Pedro e Ana e esta com sua filha [...]”.³⁵

Porém, o antigo proprietário de Ana, o senhor Don Ambrosio Vivero reclamou a restituição da escrava no ano de 1792, alegando que sua aquisição fora feita por meios legais na aduana de Montevideú.³⁶ Ao final de três anos de seguimento do processo, a indenização solicitada por Vivero não poderia ser atendida pelos representantes da Real Fazenda espanhola, já que o parecer do fiscal criminal deixava claro que o que poderia ser feito era a devolução dos 260 pesos pagos em leilão pela escrava e sua filha menor.³⁷

Desta feita, a introdução de escravos no Rio da Prata se deu, ao longo do século XVIII, de forma corriqueira pelos rios e mares que levavam ao estuário platino. A atuação de súditos de Portugal nesse processo era consistente; e tal assertiva só era possível graças a consecução dos interesses locais por mão de obra somados as perspectivas de negociação destes homens. Além disso, a Coroa espanhola vivia uma política externa cambiante, o que deveras facilitou a continuidade da influência lusitana no comércio ilegal. A ação dos agentes locais, tendo vínculos de solidariedade e confiança em ambos os lados da fronteira reitera a proposta de uma interpretação que compreende a fronteira enquanto uma zona fluida, permeada de significados para os grupos diversos que ali viviam. Veremos a partir de agora um exemplo de como as relações fronteiriças podem ser tão fluidas ao ponto de dividir lealdades e posturas dos símbolos do poder real.

Don Manuel Cipriano de Melo: um contrabandista atlântico

Don Manuel Cipriano Melo, português radicado em Montevideú, conseguiu ao longo de sua vida construir amizades e relacionamentos condizentes com a condição de homem da fronteira, marcada por atuações importantes nos conflitos entre as coroas ibéricas. Fabrício Prado, ao estudar a figura de Manuel Cipriano, afirma que este “mudou de lealdades imperiais e mudou-se diversas vezes; apesar disto, suas redes comerciais, familiares e religiosas

35 *Idem.* Documento anexo ao processo, f. 52.

36 *Idem.* Apelação enviada aos senhores da Junta Superior da Real Fazenda pela providência expedida pelo Senhor Vice Rei, datada de 6 de junho de 1792, f. 74.

37 Consta no processo que o valor das cativas só foi devolvido a D. Ambrosio Vivero em 1798.

foram mantidas em estabilidade”.³⁸ Veremos como Don Manuel consolidou estas lealdades de forma fluida, sem necessariamente perder seus contatos com espanhóis e portugueses, sendo assim interpretado enquanto um homem de trânsitos nessas fronteiras.

Em 13 de março de 1792, chegou as mãos do Comissário português residente no Rio da Prata, Vicente José de Velasco Molina, uma “instrução” na qual se levantou uma série de informações sobre pessoas envolvidas na atividade do contrabando. Tal “instrução” seguia uma hierarquia de importância e de qualidade dos sujeitos envolvidos no dito comércio. O primeiro nome da lista era o de Don Tomas Antonio Romero, comerciante em Buenos Aires. Romero possuía um dependente, Dn Augustin de Acosta e ambos eram “favorecidos p[ela] cega proteção” do vice Rei Nicolás de Arredondo. Dn Manuel Cipriano era o segundo nome arrolado na “instrução”. Foi caracterizado como

[...] de nação Portuguesa, segundo Com[andan]te dos R[eais] Resguardos de Montevideú, casado com D^a Ana Joaquina da Silva, natural da Colônia do Sacramento, com seu pai e Parentes que se tem no Rio Grande de São Pedro [...]³⁹

Outros nomes apareceram na “Instrução”. Antonio Mendes de Oliveira, sogro de Manuel Cipriano, e José Rodrigues da Silva, cunhado do referido Antonio Mendes. Antonio Mendes de Oliveira era comandante do novo Povoado de Torotama, no Rio Grande.⁴⁰ Já José Rodrigues da Silva era um homem estabelecido na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Pedro Chaves, genro de Antonio Mendes de Oliveira, e Francisco de Acosta, primo da esposa de Mendes eram moradores de Torotama e completam o círculo de familiares de Mendes de Oliveira considerados envolvidos no comércio ilícito. Os últimos nomes da lista eram Juan Dias, um “transeunte dos povos de Portugal e Espanha”; Brás Carneiro Leão, correspondente de Don Romero e de Cipriano de Melo no Rio de Janeiro. Por último, Juan Marcos Vieira, correspondente de ambos em Santa Catarina.⁴¹

Em prosseguimento a “Instrução”, Molina relatou as ações dos ditos indivíduos no que diz respeito aos seus negócios no Rio da Prata. De acordo com ele, a partir de 1780 Cipriano foi acusado de realizar contrabandos. Inicialmente, ele solicitou uma permissão para introduzir em Montevideú 40 mil pesos vindos dos domínios de Portugal, justificados como

38 PRADO, Fabrício. “A carreira transimperial...”. *Op. cit.*, p. 169.

39 Arquivo Nacional. Códice 92, vol. 5, f. 30.

40 Torotama é uma ilha localizada na Lagoa dos Patos, no município de Rio Grande. Esta região era inicialmente ocupada por índios Tapes e possuía, como símbolo da presença portuguesa na região, estâncias reais para a produção de couro. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013, p. 51.

41 Arquivo Nacional. Códice 92, vol. 5, ff. 30-30v.

o dote de sua mulher no Rio de Janeiro. Esse dote, convertido em negros, madeiras e outros frutos daquele País, deveriam ser trazidos em embarcações portuguesas. A primeira leva começou em 1784 em duas Sumacas: O Dragão, cujo capitão era José Rodrigues de Freitas e A Divina, cujo capitão era José Rodrigues da Silva, arrolado na “instrução”. Esta viagem foi concluída e os referidos barcos chegaram a Montevideú.

A segunda expedição, datada de 1785, também foi comandada por José Rodrigues da Silva, numa Corveta chamada A Dumaneta. A embarcação tinha 330 escravos. Contudo,

[...] sabida sua chegada, fez o Porto, e que sem retardo algum se [baixou] a vela, se havia nele, p^a o Rio Grande de São Pedro onde chegou, e desembarcou os ditos escravos e demais efeitos, se sabendo q *alguns destes se introduziram p[o]r terra em Montevideú fraudolentemente [...]*⁴²

Pelo teor do documento, pode se concluir que a quantidade de escravos trazida para Montevideú era superior ao número de 330 e, por conseguinte, superior ao valor do dote da esposa de Cipriano, de 40 mil pesos. Sendo assim, a estratégia adotada para a chegada de uma parte desses escravos se deu pela introdução “por terra” dos mesmos, a fim de evitar gastos com a mão de obra trazida, descumprindo os termos do Alvará de 1751, que proibia a passagem de escravos da América Portuguesa para a Espanhola. Portanto, o papel do Rio Grande era central nesse processo, já que a passagem pelas terras fronteiriças contava com uma chegada ao porto do Rio Grande e, conseqüentemente, a garantia de uma passagem relativamente segura das peças para as terras hispânicas.

No que diz respeito aos vínculos e redes estabelecidas entre os diferentes homens arrolados na “Instrução”, pode se inferir que cada membro tinha uma atribuição específica no trato com os negros e demais mercadorias remetidas ilegalmente ao Rio da Prata. Desta forma, a chamada fronteira do Rio Grande servia como um corredor de passagem e de contrabando para as paragens fronteiriças.⁴³ A passagem das cargas de contrabando era facilitada e pode se sublinhar que o papel de Manuel Cipriano, como Comandante dos Reais Resguardos de Montevideú, era de um lado manter a ordem no local e, de outro, estabelecer contatos com diferentes autoridades das zonas de fronteira. Neste caso, a figura de Rafael Pinto Bandeira é emblemática na medida em que, sendo ele um Comandante da fronteira, possuía meios de facilitar a passagem de produtos diversos do Rio Grande para Montevideú utilizando como rota os rios Jaguarão e Cebollati. Cabe ressaltar que na década de 1780 Rafael Pinto Bandeira sofreu diversas acusações de contrabando, embora nunca tenha sido condenado por tais

42 Arquivo Nacional. Códice 92, vol. 5, f. 31v.

43 GIL, Tiago. *Op. cit.*

crimes pela justiça portuguesa.⁴⁴ E a vigilância de tais homens era importante para se manter um controle da fronteira, controle este que era conveniente às circunstâncias e contextos do período.

Em 18 de abril de 1791, Vicente Molina relatou que Don Manuel Cipriano teve uma conversa com Rafael Pinto Bandeira às margens do rio Jaguarão. José Rodrigues da Silva e Pedro Chaves também participaram desta conversação. Não sabemos efetivamente o teor desta negociação, contudo, Don Manuel Cipriano presenteou Rafael Pinto Bandeira com “un cavalo escuro petizo y de pasto, otro petizo rosillo capón, una saya de tropello negro con zeneja, bordada guarnecida de canutillo, y su [], un mantón de sarga negra con superior blonda, y otras menudencias [...]”.⁴⁵

Segundo Liliana Crespi, era muito comum a ocorrência de subornos em determinadas negociações para a introdução de negros e de produtos no Rio da Prata. Acreditamos ter acontecido essa “troca” enquanto parte das negociações, já que após a entrega dos presentes a Pinto Bandeira, um guarda chamado Antonio Laines passou ao Rio Grande “com ouros de Don Manuel Cipriano” e escolheu “cem rolos de tabaco, e seis negros” que foram conduzidos pelo rio Cebollati até Montevideú. Outra entrada de cinco negros e de tabaco foi realizada ao final daquele ano de 1791 pela Lagoa Mirim e pelo Cebollati.⁴⁶

Deve se destacar que outros negócios foram realizados a fim de obter escravos para as terras espanholas. De acordo com a Real Cédula de 1789, promulgada pelo rei espanhol Carlos IV, os portos das colônias espanholas passaram a ser abertos ao livre comércio; contudo, o envolvimento da Espanha no trato negreiro ainda era limitado por conta dos conflitos com a Inglaterra no continente europeu. Assim, Portugal, enquanto nação amiga da Espanha e neutra no conflito, continuou a abastecer as colônias espanholas com escravos.⁴⁷

Nesse ínterim, numa nota enviada ao Comissário Molina e repassada ao vice-Rei do Brasil, Luis de Vasconcelos e Souza, temos que tanto Don Thomas Romero quanto Don Manuel Cipriano estavam envolvidos em negócios mais amplos para abastecer o Rio da Prata de mão de obra. De acordo com as informações obtidas, Romero comprou uma fragata inglesa usada para a pesca da baleia naquelas paragens. Tal fragata, com autorização de Manuel Cipriano, rumou às ilhas de Fernando Pó e Annobon. Contudo,

[...] o plano do negócio é, de que esta fragata vá de arribada à Bahia de Todos os Santos ou ao Rio de Janeiro, e se nestes Portos encontram negros, carregá-los e marchar [], e se não encontrar esta

44 *Idem.*

45 Arquivo Nacional. Códice 92, vol. 5, f. 31.

46 *Idem*, ff. 31-31v.

47 TEJERINA, Marcela. *Luso brasileños en el Buenos Aires virreinal: trabajo, negocios e intereses en la plaza naviera y comercial*. Bahia Blanca: Ediuns, 2004.

proporção com o pretexto de que a dita fragata é [in]capaz para viajar nela, e pedir sua exclusão, e que lhes dê permissão p^a comprar outra bem [petrechada] do necessário, e seguir viagem [...]”⁴⁸

A viagem prosseguiria de Salvador ou Rio de Janeiro até as ilhas de São Tomé e Príncipe “aonde precisamente são obrigadas tocar todas as Embarcações Portuguesas” e comprar nestas ilhas os negros. O capitão da embarcação era Don Juan da Silva Cordeiro, súdito português. Esta embarcação, segundo as anotações dadas a Molina, estava prevista para chegar em Montevidéu em fins de abril de 1792. Portanto, o pretexto de arribada forçada permitiu que ocorresse a compra de escravos nos portos portugueses e, ao mesmo tempo, a inserção destes negociantes nas ilhas africanas para a compra de cativos. E seu retorno a praça de Montevidéu se daria através de outros meios e fraudes a fim de transformar a embarcação, até então portuguesa, em espanhola. Para tal, uma parada seria necessária, neste caso, a Ilha Grande. Vejamos como esse processo se desenrolava:

[...] Tendo todo o favor que fica dito o Cap. da Sumaca se fez a vela para Monte[vidéu] em 19 de fevereiro aonde carregada de farinhas e gêneros e ir jogar na dita Ilha Grande, a desembarcar Pedro Chaves de nº 5 e a Don Agustin Acosta [...] Da dita Ilha despacharam a mencionada Sumaca p^a a Bahia de Todos os Santos, y p^a o dito Porto há de seguir com os gêneros, e neste mesmo vão despachá-la p^a o Rio Grande com escala na dita Ilha G[ran]de de receber os demais negros e efeitos para trazê-los a Montevidéu baixo da bandeira espanhola e p^a não ter nenhum embaraço fizeram aqui [no Rio de Janeiro] uma suposta venda a um Espanhol interessado no negócio [...]”⁴⁹

O espanhol envolvido no “negócio”, acompanhado do Sr. Antonio Rodrigues de nação portuguesa, obteve uma licença para buscar uma “suposta essência e trazer seu total invertido em negros [...]”. Essa transação foi permitida com a emissão de um passaporte pelo Vice Rei no Prata, Don Nicolás de Arredondo, o mesmo vice Rei que buscava averiguar casos de contrabando na fronteira, tal como o caso do negro Florêncio mencionado linhas acima. Ou seja, temos o aparecimento de portos como Bahia, Rio de Janeiro e Ilha Grande enquanto fontes de abastecimento de mercadorias que teriam passado ilegalmente para as paragens platinas. O aparecimento da Ilha Grande como território envolvido em transações de contrabando não é algo incomum, mas neste caso é nesse espaço onde uma troca de bandeiras mudava a natureza e origem do navio, o que tornava a embarcação e tudo que nela houvesse legalizado, assim como a proteção concedida por Arredondo a esses homens que incorriam

48 Arquivo Nacional. Códice 92, vol. 5, f. 31v.

49 *Idem, loc. cit.*

nesse infame comércio, evidenciando que em certas circunstâncias a introdução ilegal de negros era bem vinda, e em outras era coibida.

Nesse sentido, apresentamos aqui em linhas gerais algumas das formas de sustentar a oferta de mão de obra no Prata e, por conseguinte, os mecanismos que não retiraram os negociantes lusitanos dos lucros do infame comércio, mesmo com a perda da Colônia do Sacramento e a proeminência de Montevideú como porto principal para o abastecimento do Rio da Prata. A articulação de diferentes cidades portuárias envolvia importantes negociantes das praças comerciais do Brasil e da América espanhola, homens influentes que tinham sobretudo ligações de parentesco; o que ajudava a manter conciliados os interesses e o patrimônio da família.

Em suma, as relações que Don Manuel Cipriano obteve ao longo de sua vida proporcionou que o mesmo estivesse ora ao lado dos espanhóis, ora ao lado dos portugueses, o que evidencia a fluidez das relações políticas e sociais nos espaços fronteiriços em negócios que iam desde o envio de produtos e escravos por terra, através dos rios; mas também no comércio atlântico de escravos africanos num contexto onde o rio da Prata despontava como espaço atraente, dentro do Império espanhol, ao comércio negreiro.

À guisa de conclusão

Ao longo do texto foi possível perceber que houve mecanismos importantes que consolidaram as relações entre portugueses e espanhóis no estuário platino ao longo dos séculos XVII e XVIII. No caso de Don Manuel Cipriano, os graus de parentesco e de interesses na fronteira do extremo sul da América são pedra de toque para a consecução de negócios cada vez mais amplos, envolvendo os portos do Brasil, mas também portos africanos. Conseguimos saber alguns dados de suas transações graças a denúncias feitas contra Cipriano ao longo da década de 1780. A presença dessas denúncias na correspondência diplomática trocada entre o Comissário Vicente Molina e o vice-rei do Brasil, Luis de Vasconcelos e Sousa, demonstram, por um lado, a existência de certa vigilância a qual estes homens estavam submetidos e, ao mesmo tempo, as ligações entre diversos espaços da América lusa para o abastecimento, seja de víveres ou de escravos, do Rio da Prata.

Contudo, mesmo havendo esta vigilância nas fronteiras, geralmente graças a espões a serviço das coroas de Portugal e Espanha, a ação das autoridades era pouco eficiente, ou seja, era conveniente aos interesses das autoridades fronteiriças no sentido de que “as articulações sociais” serviam como “passaporte”. No que diz respeito a atuação de Rafael Pinto Bandeira nas negociações de Manuel Cipriano, Tiago Gil pontua que:

[...] na fronteira do Rio Grande como na do Rio Pardo, havia o comércio ilícito, por meio do qual os espanhóis introduziam seus animais no território de Sua Majestade Fidelíssima. Não obstante, Rafael Pinto Bandeira era um dos que mais se beneficiavam de tal comércio.⁵⁰

Diante disso, as possibilidades concretas de intervenção do Estado nos assuntos de comércio esbarravam nos interesses e demandas locais, o que dava a tônica porosa a região de fronteira. Homens de lealdades divididas, tanto Cipriano quanto Pinto Bandeira tinham suas redes de solidariedade e de reciprocidade na fronteira, onde cada um tinha um papel na execução das atividades comerciais entre os impérios ibéricos no Prata. A questão da mão de obra aparecia de forma bastante evidente, sobretudo ao observarmos o contexto internacional espanhol ao longo do Setecentos. As querelas dos espanhóis com os ingleses prejudicaram o andamento das ações de liberdade comercial ao mesmo tempo em que o Rio da Prata despontava como área importante ao tráfico negreiro hispânico. Não é coincidência que a promulgação da liberdade de comércio de 1778 e a Real Cédula de 1789, que permitia o livre comércio de escravos aos territórios do Império espanhol, tenham causado uma reorientação do tráfico negreiro para o Rio da Prata em fins do século XVIII.⁵¹ Segundo Alex Borucki, entre 1777 e 1812 foram feitas 712 viagens de negreiros na rota Brasil, África e Montevidéu, com introdução de 7.000 africanos no Prata.⁵²

Por fim, nosso intento foi mostrar em linhas gerais tanto as prerrogativas oficiais de contenção do chamado comércio intercolonial,⁵³ e as formas utilizadas pelos súditos de ambas as Coroas para a manutenção do comércio e obtenção de mão de obra para o Rio da Prata ao longo da segunda metade do século XVIII, baseados em laços de amizade e de confiança para o além fronteira. Vimos que havia possibilidades concretas de envio de braços por terra, assim como pelas vias fluviais através da Colônia do Sacramento e também pelos portos atlânticos, partindo diretamente de portos africanos rumo as possessões espanholas. Entretanto, nesta última transação a qual nos reportamos, o papel da Ilha Grande nos serviu para compreender a ocorrência de fraudes no decorrer das viagens, que objetivavam transformar, ao fim e ao cabo, o ilegal em mercadoria legalizada.

A questão que fica é se o comércio ilegal era parte inerente ao sistema de dominação colonial ou se era algo produzido fora dele, produto próprio das demandas internas dos

50 GIL, Tiago. *Op. cit.*, p. 37.

51 Vários autores trataram desta questão. Ver trabalhos de Alex Borucki sobre o Rio da Prata bourbônico e o comércio negreiro.

52 BORUCKI, Alex. "The Slave Trade to the Rio the la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare". In: *Colonial Latin American Review*, 2001. pp. 81-107.

53 LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

súditos do Novo Mundo. Embora parta de uma leitura sistêmica do período colonial, Lapa dá mostras da existência de um mercado interno, de demandas locais que estão relacionadas ao comércio intercolonial; em que o contrabando aparece com papel fundamental para a compreensão dos descompassos do sistema. Fernando Novais, por sua vez, não chama a atenção para as demandas internas, contudo ele não nega o contrabando pois a atividade ilegal ocorria a fim de preencher os vazios do sistema, sendo assim um aspecto complementar ao exclusivo colonial.⁵⁴

Já João Fragoso e Manolo Florentino sustentam a importância do papel das ações individuais para a compreensão dos fenômenos coloniais numa sociedade de Antigo Regime, considerando o contrabando como resposta às demandas internas daquela sociedade, sobretudo quando se pensa no papel do escravismo.⁵⁵ Representando a historiografia hispânica, trabalhos como os de Zacarias Moutoukias e de Carlos Assadourian remontam a especificidade do mercado interno colonial e a confluência de relações sociais estabelecidas em torno dele. Além disso, eles reiteram que os diversos caminhos utilizados nas colônias americanas eram utilizados enquanto vias de extração, e não como pontos de integração territorial, complementando o acesso ao comércio atlântico.

Longe de dar fim a esse debate, a escravidão consistia num fenômeno não meramente econômico, mas também estava articulada a uma lógica de reprodução de relações de poder e de diferenciações na sociedade. Seria, na melhor expressão, uma sociedade formada a partir de “múltiplas hierarquias”, como bem definiu Stuart Schwartz. Sendo um meio de acumulação econômica, parte de um sistema e mesmo um mecanismo de diferenciação social, a escravidão também aparece nas paragens fronteiriças como elemento definidor e importante da soberania dos Estados Modernos no Novo Mundo.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton University Press, 2006.

54 NOVAIS, Fernando. *Op. cit.* Especificamente o capítulo 2.

55 FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- BERUTE, Gabriel dos Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1815*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. 2006.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- BOLTON, Herbert E. “La mision como institucion de la frontera em el septentrion de Nueva España”. In: SOLANO, Francisco de & BERNABEU, Salvador (orgs.). *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1991, pp. 45-60.
- BORGES, Graça Almeida. “Entre a diplomacia e a cartografia: o ‘tratado’ de Francisco de Seixas e a soberania portuguesa na América”. In: MACHADO, Marina; MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente (orgs.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013, pp. 55-80.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1982.
- GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760 - 1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: o paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. “Réseaux personnelles et autorité coloniale: les négociants de Buenos Aires au XVIII siècle.” In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*. Ano 47, n. 4-5, 1992, pp. 889-915.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*. São Paulo: Edusp, 1984.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

- PRADO, Fabrício. *In the Shadows of the Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750-c. 1813)*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese de Doutorado.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 132, 2010.
- SOCOLOW, Susan. *The Merchants of Buenos Aires (1779 – 1810): Family and Commerce*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- STUDER, Elena F. S. de. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamerica, 1984.
- TEJERINA, Marcela. *Luso brasileiros em el Buenos Aires virreinal: trabalho, negocios y intereses en la Plaza naviera y comercial*. 1ª edição. Bahia Blanca: EDIUNS, 2004.
- TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira no Oeste Americano”. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, 2004.

Fragmentos da história do São José uma (re)construção a partir dos conceitos de memória, lugar e identidade

Hezrom Vieira Costa Lima¹

Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jéssica Camêlo de Lima²

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora do Governo do Estado da Paraíba

Resumo

Este artigo objetiva (re)construir a história do bairro do São José, localizado na cidade de Campina Grande - PB, sob a ótica da Memória Individual dos seus moradores mais antigos. Tendo em vista que é, sobretudo, a história pessoal de cada sujeito que determina a forma como são percebidos e praticados os espaços que compõem o seu cotidiano. Desse modo, a cidade e, conseqüentemente, todos os seus ambientes são multifacetados, na medida em que são apreendidos mediante diferentes subjetividades. Nessa perspectiva, a memória funciona como um elemento essencial na relação do indivíduo com o lugar, compreendido como o local de existência do intersubjetivo. Por meio das experiências vivenciadas no bairro são estabelecidos laços de pertencimento e identidade, os quais são importantes no entendimento dos processos históricos que envolvem o mesmo.

Palavras-chave bairro, Campina Grande, memória, lugar, identidade.

Abstract

This article aims to (re)construct the history of the São José's neighborhood, located in the city of Campina Grande - PB, from the perspective of Individual Memory of their older residents. Given that it is, above all, the personal history of each individual who determines how they are perceived and practiced the spaces that make up your daily life. Thus, the city, and therefore all their environments are multifaceted, insofar as they are grasped by different subjectivities. From this perspective, memory functions as an essential element in the relationship of the individual with the place, understood as the site of the intersubjective existence. Through the experiences lived in the neighborhood are established ties of belonging and identity, which are important in the understanding of historical processes that involve the same.

Keyword neighborhood, Campina Grande, memory, place, identity.

1 Endereço eletrônico para contato: hezromvieira@gmail.com

2 Endereço eletrônico para contato: jessicalimaf@yahoo.com.br

O Bairro do São José é um dos mais antigos e centrais da cidade de Campina Grande. Sua tradição histórica é fortemente marcada, no imaginário social, por elementos que remetem à história de Campina Grande como um todo. Todavia, sua notoriedade se dá, principalmente, no campo simbólico, na medida em que o mesmo abarca um gama de componentes da cultura material e imaterial campinense.

Dentre estes, podemos citar a presença marcante da religiosidade, percebida, inclusive, no nome do bairro, e materializada na Igreja de Nossa Senhora da Guia, na qual eram realizadas romarias, organizadas pelo Padre Pedro, pároco da igreja, e as festas de padroeira, que reuniam os moradores em torno dos carrosséis e bazares. Esses acontecimentos configuravam-se em importantes momentos de sociabilidade tanto para os moradores do bairro, quanto para as demais pessoas da cidade.



Igreja de Nossa Senhora da Guia: pavimentação da Rua Pedro I, 1962, onde pode ser percebida a Igreja da Guia ao fundo. Acervo: Jóbemis Magno.

Além disso, o Clube do Treze, fundado em 1925, representou (e continua representando) uma atração esportiva no bairro, ao passo em que ocorriam jogos aos domingos, atraindo pessoas das mais diversas localidades e, até mesmo, de regiões circunvizinhas. Elucidamos também a presença de episódios que se entrelaçam a acontecimentos de caráter mundial, como é o caso do Quartel do Exército, que serviu de abrigo para a Cavalaria no período da Segunda Guerra Mundial,³ Do mesmo modo, o Cine São José, palco de grandiosos espetáculos e ponto de encontro para os jovens desta época,

³ Posteriormente transferido para a capital do estado, João Pessoa.

constitui-se em alguns dos locais que fazem parte da construção histórica do São José, de Campina Grande e da identidade da população local.

Muitas modificações ocorreram no bairro, algumas em prol da modernidade, como a construção de prédios, a abertura de avenidas e o calçamento das ruas, outras, relacionadas ao uso de certo locais, como a transformação do Parque Infantil Coelho Lisboa⁴ no atual prédio de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba e do Chafariz, que abastecia os moradores sem acesso a água encanada e, posteriormente, funcionou com as mais diversas finalidades.

Vários destes locais já não mais exercem a funcionalidade de outrora, mas, mesmo assim, continuam subsistindo nas lembranças dos moradores do bairro e dos campinenses, de um modo geral. Sendo assim, buscamos, por meio dos relatos dos moradores antigos do São José, recompor traços da história deste bairro através de três conceitos: Memória, Lugar e Identidade. Uma vez que a história do São José se confunde, muitas vezes, com a própria história dos moradores.

Nesse sentido, para a realização da pesquisa selecionamos dois moradores antigos do São José, Maria de Fátima Dantas e Geraldo Ferreira da Costa, os quais residem no bairro a mais de 40 anos, bem com um ex-morador, Lídio Amaro de Lima, que passou a sua infância no bairro, mas atualmente reside em outro, lançando mão da metodologia da História Oral. Dessa forma, objetivamos entender como estes moradores percebem as transformações e permanências existentes no bairro e como se apropriam de suas memórias para recontar histórias referentes ao mesmo.

O percurso metodológico da pesquisa: algumas considerações sobre a metodologia da História Oral

O presente texto vincula-se à História do Tempo Presente e História Viva, buscamos situar a discussão tendo consciência dos debates e das problemáticas referentes à História, Memória e Tempo Presente, as quais se refere Motta,⁵ bem como das discussões acerca da utilização das fontes orais propostas por Voldman⁶ que “diz respeito à credibilidade e à

4 Apesar da denominação, o Parque Infantil Coelho Lisboa funcionava como uma creche e escola do curso primário.

5 MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 95-III.

6 VOLDMAN, Daniele. “Definições e usos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMARO, Janaína. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 36-37.

definição de uma fonte provocada por seu usuário imediato, bem como aos efeitos de sua constituição para a problemática da pesquisa”. No entanto, acreditamos ser de suma importância trabalhar a partir desta ótica para compreender o bairro do São José.

Para tanto, a presente pesquisa, metodologicamente, lançou mão da História Oral, uma vez que o objetivo central constitui-se na rememoração de fragmentos da história do Bairro do São José, a partir da vivência dos seus moradores. Tal metodologia tende a acrescentar informações ao trabalho dos historiadores ou daqueles que estudam memória, na medida em que amplia as perspectivas de estudo para além das fontes documentais. Ao falar sobre essa questão, Thompson⁷ salienta que

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Nesta metodologia, as entrevistas são elaboradas em consonância com os entrevistados que deixam de ser “meros” informantes e passam a ser protagonistas, privilegiando a experiência de vida daqueles que estão narrando as suas histórias. Dessa forma, a História Oral está centrada na memória e na capacidade dos sujeitos de rememorar determinados momentos que foram vivenciados ao longo de sua vida.

Não existe um consenso por parte dos seus pesquisadores sobre a definição exata do que seria História Oral, parte disso diz respeito à variada gama de procedimentos metodológicos utilizados pelos mais variados campos do saber e, também, devido a diferença significativa de localidades das “escolas” de História Oral, como Japão, Estados Unidos, Itália, Brasil, França, entre outros.⁸

Sendo assim, acreditamos que seja necessária uma diferenciação sobre as definições de Fontes Orais e História Oral. Portanto, a primeira diz respeito ao fruto do trabalho recolhido mediante as entrevistas e, a segunda, ao procedimento metodológico utilizado para a realização da pesquisa. Voldman⁹ afirma que “a fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir.” Portanto, percebemos que existe uma relação simbiótica entre história oral/memória/identidade.

7 THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17.

8 JOUTARD, Philippe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMARO, Janaína. *Op. cit.*, pp. 43-62.

9 VOLDMAN, Daniele. *Op. cit.*, p. 36.

Nos campos da *Mnemósine*: discutindo as Memórias do São José

A *priori*, antes de começar a discutir sobre o conceito de memória, quer seja ela individual ou coletiva, faz-se necessário “justificar”, em boa parte para os leitores mais “céticos”, o uso da mesma. Temos consciência das dificuldades encontradas por aqueles que desejam trabalhar com a memória, uma vez que esta, constantemente, sofre alterações que podem ser associadas à ação do tempo, como bem afirma a expressão bastante difundida no meio popular “minha memória não é mais a mesma”.

Todavia, apesar dos processos de intencionalidade a que está sujeito este tipo de fonte, os quais se desenrolam em práticas e relações de poder, creditamos à memória a mesma importância histórica que qualquer outra fonte. Desse modo, cabe aos historiadores, e aqui também se incluem os “estudiosos da memória” em geral, “criticá-las, buscando remediar e corrigir, ao mesmo tempo, as fragilidades e os abusos da memória”.¹⁰

Nesse sentido, a compreensão de memória, a qual nos deteremos, nesse trabalho, parte da perspectiva de Le Goff,¹¹ quando este caracteriza e enfatiza sua funcionalidade, afirmando que

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas.

Uma das primeiras conceituações que a memória elucida, seja ela individual ou coletiva, diz respeito à concepção de lembrança, ou seja, o ato de (re)lembrar o passado traz consigo um conjunto de representações que o sujeito faz de si e do momento que é (re)lembrado.

Observamos isso na fala de um morador antigo do bairro: “O São José significa a raiz da minha infância, vivida no seio da minha família. Recordações do meu tempo de infância, onde vivi o melhor da minha juventude”¹² Referindo-se ao São José, enquanto bairro, o indivíduo relembra o seu passado, associando-o diretamente as suas experiências pessoais.

Essas representações podem ser cotidianamente alteradas, pois levando-se em consideração a fluidez da identidade que o sujeito adquire ao longo de toda a sua existência,¹³ também as representações que ele faz do mundo que o cerca não serão, sempre, as mesmas.

10 RICOEUR, Paul. “Entre mémoire et histoire”. In: *Revista Projet*. Paris. nº 248, 1996, p. 10.

11 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 366.

12 LIMA, Lídio Amaro de. *Entrevista sobre a história do bairro do São José em Campina Grande - PB*. Entrevista concedida aos autores em 02/06/2012.

13 HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Portanto, apesar das concepções de memória e história defendidas por Ricouer¹⁴ e Halbwachs¹⁵ serem, em certa medida, divergentes, corroboramos com o conceito de Lembrança defendido por Halbwachs,¹⁶ ao afirmar que

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

O ato de lembrar e a representação da lembrança em si, estão carregados de subjetividade. A forma como o sujeito se apropria e representa o passado está relacionada a diversos fatores. Em consequência disto, elencamos alguns que são considerados “fatores chaves” para a compreensão da tríade memória/identidade/representação:

- 1) A percepção atual de mundo que o sujeito tem, reflete na representação do passado que ele irá desenvolver;
- 2) A memória coletiva elaborada em conjunto, por parentes e amigos mais próximos que compartilham interesses em comum, repercute na sua compreensão de lugar social;
- 3) A afetividade com determinado local pode, de certa forma, “romantizar” a representação do lugar que o indivíduo tem, da mesma forma que o oposto pode “demonizá-lo”. Dessa forma, o sujeito pode optar pelo silenciamento ou pela negação de determinadas memórias.

A memória (individual e coletiva) pode ser compreendida como um fator deveras importante, quando não, determinante, para o entendimento dos laços de sociabilidade que se desencadeiam em práticas e representações de determinado período histórico. Por esse e outros motivos, este campo de análise ganhou abertura, tanto na historiografia contemporânea, quanto nas produções e estudos de diversos historiadores atuais.

Herança de uma abordagem historiográfica bastante desenvolvida em território nacional, a historiografia campinense criou mitos fundantes e nomeou heróis para a cidade de Campina Grande. Muito se ouve falar na grandiosidade da reforma urbanística realizada no final da década de 1930 e início de 1940, pelo então prefeito Vergniaud Wanderley,¹⁷ ou como

¹⁴ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

¹⁶ *Ibidem*, p. 75.

¹⁷ A reforma urbanística ocorrida em Campina Grande no final da década de 1930 e início de 1940, na gestão do então prefeito Vergniaud Wanderley, teve como objetivo adequar o espaço campinense ao ideário de modernidade, seguindo determinados padrões de embelezamento e higienização já implantados em outras cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, então capital federal.

Campina Grande só se tornou moderna com a chegada do trem, fato histórico atribuído ao então prefeito Cristiano Lauritzen, em 1904.

Nossa intenção não é diminuir ou negar a importância que estes acontecimentos e seus sujeitos exercem na memória coletiva e na história de Campina Grande. Porém, a história desta cidade não é feita, exclusivamente, para e pelas elites dominantes, mas também é vivenciada pelas populações que não ocupam o topo da hierarquia social.

Nesse sentido, o conceito de Memórias Subterrâneas, cunhado por Pollak,¹⁸ torna-se bastante relevante nessa análise, uma vez que esta abordagem ganha destaque, principalmente, quando funciona como subsídio de oposição as memórias das elites, tradicionalmente tidas como memórias oficiais. Assim, de acordo com Pollak,¹⁹

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”.

Portanto, ao analisarmos as representações do bairro do São José, elaboradas sob a ótica de moradores antigos deste bairro, constatamos que elas se enveredam por dois caminhos distintos: 1) moradores antigos que ainda hoje vivem no bairro do São José e 2) sujeitos que em determinado período de suas vidas foram moradores deste bairro, mas, atualmente, não mais residem nesta área.

Esse processo de retorno a momentos vivenciados no passado é entendido, na visão de Ricoeur,²⁰ como rememoração e

[...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da [...] infância.

Esses dois modos de praticar o bairro levam-nos a perceber que as formas de apropriação e utilização do mesmo só podem ser analisadas à luz de dois conceitos fundamentais. O primeiro diz respeito à categoria geográfica de Lugar, ao passo em que se trabalha com memórias, as quais estão intrinsecamente relacionadas ao espaço por meio da subjetividade e da afetividade, fazendo-se necessário uma abordagem mais precisa quanto a

18 POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

19 *Ibidem*, p. 2.

20 RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 8.

esta categoria. E o segundo conceito, relaciona-se à noção de Identidade, que como a anterior, também exerce uma relação simbiótica com a subjetividade/afetividade dos sujeitos envolvidos, não podendo ser analisada individualmente.

Por conseguinte, entendemos que é de grande relevância para a memória do bairro do São José e dos moradores, que suas histórias sejam contadas sob as mais variadas visões, demonstrando que a cidade é multifacetada, sendo vivenciada e praticada pelos sujeitos de formas distintas, carregados de singularidades, mas que, em algum momento, tornam-se unas quando encontram o bairro como um referencial comum.

Redescobrimo o São José: um olhar intersubjetivo sobre o Lugar

Analisar as relações de identidade estabelecidas entre o bairro do São José e os seus moradores, perpassa, também, por uma abordagem acerca do conceito de Lugar, uma vez que a dialética espaço-tempo está presente na memória e no discurso dos habitantes do bairro. A partir das experiências imbuídas de afetividade e vivenciadas cotidianamente em um determinado espaço, o indivíduo passa a perceber o local, no qual está inserido, como o seu Lugar.

Referindo-se ao Cine São José, atualmente desativado, o morador Geraldo, deixa claro a sua relação de afetividade com este espaço, que se configura para ele em um lugar:

Eu era um espectador assíduo das matinês de domingo e das sessões de casais, às sextas feiras. Hoje, o Cine São José se encontra desativado, o que é uma tristeza para nós que passamos bons momentos ali no cinema, vendo os filmes e as apresentações que ocorriam.²¹

Para as pessoas que não viveram os “momentos gloriosos” do cinema, enquanto ainda funcionava, ou não se apropriaram desse espaço de alguma forma, a sua desativação não provoca nenhum incômodo, como é o caso da população juvenil campinense, ressaltando-se, neste caso, os aspectos históricos. Contudo, para aqueles que presenciaram o Cine São José em pleno andamento, este espaço relaciona-se à vida do sujeito.

Desse modo, todos os elementos existentes no espaço (visto, neste trabalho, na dimensão do bairro), como praças, casas e outros pontos de sociabilidade se entrelaçam com a história pessoal de vida dos moradores, na medida em que são apreendidos por meio das suas subjetividades. De acordo com Carlos²²

21 COSTA, Geraldo Ferreira da. *Entrevista sobre a história do bairro do São José em Campina Grande - PB*. Entrevista concedida aos autores em 18/05/2012.

22 CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 17.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Portanto, o bairro adquire vida enquanto lugar propício ao namoro, aos encontros, as brincadeiras e ao diálogo, sendo uma extensão da própria vida do sujeito, conforme foi relatado pela moradora Maria de Fátima: “O São José pra mim, significou uma infância feliz, cheia de bons momentos e memórias agradáveis, de amizades que duram até hoje”.²³



Cine São José na década de 1950 (autor desconhecido).

Apesar das modificações ocorridas, em âmbito mundial, devido a processos globalizantes, os lugares permanecem resguardando a sua singularidade. Atenuam-se as relações de vizinhança, marcadas pelo surgimento da televisão, por exemplo, ou pelo adensamento dos automóveis nas ruas e o aumento da violência, que retirou as cadeiras das calçadas, mas todos os momentos de sociabilidade que ocorreram permanecem na memória dos moradores, mantendo os laços de identidade.

²³ DANTAS, Maria de Fátima. *Entrevista sobre a história do bairro do São José em Campina Grande - PB*. Entrevista concedida aos autores em 24/08/2012.

Podemos observar essas modificações na fala de Lídio: “A vida era tranquila antigamente, os moradores conversavam bastante na calçada, a juventude se encontrava em frente ao Cine São José, mas com a violência, ninguém mais faz isso”.²⁴

O sentido atribuído aos objetos existentes no espaço faz com que se efetivem experiências íntimas com o lugar. Estas ficam no campo do inconsciente, mas sempre que afloram, por alguma razão, a consciência, evidenciam a significação que determinada área tem para o indivíduo. Nas palavras de Leite²⁵

Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo tão incorporada às práticas do cotidiano que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. Este senso de valor só manifesta-se na consciência quando há uma ameaça ao lugar, como a demolição de um monumento considerado importante [...]

Notamos, assim, que o lugar é dotado de múltiplas faces, as quais são vinculadas ao espaço através das diferentes formas de apropriação e das relações sociais efetivadas nesse meio.

Cabe ressaltar que os moradores percebem esses elementos de maneira distinta. A realidade é apenas uma, mas a forma como cada pessoa a vê é diferenciada. Nesse sentido, as imagens, ou seja, as representações feitas do bairro são construídas cotidianamente, através da vivência de cada um e é essa afetividade que configura a identidade do lugar e, por conseguinte, do bairro. Segundo Viana:²⁶ “Os elementos representativos do bairro expressam ao lugar uma individualidade, ou seja, uma singularidade, refletindo os diversos momentos históricos que a unidade vivenciou ao longo de sua trajetória”.

Por meio dos sentidos do corpo humano, tais quais a visão, a audição e o olfato, o morador passa a vivenciar o bairro nos seus mais diversos aspectos. Ao se deparar com algum elemento que remeta ao seu lugar, as experiências e lembranças pessoais logo são evocadas. Sobre esta questão argumenta Carlos²⁷

24 LIMA, Lídio Amaro de. *Entrevista sobre a história do bairro do São José em Campina Grande - PB*. Entrevista concedida aos autores em 02/06/2012.

25 LEITE, Adriana Filgueira. “O lugar: duas acepções geográficas”. In: *Revista Anu. Inst. Geocienc.* [online]. 1998, v. 21, p. 4. Acesso em: 01 de jun. de 2012. Disponível em: «http://ppegeo-local.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010197591998000100001&lng=es&nrm=iso».

26 VIANA, Arlindo. “Reconhecendo o bairro da Iputinga: as representações simbólicas do lugar na cidade do Recife”. In: II Seminário Nacional do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura. *Anais...* Recife, 2010, p. 2.

27 CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Op. cit.*, p. 20.

Como o homem percebe o mundo? É através do seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo- dos sentidos- dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...].

Assim, o cotidiano, o espaço e a memória se entrelaçam compondo a própria identidade do sujeito, conforme pode ser notado ainda na fala de Lídio: “Tenho muito apego ao campo do treze,²⁸ porque era vizinho ao sitio da minha avó, onde passei toda a minha infância, caçando, tomando banho nos açudes...”.²⁹ A representação feita pelos moradores do bairro transcorre, desse modo, por uma leitura social, cultural e, sobretudo, simbólica do espaço.

De acordo com Serpa³⁰ “o lugar pode ser identificado a partir de três componentes que se inter-relacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis, bem como os significados ou símbolos”. Compreender o lugar significa, então, entender a diversidade e a intensidade de experiências que se evidenciam nesse âmbito e que se materializam através das distintas formas de uso que cada sujeito faz de um mesmo local.

O lugar se trata, de fato, dos referenciais afetivos que são desenvolvidos ao longo da vida, a partir da convivência com o meio e está indissociavelmente ligado ao plano do imediato, ou seja, do vivido. Todavia, essas relações não são apenas com o ambiente, mas também com o “outro”. Quando um indivíduo se refere a determinado lugar, certamente, lembra-se, ainda, das pessoas que compartilharam histórias e fizeram parte da construção desta identidade.

28 O campo do treze ao qual o entrevistado se refere é o campo do Treze Futebol Clube, um dos mais antigos da cidade.

29 LIMA, Lídio Amaro de. *Entrevista sobre a história do bairro do São José em Campina Grande - PB*. Entrevista concedida aos autores em 02/06/2012.

30 SERPA, Angelo. “Lugar e centralidade em um contexto metropolitano”. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E.B.. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 100.

Representações de identidade no bairro do São José

Tendo em vista que o objetivo deste artigo é retomar memórias de vivências dos moradores antigos do bairro do São José e que estes detêm com o bairro uma relação de afetividade e pertencimento, faz-se necessário, também, uma discussão acerca das questões pertinentes a Identidade. Esta relação de pertencimento só se torna possível a partir do momento em que o morador se identifica com o bairro e denota para este um lugar de destaque na sua vida e ao fazer isto estabelece um vínculo de afetividade que se transforma, posteriormente, em identidade.

Ao falar sobre memória, invariavelmente recorreremos, também, as discussões de identidade, já que estes dois conceitos são indissociáveis e complementares. Dessa forma, compreendemos a identidade como uma construção histórica que perpassa as mais variadas esferas da vida do sujeito, sendo (re)feita continuamente. A respeito disto, afirma Hall³¹

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação.

Se a identidade não é algo recebido pronto, entendemos, por conseguinte, que o seu processo de construção nunca terá fim, ou seja, ela se modificará e adquirirá novos significados ao longo da vida do sujeito, adotando, assim, múltiplas concepções, que podem ser, inclusive, antagônicas, e não necessariamente eternas, na concepção de sujeito que Hall³² caracteriza como pós-moderno.

Na pós-modernidade as velhas identidades foram suplantadas por essa nova compreensão acerca dos sujeitos, no qual este passou a ter uma identidade fragmentada, apropriando-se não mais apenas de uma forma de ser, mas sim, das mais variadas representações, sejam elas antagônicas ou não.

Assim, os indivíduos passaram a ser dotados de um leque de possibilidades identitárias que se relacionam as constantes, rápidas e permanentes mudanças que ocorreram nas sociedades hodiernas, tornando-a um jogo complexo, já que a fluidez com que tais sujeitos transitam de uma esfera para outra, não elimina necessariamente as identidades construídas previamente.³³

31 HALL, Stuart. *Op. cit.*, p. 68.

32 *Idem.*

33 LIMA, Hezrom Vieira Costa. *Caleidoscópio de Identidades: Um olhar sobre as Práticas e Representações Juvenis no Underground Cristão em Campina Grande - PB. Monografia (Graduação em História).*

As identidades de pertencimento com o bairro são construídas, principalmente, em relação ao “outro”, ou seja, o “não morador” do São José. Dentro desse contexto, podemos ressaltar, ainda, os estudos de Hall³⁴ quando este disserta acerca do caráter de reconhecimento identitário pelo outro. Nesse sentido, para o autor, a identidade surge

[...] não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.

Essa relação de diferença para com o “não-morador” implica aos moradores do bairro uma outra, que se torna inversamente proporcional, a relação de semelhança, pois o simples fato de ser morador deste bairro trás para o indivíduo, e para aqueles que compartilham desse mesmo contexto social, um *status* positivo. Strauss³⁵ elucida essa questão ao abordar a mudança de condições na vida de um sujeito

A afiliação a um grupo ou estrutura social permanente implica, inevitavelmente, a passagem de um *status* para o outro. Para que um grupo perdure e se desenvolva, cada *status* deve ser preenchido, os trabalhos devem ser feitos.

Strauss³⁶ explicita, acerca do conceito de *status*, que se um indivíduo deseja morar no bairro e, conseqüentemente, compartilhar de determinado grupo social, ele deve se adaptar. Assim, “A consecução do *status* pode exigir que tenhamos certa experiência, e satisfaçamos certos padrões de conduta e desempenho”.³⁷

Essa adaptação ao novo bairro é associada a uma espécie de treinamento, tendo em vista que o novo morador agora se tornará “parte” deste e, portanto, deve agir como um “verdadeiro” morador do mesmo. Primeiro ele deve observar como os moradores mais antigos se comportam e as regras de sociabilidade devem ser respeitadas para que a ordem seja mantida. “Quando as passagens de *status* são mais ou menos bem reguladas, aqueles que já percorreram as etapas reconhecidas estão prontos, [...] a guiar e aconselhar seus sucessores”.³⁸

Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

34 HALL, Stuart. *Op. cit.*, p. 39.

35 STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.108.

36 *Idem*.

37 *Ibidem*, p. 109.

38 *Ibidem*, p. 115.

Considerações Finais

Através da utilização da memória, bem como da metodologia da História Oral, foi possível rememorar alguns elementos da história do bairro do São José, a partir dos relatos obtidos com os moradores que não estão presentes na “dita” história oficial de Campina Grande. Nesse contexto, podemos perceber que a discussão norteadada pela tríade memória/lugar/identidade foi de suma importância para a compreensão da construção das relações identitárias e afetivas desenvolvidas entre os moradores do São José com o lugar e com o “outro”, nesse caso, os não-moradores.

Desta maneira, creditamos grande relevância às memórias daquelas pessoas que vivenciaram e praticaram o bairro do São José nas suas mais variadas formas, reinventando cotidianamente os seus lugares de sociabilidade e vivências no bairro e na cidade. Por meio do resgate destas experiências cotidianas destes moradores, elencamos fragmentos da história do São José que contribuem significativamente para as representações de Campina Grande. Entendemos, portanto, que as transformações ocorridas no bairro em prol da modernidade, modificaram, apenas, a paisagem do São José, mas a história do bairro permanece preservada na memória coletiva dos moradores.

Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JOUTARD, Philippe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMARO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, (p. 43-62).
- LEITE, Adriana Filgueira. “O lugar: duas acepções geográficas”. In: *Revista Anu. Inst. Geoci-enc.* [online]. 1998, v. 21. Disponível em: «http://ppegeo-local.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010197591998000100001&lng=es&nrm=iso». Acessado em: 01 de junho de 2012, p. 09-20.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: _____. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LIMA, H. V. C. & LIMA, J. C. de (...) USP, Ano V, n. 7, p. 89-104, 2014

- LIMA, Hezrom Vieira Costa. *Caleidoscópio de identidades: um olhar sobre as práticas e representações juvenis no underground cristão em Campina Grande - PB*. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, 2010.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 95-III.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, 1989.
- RICOEUR, Paul. “Entre mémoire et histoire”. In: *Projet*. Paris, n. 248, 1996.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 23, n. 46. São Paulo: 2003.
- STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SERPA, Angelo. “Lugar e centralidade em um contexto metropolitano”. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 97-108.
- VIANA, Arlindo. “Reconhecendo o bairro da Iputinga: as representações simbólicas do lugar na cidade do Recife”. In: II Seminário Nacional do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura. *Anais...* Recife, 2010.
- VOLDMAN, Daniele. “Definições e usos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMARO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

No abrir das cortinas comemorações, tempo presente e educação¹

Ana Luíza Mello Santiago de Andrade

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O trabalho que se segue destina-se a discutir temas como os usos das memórias para a História e as vontades de comemorar percebidas nos festejos de uma instituição de ensino, católica, na cidade de Florianópolis entre os anos 1988 e 1998. O artigo busca entender, através de fontes escritas, especialmente crônicas, reportagens de jornais e colunas sociais, as formas de fazer comemorações e os usos das memórias para os atos aqui analisados.

Palavras-chave memória, comemorações, tempo presente.

Abstract

This paper is intended to discuss issues such as the uses of memories for history and wishes to celebrate in the festivities of perceived an educational institution, a Catholic, in the city of Florianópolis between 1988 and 1998. Seeks to understand, through written, especially chronic, articles from newspapers and gossip columns, ways to make celebrations and the uses of memories for acts sources analyzed here.

Keyword memory, celebrations, present time.

¹ O trabalho que se segue conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este trabalho aborda as comemorações centenárias produzidas durante dez anos pelo Colégio Coração de Jesus, instituição de ensino privado e católico da cidade de Florianópolis entre os anos de 1988 e 1998. A proposta é entender a preparação e montagem de festas e momentos comemorativos, suas estratégias e táticas, ou mais, os usos de comemorações para uma instituição de ensino. Entendendo as comemorações como a montagem de um espetáculo é possível pensar que as mesmas foram estrategicamente preparadas e taticamente vivenciadas.² Tais festejos foram produzidos, narrados, espetacularizados.

As comemorações referentes ao centenário desta escola foram minuciosamente preparadas e experimentadas por algumas camadas da população da cidade, atores como jornalistas, ex-alunos e ex-alunas, políticos e comerciantes, deixando entrever o trânsito que tal instituição construiu com a cidade, bem como os laços identitários e afetivos que promoveu entre a população local e a escola.

É, pois, de suma importância perceber a emergência dos estudos que envolvem os debates sobre comemorações para a História do Tempo Presente. Considerando esta corrente como uma História de retornos – do fato, do político, do testemunho – há de se considerar o seu recorte temporal situado no pós-guerra, entendendo-se a especificidade do nosso tempo. Este tempo com vontades e obsessões de memória e de história, e mesmo um tempo que apresenta necessidades de buscar ou forjar identidades, de dar sentido, de ter o controle, de unificar, de promover identificações. François Hartog em seu texto intitulado *Regimes de Historicidade* discute o *presentismo*, e auxilia na compreensão da História do Tempo Presente, bem como da necessidade dos estudos que envolvem os problemas das comemorações:

Outra fenda apareceu no presente por meados dos anos setenta, tão bombástica, mas já bem obcecada com predições: mostrou-se ansiosa acerca da questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma ânsia de memória, preocupada com o “patrimônio”, atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, a preservação da natureza. Ansiosa com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora “esquecido” (especialmente a memória da II Guerra Mundial).³

2 Entende-se os termos estratégias e táticas a partir dos estudos de Michel de Certeau. Para o autor a estratégia é, pois, a ação calculada, que busca o homogêneo, planejando ações calculadamente. Os esquemas predeterminados e planejados, como as festas do Colégio Coração de Jesus, são portanto, feitas de modo estratégico. Já as táticas são as formas de vivenciar tais estratégias, ou mesmo de burlar as regras por elas impostas. São as formas de lidar com os esquemas previamente calculados. As maneiras de vivenciar e driblar as ações estratégias. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

3 HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Time, History and the Writing of History: The Order of Time*. In: *KVHAA Konferenser*. Stockholm 1996. Disponível em: <<http://www.flch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html#>>.

O presente que requer memórias, que as busca no intuito de “recuperar o que fora perdido” e forjar identificações é o que se está falando ao trabalhar com as comemorações referentes ao centenário do Colégio Coração de Jesus em Florianópolis. Para Stuart Hall as identidades não são naturais, biológicas, mas sim “formadas e transformadas no interior da representação”.⁴ Entende-se, portanto, que as comemorações promovidas pelo Colégio fomentaram um rol de representações, um conjunto de significados em torno de sua história, produzindo sentidos. Essa *comunidade simbólica* é o que possibilita sentimentos de identificações e pertencimento, tais quais os promovidos em torno da instituição aqui analisada.

Partindo-se da noção de que o historiador está sempre em contato com seu tempo, um dos principais postulados da História do Tempo Presente, entende-se a especificidade de lidar com esses novos temas e novos problemas, como bem afirmam Agnès Chauveau e Phillippe Tétart.⁶ Entendendo esta mudança na relação entre o historiador, seu tempo e seus temas, faz-se deste trabalho uma análise ancorada nesta perspectiva historiográfica, afinal, o olhar posto sobre este objeto, o Colégio Coração de Jesus, é, pois, um olhar do presente, aderindo-se a ele os temas, problemas e ausência de um passado percebido em meios às demandas de memória e de história que este presente nos impõe considerando, portanto, que todo passado se faz no presente.

Aqui reside a importância das questões acerca das memórias para a História do Tempo Presente. Para a filósofa argentina Maria Inês Mudrovic,⁷ uma das principais características da História do Presente é o retorno de Clio à Mnemosine, ou o retorno da História à Memória. Os historiadores até então pouco se dedicaram a estes debates, deixando as discussões ao encargo de cientistas sociais, psicólogos, filósofos. Porém, no fim do século XX as questões relativas ao uso da memória voltaram a ser preocupação de historiadores, pois ela passou a ser requisitada pelos meios sociais. Pierre Nora⁸ é um dos historiadores que entre as décadas de 1970 e 1980 debruçou-se acerca dos estudos sobre as memórias. Fixando o termo *lugares de memória*, seus estudos foram bastante movimentados/mobilizados pela onda

4 HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 6. ed. . Rio de Janeiro: DP&A, 1992, p. 48.

5 *Idem*, p. 49.

6 CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Phillippe (orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

7 MUDROVIC, Maria Inês. “Por que Clio retornou a mnemosine?”. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

8 NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

nacionalista vivenciada na França nos fins do século XX e seu intuito era, portanto, deixar bastante definidos os lugares da história e das memórias.

Estudar as formas como as memórias são requisitadas na contemporaneidade, produzindo sentidos, reelaborando identidades e promovendo encontros é bastante importante para entendermos a emergência da História do Tempo Presente para o campo historiográfico. O retorno da história às memórias nos traz novas possibilidades de abordagens das questões postas no século XX, especialmente no que tange às comemorações. Em todo mundo viu-se o acontecimento de eventos comemorativos; na França, o bicentenário da Revolução Francesa em 1989, no Brasil, as comemorações referentes à instauração da República, e nos níveis locais encontram-se, igualmente exemplos de comemorações e nesse contexto, analisa-se o centenário do Colégio Coração de Jesus. Todos esses eventos nos mostram, além de vontades de comemorar, vontades de memória. A proliferação das memórias está posta na sociedade contemporânea, haja vista que ela é requisitada tanto pelos meios intelectuais como pela sociedade civil, e cabe ao historiador lidar com estas questões sensíveis, violando as memórias para gestar a história.⁹

As comemorações, em Florianópolis, referentes aos noventa e cem anos do Colégio Coração de Jesus são, portanto, questões possíveis para análise a partir da ótica da História do Tempo Presente. Por serem comemorações e colocarem os olhares do presente no passado, usando-o, selecionando-o, percebe-se que o passado esteve imerso nesses festejos, sendo trazido ao presente a serviço das comemorações.

Deve-se salientar então o aspecto católico das comemorações em torno dessa escola confessional. O catolicismo tem como principais datas algumas importantes comemorações, como Natal e Páscoa. Comemorar estas datas é, para a religião católica, uma de suas principais atividades. Nosso calendário é marcado pelas celebrações do catolicismo, e assim pode-se pensar que os usos destas comemorações servem também para reafirmar os valores cristãos perante a sociedade civil. É possível entender, portanto, que estas comemorações católicas fazem parte de um *ethos* católico, entendendo-se tal termo a partir dos estudos do antropólogo Clifford Geertz, que afirma que *ethos* seriam os “aspectos morais de uma dada cultura, os elementos valorativos”.¹⁰ Ainda de acordo com Geertz:

Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se

9 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de Teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.

10 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : LTC, 2008, p. 92.

emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida.¹¹

O uso dos atos e datas comemorativas parece ter sido bastante semelhante por parte do Colégio Coração de Jesus, pois as comemorações tiveram também centralidade nas atividades em torno dos aniversários da escola. Nessas festividades a liturgia católica apresentou-se como uma das principais práticas. Nos casos aqui estudados as celebrações católicas – como missas e procissões – e os valores católicos – como o amor a Deus, as palavras da Bíblia e o ensino religioso – são pontos enfatizados nas narrativas produzidas no seio desses acontecimentos. Mais ainda, os valores católicos parecem ser exaltados evidenciando que o maior elo entre instituição e tradição se dá pelo catolicismo arraigado naquele meio escolar que abrigava filhas das chamadas elites¹² locais. Entende-se por elite o que Flávio Heinz considera como “dirigentes, pessoas influentes, abastados ou privilegiados”,¹³ e assim, percebendo que o acesso a este meio escolar privado estava bastante restrito às filhas destes dirigentes locais, fazendo parte portanto, das chamadas elites. Para Maria Teresa Santos Cunha, em seu estudo acerca dos jornais infantis produzidos pelas alunas do Colégio Coração de Jesus entre as décadas de 1940 e 1950, a partir das fontes guardadas pode-se problematizar a tarefa do historiador perante o trabalho com as elites, a fim de compreender a construção de seu universo:

A tarefa do historiador, aqui, consiste em problematizar estas fontes por meio de um ato significativo de interpretação, “o de quem a preserva para o futuro, tanto quanto o de quem a recupera para o presente” para descobrir outros mundos possíveis e dele extrair um universo mental e material das elites.¹⁴

11 *Idem*, p. 67.

12 A noção de *elite* que caracteriza o Colégio, *locus* dessa produção, ainda que imprecisa e empregada em um sentido amplo e descritivo, é entendida aqui na perspectiva trabalhada por Heinz (*Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7) como a que faz referência “a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos (...) os chamados dirigentes, pessoas influentes, abastados ou privilegiados”, citado por CUNHA, M. T. S. “Mensagem de sociabilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (1946-1952)”. In: MORGA, A. E. (org.). *História, cidade e sociabilidade*. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2011, pp. 235-272 (grifo nosso).

13 HEINZ. *Op. cit.*

14 CUNHA, Maria Teresa Santos. Mensagem de Sociabilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (Florianópolis, 1946 – 1952). In: MORGA, Antônio Emilio. (org) *História, cidade e sociabilidade*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2011, p. 39.

O Colégio Coração de Jesus iniciou suas atividades em 1898 com a vinda das Irmãs da Congregação da Divina Providência para o estado de Santa Catarina. Esta congregação iniciou suas atividades, em meados do século XIX, atendendo às demandas de uma época, com vistas às obras de caridade e às benfeitorias, com o intuito de “ajudar e atender aos pobres e aos marginalizados na Alemanha”.¹⁵ Inicialmente com poucas alunas, a escola abriu as portas para o ensino confessional e privado na cidade. Em fins do século XIX e início do século XX na capital do Estado, com um novo sistema de governo, novos serviços para as elites locais eram requisitados. A educação foi um desses serviços que auxiliaram na modernização do estado, e o Colégio Coração de Jesus inicia suas atividades neste tom. Nos anos iniciais abrigou as filhas de uma nova elite local, composta de funcionários públicos e políticos, por exemplo, como nos demonstra o estudo de Maria Teresa Santos Cunha e Elisabeth Juchem Machado Leal:

Os registros de matrícula mais recuados encontrados na Secretaria do Colégio datam de 1912 e constam do “Livro de matrícula do Curso Complementar”. 33 alunas estavam matriculadas nesse curso. Eram as seguintes as profissões ou cargos dos pais: negociante (11); estancieiro/fazendeiro (4); desembargador (4); empregado público (3); funcionário público estadual (2); comerciante (2); engenheiro (2); diretor da Empresa de Terras e Colonização (1); Diretor da Estrada de Ferro (1); ferreiro (1); colchoeiro (1) e padeiro (1).¹⁶

Esta nova elite local, que vivia o sonho de uma república,¹⁷ tinha garantidos os estudos para suas filhas e seus filhos, pois o Colégio teve seu correspondente para a educação dos varões das famílias *tradicionais* do Estado: o Colégio Catarinense, também em caráter confessional e privado, pertencendo à ordem Jesuíta. Para Norberto Dallabrida a instalação destas escolas confessionais está bastante relacionada à “perda da condição de religião oficial e da supressão do ensino religioso nas escolas públicas”, e por esta perda de público a “Igreja Católica passou a reinventar sua ação pastoral, procurando disseminar a ortodoxia romana”.¹⁸

15 BIANCHEZZI, Clarice. “Novos rumos dentro da Igreja: a comunidade de religiosas Fraternidade Esperança”. In: SOUZA, Rogério Luiz de & OTTO, Clárcia (orgs.). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

16 CUNHA, Maria Teresa Santos & LEAL, Elisabeth Juchem Machado. *A educação da mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino*. Relatório de pesquisa. UFSC, 1991.

17 CHEREM, Rosângela Miranda. “Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina”. In: BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

18 DALLABRIDA, Norberto. *Fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

Para entender as razões de se comemorar aniversários por parte da instituição uma variada gama de fontes foi reunida. Dentre elas, crônicas, colunas sociais, jornais de circulação interna, livro, agendas escolares e anais do I Congresso de Educação promovido pela escola, em 1998. Nesses escritos é possível perceber de que forma os festejos foram ensaiados, produzidos e exibidos. É possível perceber os usos da memória e da História, as maneiras de forjar identificações geracionais e de classe, de definir o lugar no espaço,¹⁹ ou seja, as fontes aqui estudadas deixam entrever os recursos estratégicos do Colégio frente às comemorações.

Entende-se, portanto, que esta negociação entre passado e presente é uma das principais formas de comemorar. Esta negociação se dá através de narrativas, que vão trazer à tona o passado, seja pelas recordações ou pela escrita da história, para dar sentido ao presente comemorado:

Trata-se, também, da recuperação²⁰ das memórias culturais, da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de visões e leituras do passado. O presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração converte-se, enquanto transcorre, em matéria da memória.²¹

Desta forma é possível pensar na construção narrativa em torno de memórias promovidas pelo colégio em duas festas pensadas e organizadas pela equipe diretiva do Colégio e que envolvem o ano comemorativo de 1998: o Dia do Ex-Aluno e a Divina Festa do Divino. Ambas as festas tiveram como palco o perímetro central da cidade e tomaram as ruas de maneiras distintas. O aniversário da escola ganha as ruas, levando a comemoração ao ápice de sua exposição. Mostrar-se ao público das mais diversas formas e mostrar-se como instituição digna de homenagens foi a forma encontrada pela escola para promover-se em seu centenário.

Comemorar cem anos carrega certas marcas. Segundo Beatriz Sarlo “os números redondos tem uma força de gravidade que exercem um poder de atração”.²² Estar em funcionamento, e demonstrando – pelo menos para o público que vê nas ruas ou nos jornais – vitalidade depois de tantos anos, ganhando títulos²³ de destaque pelos serviços prestados até

19 DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

20 O termo recuperação utilizado pela autora deve ser lido com devidas restrições pois acredita-se não ser possível uma recuperação do passado ou das memórias culturais. Entende-se que neste tempo presente existe uma preocupação na busca de elementos do passado, mas sua recuperação total é questionável.

21 SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2005, p. 96.

22 *Idem*, p. 22.

23 Neste ano o Colégio Coração de Jesus recebeu algumas homenagens significativas: da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e da CDL, por exemplo. Além disso, sua diretora, Ir. Norma Feuser, recebeu neste ano

então. Mais do que o destaque na educação do Estado, o centenário trouxe para o colégio um tom a mais na tão anunciada tradição em educar catarinenses.

Os acontecimentos são particularmente importantes para uma história do presente. Para P. Nora, o fenômeno dos acontecimentos impera neste tempo presente, pois as mídias possibilitaram sua existência, e, “para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido”.²⁴ Ainda deve-se salientar que é o acontecimento, ou a sua produção pelos meios midiáticos, que torna a História do Tempo Presente possível. O século XX viveu a era das mídias, construindo e desconstruindo fatos nas páginas dos jornais.

Os documentos aqui analisados são produtos deste tempo das mídias: páginas de jornal que contam e constroem acontecimentos: seu lugar é “nas rubricas do jornal”.²⁵ Logo, entende-se que os jornais aqui analisados vão auxiliar na compreensão das representações do fato.

As duas festas documentadas são analisadas a partir de três etapas perceptíveis nos escritos. A primeira etapa consiste no investimento escrito, nas páginas de jornal (seja na forma de crônicas, publicidades e notas em colunas sociais) para que a festa seja entendida, após sua realização, como acontecimento. Dessa forma, investiu-se na divulgação das mesmas na mídia impressa, fazendo-as presentes nas páginas de jornal dos dias que antecedem o evento.

O segundo momento é bastante parecido com a primeira etapa. São analisadas também as escritas que potencializam o evento, nos dias em que ocorrem, dando visibilidade ao mesmo. Assim, as colunas sociais são escritas bastante significativas para este tipo de percepção, pois nota-se aí o investimento em divulgar o evento, bem como de perenizar aquilo na forma de acontecimento. Assim sendo, esta etapa é uma mediação entre o primeiro e o segundo momento.

Já uma terceira etapa diz respeito às narrativas que contam o acontecimento ocorrido. Entendendo que o mesmo só existe ao ser conhecido, o jornal *Palavra do Coração* – periódico de circulação interna - traz não só um apanhado das rubricas de jornal sobre as festas como a versão oficial da escola para as mesmas. Ao enviar este exemplar – até então distribuído apenas na comunidade escolar – para a Biblioteca Pública, a instituição pereniza sua versão e investe, mais uma vez, na construção das festas como acontecimentos marcantes no cotidiano da cidade. Assim, as comemorações aqui analisadas serão vistas por três óticas: a

título de cidadã honorária da cidade de Florianópolis na Câmara de Vereadores e figurava ainda nos nomes do Conselho Estadual de Educação.

24 NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976, p. 181.

25 *Ibidem*, p. 184.

que antecede a festa e seus investimentos para que aquele evento seja relevante para a comunidade; a que acontece durante a festa, que mescla o investimento e perenização do evento na forma escrita; a que sucede a festa e narra o ocorrido de forma a divulgá-lo como acontecimento.

Nesse tom, muitos são os autores que se debruçaram aos estudos acerca dos acontecimentos. O já citado Pierre Nora entende que os mesmos são próprios deste tempo presente, tendo em vista o *boom* midiático que vivemos. Pelas várias formas de propagandear e narrar os eventos é que o acontecimento é possível: “os *media* transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavra no ar, dão ao discurso, à declaração, à conferência da imprensa a solene eficácia do gesto irreversível”.²⁶ As festas aqui estudadas são analisadas pela ótica da narração de acontecimentos que fizeram das ruas do centro de Florianópolis o palco das comemorações.

Neste sentido, as festas promovidas durante o ano de 1998 procuraram ocupar as ruas do centro da cidade, fazendo do entorno do Colégio um palco a céu aberto para suas encenações. Naquelas ruas, o Colégio veste seus melhores figurinos de tradição e idoneidade, expondo seus predicados e promovendo a instituição privada.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma conhecida festa popular que acontece por todo o país. Em Santa Catarina os meses de maio e junho são repletos de atos religiosos ligados às chamadas “festas do divino”. Na Capital, além das festas nos bairros como Ribeirão da Ilha, Campeche, Santo Antônio de Lisboa há uma festa no centro da cidade e que ocorre na Praça Getúlio Vargas, situada ao lado do Colégio Coração de Jesus. A festa é organizada na forma de quermesse, com barraquinhas de brincadeiras e comidas. Há música, dança, encenações folclóricas e, claro, uma rígida liturgia católica a ser seguida. Usualmente a Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES)²⁷ convida algum casal conhecido nos meios sociais da cidade para promover a festa. Em 1998, como o Colégio estava em ano de festa, foi chamado para ser o festeiro da Divina Festa e usou deste espaço para promover seu centenário.

A Festa do Divino é um local bastante propício para se promoverem os valores que o Colégio imaginava carregar consigo. As barraquinhas de comidas são as consideradas *típicas*

26 NORA, Pierre. *Op. cit.*, p. 182.

27 A Irmandade, fundada no século XVIII, hoje se caracteriza como uma Organização Não Governamental de caráter assistencial cujo foco é atender crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. As informações foram retiradas do site da instituição: <<http://divinafesta.com/index.php/irmandade-do-divino-espírito-santo>>. Acessado em: 01 de ago. de 2012.

ou *locais*. O Restaurante do Arantes,²⁸ A Casa das Tortas,²⁹ o Kibe do Amin,³⁰ o Cachorro-Quente do Emaús,³¹ dão o tom de pertencimento, de trânsito nos meios sociais. O perímetro central de Florianópolis, notadamente o que está compreendido na triangulação Av. Beira-Mar – Av. Mauro Ramos – Rua Felipe Schmidt, e que se sente afetado pelo centenário do Colégio, cria também laços de pertencimento com essas comidas *locais*. Entender estes signos alimentícios é também uma forma de identificação social, de pertencimento, e, em dias de festa, de distinção.

As apresentações folclóricas trazem o elo com a cultura popular da cidade. Com apresentações de *pau de fita* e *boi-de-mamão*³² o Colégio forjou este elo com a cidade, com as identificações em torno da cidade. Promover apresentações relativas à cultura popular local procura demonstrar que o Colégio esteve imerso neste mundo popular da cidade, ou seja, que ele faz parte de Florianópolis.

Promover a Festa do Divino no ano em que comemorou seu centenário possibilitou ao Colégio uma exposição exacerbada pelas ruas do centro da cidade. Notadamente este caminho trilhado no espaço público foi o mote das festas no ano de 1998. O Dia do ex-aluno, nome da festa dos cem anos, ocorrida na data de aniversário da escola, dia 26 de junho, contou com uma extensa programação que envolveu atividades durante todo o dia, desde as 6h da manhã, até seu encerramento à noite. Entre as ações programadas, um desfile das turmas que passaram pela escola nos seus cem anos, organizadas com faixas, balões e camisetas, parou ruas da cidade, como os arredores da Praça XV de Novembro e da Praça Getúlio Vargas.

O dia do ex-aluno traz o passado vivo, os atores da história do Colégio para o centro da festa, fazendo das ruas o palco da comemoração. Este reencontro promove recordações e emoções, deixando transbordar elos afetivos de tempos de escola e de juventude. Para promover esta festa o Colégio fez divulgação através de *folder*, contendo a programação do dia. Além disso, montou postos de venda de camisetas do centenário. Nesta festa, as ex-alunas puderam voltar às dependências da instituição, com suas antigas colegas de turma. Para isso, o Colégio remontou algumas salas de aulas, com carteiras, quadros-negros, uniformes e

28 O Restaurante do Arantes localiza-se na praia do Pântano do Sul e em seu cardápio são encontradas variados pratos de frutos do mar. O restaurante é bastante conhecido do roteiro turístico gastronômico da ilha e sua presença na Festa do Divino.

29 A Casa das Tortas é uma conhecida confeitaria encontrada nas proximidades da Praça Getúlio Vargas e bastante frequentada pelo público alvo da festa organizada pelo Colégio.

30 A barraca de Kibe do político Esperidião Amin é bastante conhecida não só na Festa do Divino como em outras tantas festas no estilo quermesse que ocorrem pelo Estado de Santa Catarina. Por sua descendência árabe, Amin faz pratos típicos como Esfihas e Kibes.

31 O Emaús é um grupo jovem promovido pela Igreja Católica e anualmente organiza a barraca do cachorro-quente da Festa do Divino Espírito Santo.

32 O pau de fita e o boi de mamão são danças/encenações folclóricas.

materiais escolares de tempos passados. Todo este aparato museal é bastante eficaz para sensibilizar as atrizes das festas em meios às comemorações.

Comemorar através dos elos afetivos parece ser a principal estratégia organizada pelo Colégio em seu centenário. Vale ressaltar que a superexposição ocasionada pelas festas no espaço público gera publicidade positiva para a escola e, isto, no momento em que a cidade de Florianópolis passava por um considerável crescimento urbano, com novas e diferenciadas ofertas de ensino em diferentes bairros, era bastante relevante em termos de gestão empresarial.

Comemorar aniversários é também não cair no esquecimento, criando assim um *lugar de memória*, como abordados por Pierre Nora, que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações (...)”.³³ É lembrar, não deixando esquecido o que passou, preocupação bastante percebida neste tempo presente, que por sentir o tempo cada vez mais acelerado, vive o medo do esquecimento e da atrofia da memória e, por isso, tanto guarda e registra. De acordo com Beatriz Sarlo:

O novo milênio começa nesta contradição entre um tempo acelerado, que impede o transcorrer do presente, e uma memória que procura tornar sólido esse presente fulminante que desaparece decorando-se a si próprio.³⁴

Esta preocupação com o registro e com o guardar é bastante significativa em meio às comemorações centenárias do Colégio Coração de Jesus. Os documentos utilizados para a escrita deste artigo são de variados suportes, tendo em vista uma dificuldade pontual em relação ao contato com as fontes. Em 2007 o Colégio Coração de Jesus foi vendido para Rede Bom Jesus de ensino. Seus arquivos podem ser visitados, porém, o acesso é bastante dificultoso, pois é necessária a supervisão de funcionários da escola que, por todas as outras atividades que desempenham, não possuem tempo disponível para o acompanhamento de pesquisas no acervo. Além disso, a instituição tem dificuldades em liberar a digitalização dos documentos, e toda a consulta deve apenas ser anotada. Entretanto, em duas breves idas ao acervo do Colégio, foi possível perceber a imensa vontade de guardar. São duas salas recheadas de documentos, guardados em caixas-arquivo, organizados e datados. Documentos de mais de um século de atividades escolares. Mas o ano de 1998 parece ter sido mesmo a menina dos olhos do Colégio. Um rol de cartas, depoimentos, homenagens, organização de assessoria de

33 NORA, Pierre. *Op. cit.*, p. 13.

34 SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 96.

imprensa entre tantos outros papéis foi minuciosamente selecionado e guardado pela instituição em três grandes fichários intitulados “MEMÓRIA – CCJ – 1998”.

Além do aparato documental, em outro espaço o Colégio deixou objetos materiais, antes parte do museu do Colégio, inaugurado em 1988 em meio às comemorações dos noventa anos da instituição. Os objetos escolares, como quadros de formatura, carteiras, mesas, globos, fazem parte da cultura material escolar e foram também alvo da salvaguarda da instituição.

Guardar foi, portanto, preocupação constante da instituição. Mas houve também a preocupação de enviar materiais para outras instituições de salvaguarda de documentos. Ao pesquisar os jornais locais na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em busca do Informe Especial divulgado em 1988 no Jornal *O Estado*, fui apresentada a uma pasta referente a materiais relativos ao Colégio Coração de Jesus. Esta pasta está nos fichários de metal do terceiro andar da biblioteca pública e, com a ajuda da funcionária, pude encontrar coisas que não esperava: o Colégio enviou ao acervo alguns exemplares do seu jornal de circulação interna. *Palavra do Coração* é um jornal que começou a ser editado em 1997, um ano antes das festas previstas, já anunciando preocupações de divulgação e registro. Era distribuído para a comunidade escolar – pais, professores e alunos – com periodicidade mensal, a fim de divulgar atividades do cotidiano escolar. São quatro os exemplares enviados pela escola à Biblioteca Pública: um referente à Festa do Divino Espírito Santo, de junho de 1998, outro de fevereiro do mesmo ano que dedica a edição a contar a História dos cem anos do Colégio, uma forma de abrir este ano festivo e os dois últimos, de junho e julho de 1998, referentes ao Congresso de Educação promovido no mesmo ano. Assim, nota-se que o registro destas atividades, em texto e fotos, foi um exercício constante e a preocupação em guardá-los pode ser vista por onde os rastros das comemorações aparecem.

Outro material utilizado foi uma pasta organizada por uma ex-aluna, membro da comissão de divulgação do Dia do Ex-Aluno. Em sua pasta, ficaram guardadas as notas de divulgação em colunas sociais, reportagens de jornal, crônicas, *folder* de divulgação, propagandas e dois exemplares do jornal *Palavra do Coração*, referentes à Festa do Centenário.

Na Biblioteca Pública do Estado, ainda foram pesquisados os jornais *O Estado*, *A Notícia* e *Diário Catarinense*, nos quais foram encontradas notas em colunas sociais, crônicas e reportagens. Os jornais diários foram bastante utilizados para a divulgação das festas e promoção da instituição. Jornalistas lembram com saudosismo e nostalgia tempos passados do Colégio e de Florianópolis. A imprensa local, possivelmente a pedido da organização da festa, parece abraçar o Colégio em seu centenário.

Este aparato documental possibilita perceber como a escola preparou e organizou suas festas, as formas de divulgá-las e contá-las, e a necessidade de registrá-las e guardá-las.

As convocatórias que antecedem o dia da festa do ex-aluno aparecem nas principais colunas sociais, como nas notas assinadas pelos jornalistas Urbano Salles, Raul Sartori, Juliana Wosgraus e Ricardinho Machado. O chamamento para a festa vem no sentido de agregar o maior número de pessoas durante as celebrações, para que o evento possa ser considerado relevante na comunidade na qual se insere. As propagandas da festa, com o cronograma de atividades, preveem a reunião de ex-alunos e ex-alunas de todas as faixas etárias que já tinham passado pelos bancos escolares do Coração de Jesus. Contabilizando, segundo sua própria publicidade à época, mais de cento e oitenta mil alunos e ex-alunos, o Colégio esperava promover “o maior reencontro da cidade”.³⁵

Nota-se a vontade de agregar e reunir pessoas em torno das festividades centenárias que vinham a congregar o Colégio por seu histórico e por sua presença na comunidade. O entendimento e a ideia propagandeada de promover o maior reencontro da cidade demonstra essa vontade de engrandecer o evento, mostrando o resultado esperado pela escola quando da organização de festas. Este dia, de acordo com a programação, foi repleto de atividades, iniciando com uma alvorada festiva na praça situada em frente a escola, com café da manhã oferecido aos participantes no interior da escola. Após isso, esta comunidade escolar sairia em passeata pelas ruas do centro da cidade, em comemoração à escola. Mostrar-se à comunidade local foi, portanto, uma das principais vontades do Colégio. Nas linhas dos jornais ou tomando as ruas, a instituição entendeu que a comunidade à qual pertence deveria ser o alvo de suas demonstrações de afetos e assim foi construindo/forjando estes laços identitários entre escola e coletividade. Aqui fica bastante evidente o papel da ideia de tradição em meio aos festejos. Com o Dia do Ex-aluno a escola publicizou-se, evidenciando a *cidade* abraçando e congando os seus cem anos. O passado ou a (re)construção de um dos passados possíveis por parte do Colégio pode ser um ato entendido como uma vontade de patrimonializar, consagrando posições de destaque a certos objetos, fatos e acontecimentos dessa trajetória da instituição em cem anos. Esse processo que tende a patrimonializar, sacralizando seus objetos, pode ser considerado como um fenômeno do presente e sua obsessão pelo guardar, pelo acumular, ou mais, pelo tudo lembrar. Nas palavras do historiador Francisco Régis Lopes Ramos

O passado, portanto, não é simplesmente aquilo que passou, e sim um saber que se faz nas disputas de posições conflitantes e interessadas em criar certas legitimidades no presente e a partir do presente, compondo seleções que pretendem seduzir o futuro e, como se sabe, a

35 Publicidade do Dia do Ex-Aluno, publicada em jornais locais.

sedução sempre usa artifícios inconfessáveis, insondáveis até mesmo para o próprio sedutor.³⁶

Esta vontade de patrimonializar no presente, usando e construindo passados parece ser uma das principais atividades do Colégio Coração de Jesus em meio aos seus festejos. O remontar de salas de aula de outrora, o desfile de antigos uniformes, bem como a reunião das amizades de infância possibilitaram esta (re)construção de tempos antigos, usando o passado para, como fala Ramos, criar legitimidades no presente.

O Coração de Jesus levou seus ex-alunos para o interior da escola, remontando antigas salas de aula, trazendo uniformes de outras épocas e buscando remontar as diferentes fases e gerações pelas quais o Colégio tinha passado até então. Trouxe este nível afetivo das memórias, o que auxiliou na sensibilização desta comunidade escolar para com o centenário da escola. Essa vai ganhando destaque nas páginas de jornal e propagandeando, além dos eventos relativos ao seu aniversário, suas formas de ensinar e seus projetos futuros. Aparecendo nas mídias e investindo na construção da festa como acontecimento marcante e relevante para a cidade, o CCJ mostrou-se e construiu-se para a cidade de Florianópolis neste Tempo Presente.

Um segundo momento, relativo aos acontecimentos, diz respeito aos escritos produzidos e/ou divulgados durante o dia de festa. As notas em colunas sociais trouxeram ex-alunas de destaque na sociedade florianopolitana e relatos do dia comemorativo, afirmando a lotação dos restaurantes que abrigaram a reunião e o reencontro das turmas. Neste momento, vê-se o investimento em divulgar as proporções e impactos do evento na cidade, a fim de entendê-lo como acontecimento.

Mas o destaque entre os escritos dá-se para a crônica de Paulo da Costa Ramos, veiculada no jornal *O Estado*. O cronista do jornal *O Estado*,³⁷ à época, dedicou-se a escrever uma crônica, veiculada em 26 de junho de 1998, relatando suas experiências com o Colégio, ou melhor, com suas alunas. As vivências em torno das ex-alunas são trazidas à tona para ajudar a narrar uma história a ser contada durante as comemorações do CCJ, e assim as fontes produzidas durante o festejo, tal como a crônica escrita por Paulo da Costa Ramos evidenciam

36 RAMOS, Francisco Régis Lopes. “As utilidades do passado na biografia dos objetos”. In: *Futuro do pretérito: escrita da História e História do Museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 76.

37 O jornal *O Estado* é de circulação regional e contou com a coluna de Paulo da Costa Ramos durante boa parte de sua existência, fazendo do cronista um dos carros-chefes da publicação. Assim, a coluna no autor aqui estudado ocupou posição de destaque em suas páginas, no caderno Opinião.

o *know-how*³⁸ da escola em educar as mulheres catarinenses, como é possível perceber no excerto seguinte:

Não há quem não tenha parente próximo ou distante que não tenha passado pelos bancos do “colégio das freiras” – assim como não há quem de lá tenha saído sem uma formação moral sólida e um preparo intelectual suscetível de aparelhar o aluno – no caso a aluna – para a vida aqui fora.³⁹

Em sua narrativa, o cronista demonstra o saber escolar transmitido pela instituição às suas alunas evidenciando a formação moral e o preparo intelectual proporcionado pela educação oferecida na instituição. Dessa forma, a representação que a crônica dá a ler é que as mulheres lá formadas receberam a mais especializada forma de educar, fazendo do CCJ um exemplar educador, a ser congado por seus cem anos em prestação de serviços à comunidade catarinense. Recorrer aos antepassados familiares na escola demonstra uma reafirmação dos valores tradicionais e pode-se pensar que tal reafirmação é necessária num momento em que há “crise dos valores tradicionais, sobretudo à desintegração da família”.⁴⁰ Logo, o texto assegura o lugar da família e da tradição na sociedade, afirmando o papel da instituição escolar nesta história. Essas narrativas demonstram que a opinião pública auxiliou a escola a construir uma imagem de exemplo na educação, atentando sempre suas virtudes, fazendo assim uma representação da instituição, dada a ler em sua crônica. Mais do que uma representação da instituição a crônica aqui estudada possibilita pensar nas representações de juventude e geração, abordadas pelo cronista.

Além da construção dos predicados da escola pelo autor, o texto ainda apresenta uma sucessão de gerações que frequentaram o Colégio:

Falo de cadeira porque minha mãe Gessen foi aluna do Coração de Jesus. Minha mulher, Arlete, embora tenha nascido e vivesse a 600 quilômetros da capital, foi aluna do Coração de Jesus. Minhas duas filhas Daniela e Fernanda estudaram no Coração de Jesus. Minha neta Sofia Ramos da Veiga frequenta há dois anos o Jardim de Infância do Coração de Jesus.⁴¹

38 Entende-se por *know-how* o conhecimento de como executar uma tarefa. A expressão é correspondente ao *savoir-faire* da língua francesa.

39 RAMOS, Paulo da Costa. “100 anos”. In: *O Estado*, caderno opinião, p. 02. 26 de junho de 1998.

40 PASSERINI, Luisa. “A juventude, metáfora da mudança social: dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 2, p. 357.

41 RAMOS, Paulo da Costa. *Op. cit.*

Com esta sucessão de gerações (parte do núcleo familiar do autor) exposta através do texto, é possível pensar em questões sensíveis à História do Tempo Presente e, dessa forma, o exposto nos proporciona pensar a questão da geração. A geração pode ser considerada para além de suas características biológicas, como aborda Jean-François Sirinelli:

Certamente a geração, no sentido “biológico”, é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial.⁴²

A perspectiva de Sirinelli é útil para pensarmos na crônica como uma forma de autorrepresentação e autoproclamação e, assim, as gerações pelo autor abordadas vêm neste tom, mais do que uma simples sucessão biológica. Tal questão torna-se bastante interessante se trabalhada na perspectiva da História do Tempo Presente, haja vista que o determinar de geração depende também da fixação de acontecimentos como marcos.

As comemorações do centenário do Colégio Coração de Jesus constituem-se da busca de elementos do passado que possibilitem afirmar – e forjar – as bases sólidas da escola quanto à educação da população catarinense. Por isso os antepassados que lá estudaram são sempre trazidos à tona nas fontes produzidas nesses cem anos, a fim de afirmar o espaço da escola na cidade, na sociedade e o demonstrar da sucessão de gerações ajuda a configurar a tradição, afirmando assim o espaço ocupado pela instituição na sociedade catarinense e, mais notadamente, na sociedade florianopolitana. Comumente pensa-se em gerações a partir de uma simples sucessão biológica, o que nos é demonstrado pelo cronista quando o mesmo aborda suas *gerações* familiares que frequentaram o *colégio das freiras*. Deve-se, pois, adotar a perspectiva de pensar as gerações como móveis, flexíveis, afinal de contas, aspectos culturais auxiliam na definição das mesmas. Ainda de acordo com Jean-François Sirinelli:

Consequentemente, como dificuldade suplementar, a noção de “periodização” remete à de regularidade. Ora, os fatos inauguradores se sucedem de maneira forçosamente irregular e por isso existem gerações curtas e gerações longas. E assim como o econômico, o social, o político e o cultural não avançam no mesmo passo, e as gerações, em relação a esses diferentes registros, são de geometria variável, tal plasticidade também existe verticalmente em relação ao tempo.⁴³

42 SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 133.

43 *Idem*.

O forjar de unidades, identidades geracionais, como mostra o texto, pode ser pensado a partir da perspectiva de Sirinelli, afinal, essa periodização dá indícios de regularidade. Em momento comemorativo, como o centenário da escola, o que se buscou evidenciar foram justamente as continuidades fixando padrões. Essa tentativa de forjar continuidades contando experiências e vivências em torno da escola auxiliou a mesma no intuito de fixar seu lugar no imaginário da sociedade florianopolitana. Pelas palavras de Paul Ricoeur, é possível compreender estas vontades de forjar unidades e sentir-se pertencer a uma comunidade, pois

Acreditamos na existência de outrem porque agimos com ele e sobre ele e somos afetados por sua ação. É assim que a fenomenologia do mundo social penetra sem dificuldade no regime de viver juntos, no qual os sujeitos ativos e passivos são de imediato membros de uma comunidade ou de uma coletividade.⁴⁴

Este recurso narrativo usado por Paulo da Costa Ramos ativa esta noção de coletividade trabalhada por Ricoeur, afinal, mesmo que o cronista use suas memórias pessoais no texto, estas estão diretamente relacionadas à comunidade a qual pertence. Ainda neste sentido, o autor busca em suas memórias pessoais o recurso para manifestar seus sentimentos pelo Colégio, descrevendo, assim, itinerários percorridos no perímetro central da cidade, tendo como centro destes caminhos o Colégio Coração de Jesus, como nos demonstra o excerto abaixo:

O Colégio Coração de Jesus faz 100 anos hoje. Só posso me regozijar à distância prudente, uma vez que, por motivos óbvios – e muito a contragosto – jamais pude frequentá-lo como aluno. Mas passei sete anos como se fosse seu porteiro não remunerado, assinando religiosamente o ponto ao meio dia e às cinco da tarde, ora na Praça Getúlio Vargas, ora na Praça Pereira Oliveira. Esta posição dependia de várias coisas; do dia da semana, do vento, mas principalmente do itinerário do objeto da vigília. Se a aluna morasse pelos lados da Trompowsky, da Praia de Fora, da Mauro Ramos, sentava-se praça ao pé do monumento ao dr. Bulcão Viana. Se, pelo contrário, se dirigia às imediações da Praça XV, da Tenente Silveira ou do terminal de ônibus da Alfândega, o ponto de emboscada era o monumento a Jerônimo Coelho, ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho.⁴⁵

44 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 13.

45 RAMOS, Paulo da Costa. “100 anos”. In: *O Estado*, Caderno Opinião, p. 02, 26 de junho de 1998.

Tal descrição dos itinerários que o autor percorria em sua juventude apresenta um forjar de identidade geracional, excluindo outras tantas cidades e vivências possíveis. Suas memórias são descritas como se fossem partilhadas por todos os cidadãos florianopolitanos. Mais ainda, pelo período⁴⁶ descrito pelo autor e pelas ruas e locais citados em sua escrita, pode-se perceber tal partilha geracional unida por valores de classe, notadamente aqui as classes médias⁴⁷ e altas florianopolitanas.

O conceito de juventude é também bastante caro aos estudos históricos e pode ser pensado aqui a partir da análise da crônica. Luisa Passerini aborda duas formações e ideias de juventude: a Itália fascista e os *teenagers* da década de 1950 nos Estados Unidos. Pode-se perceber aqui uma aproximação com os ideais de juventude americanos, tomados os devidos distanciamentos. Para os estudos propostos aqui, considerando-se os recortes geracionais e temporais, é válido pensar acerca das modificações dos conceitos de juventude. Segundo Luisa Passerini, a década de 1960 é a fase final de um conceito de juventude pautado na “ideia de juventude como turbulência e renascimento, germe da nova riqueza para o futuro”.⁴⁸ A juventude aqui representada por Paulo da Costa Ramos encontra-se, pois, num momento de modificação do próprio conceito de juventude. A juventude descrita pelo cronista está vivendo um momento quando o ser jovem entra em questão, afinal, jovens pelo mundo passam a ser problemas sociais e políticos devido às movimentações que ocorrem em todo mundo. Paulo da Costa Ramos, mesmo narrando experiências em torno de um colégio católico, deixa entrever essa identidade geracional, percebida no excerto seguinte: “Exercíamos nossa paquera, pois, sob a proteção da imprensa e das Forças Armadas.”. A partir desse, pode-se inferir que se tratava do período ditatorial vivido pelo país e questionado e criticado pela população jovem.

A juventude que Paulo da Costa Ramos representa em seus escritos é bastante específica. Frequentou e morou em torno do perímetro central da cidade – o que já demonstra um poder aquisitivo mais elevado, pertencendo, assim, às classes médias e altas urbanas – estudou no Colégio Coração de Jesus ou no Colégio Catarinense, como aborda o autor. Tais elementos são capazes de gerar uma identificação etária e de classe nos leitores de sua coluna, afinal, ex-alunos e ex-alunas das instituições citadas, que moraram ou fizeram os

46 Este pode ser percebido através da frase contida na crônica: “exercíamos nossa paquera, pois, sob a proteção da imprensa e das forças armadas.” Entendendo-se assim que os momentos de juventude expostos pelo cronista foram vivenciados em meio à Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil a partir de 1964.

47 Com o crescente número de escolas particulares na cidade o colégio precisou adequar sua proposta, ficando responsável assim não apenas pelas elites do Estado, mas também pela educação de parte das classes médias, que com a abertura da escola a estas novas possibilidades, puderam estudar no CCJ.

48 PASSERINI. *Op. cit.*, p. 317.

trajetos relatados pelo autor e sociabilizaram entre seus pares no mesmo período possivelmente sentiram-se parte daquilo que estava sendo contado naquelas linhas. Esse autorreconhecimento como classe, como unidade pode ser aproximado aos estudos de Luisa Passerini relativos aos *teenagers* americanos de 1950:

Tratava-se da primeira geração de adolescentes americanos privilegiados, mas sobretudo da primeira geração que apresentava uma coesão acentuada, um auto-reconhecimento enquanto comunidade especial com interesses comuns. A figura do adolescente que de tal modo emergia era associada sobretudo à vida urbana e encontrava seu habitat na *high school* – que parecia transformada num cosmo em si mesmo [...]⁴⁹

A geração de Paulo da Costa Ramos, descrita em seu texto, pode ser delimitada pelo próprio historiador, pois “a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula.”⁵⁰ Assim, entende-se que a geração descrita é uma parcela de jovens da cidade de Florianópolis, que durante as décadas de 1950 e 1960, vivenciou o perímetro urbano central e, por estudarem em escolas correspondentes (em classe social, por exemplo) identificam-se entre si, forjando assim uma identidade geracional biológica, ou mesmo determinada simplesmente pelo lugar.

O que a crônica aqui estudada nos traz é, pois, uma mistura de elementos biográficos que pretendem contar histórias de uma geração, histórias de juventude de uma determinada classe social, com elementos que ajudam a contar institucionalmente a história da escola em prol das comemorações de seu centenário. O autor traz em sua narrativa personagens do seu núcleo familiar, agregando a estes tias, avós e sobrinhas para comporem uma história da tradição em educar, construindo assim uma imagem de si mesmo e da instituição.

No fim do texto o autor ainda evidencia a presença massiva de sua família na instituição:

Eis aí quatro gerações completas convivendo com o mesmo passado, a mesma raiz: todas ex-alunas e aluna do Colégio Coração de Jesus. E esse número se multiplica extraordinariamente se levadas em consideração tias, primas, sobrinhas. Talvez chegue à casa da centena.⁵¹

49 PASSERINI. *Op. cit.*, p. 354.

50 SIRINELLI, Jean-François. *Op. cit.*, p. 133.

51 RAMOS, Paulo da Costa. *Op. cit.*

Em suas linhas, a crônica escrita pelo autor vai delineando o espaço que a escola ocupa na sociedade catarinense e, além disso, auxilia o autor na construção de sua própria história diante de seus leitores, apontando também seu próprio espaço na sociedade. Ter uma família com mãe, tias, primas tendo estudado no CCJ denota – pelos escritos do cronista – prestígio na sociedade que o lê.

As histórias produzidas durante o centenário do Colégio Coração de Jesus nos possibilitam pensar em temáticas bastante relevantes para a História do Tempo Presente. Ora, se esta se preocupa tanto com as discontinuidades, é no forjar das permanências e continuidades – como a narrativa da crônica – que é possível pensar, por exemplo, o partilhar de experiências de juventude por uma mesma geração, principalmente, pensando-se aí num recorte de classe, de lugares na sociedade e de espaços de sociabilidade. A juventude que partilhou as sociabilidades nas saídas da escola, seja pela Rua Trompowsky ou pela Praça XV, pode ser delimitada pensando nela como uma entre tantas outras juventudes – e gerações – experienciadas neste mesmo período na cidade de Florianópolis, entendendo as intenções do autor em tornar as vivências descritas por ele uma unidade da cidade.

Estas vontades de unificar, de perceber a reunião de ex-alunos como ato particular à cidade de Florianópolis e a todos os seus cidadãos aparece também nas narrativas construídas após a festa. O destaque aqui se dá para a publicação *Palavra do Coração*, jornal de circulação interna que se dedicou em um de seus números a produzir a história daquela data festiva e, consequentemente, o acontecimento.

O dia que começou com fogos de artifício e terminou com uma missa, celebrada pelo arcebispo Dom Eusébio Sheid, é narrado no jornal do Colégio não só através da escrita como pelas fotografias que são destaques da publicação. A comemoração das ex-alunas – e sua aparente alegria em estar junto naquele momento – tomam o espaço de *Palavra do Coração* num esforço em demonstrar ali o quão significativo foi o Colégio para a cidade. Este elo entre cidade e colégio parece ser tão importante para a instituição – afinal, é preciso este elo para sustentar a escola num tempo presente que prevê diversas demandas com ofertas mil para a educação – que a frase que finaliza a publicação enfatiza esta relação ao afirmar que “O colégio esteve sempre presente no coração da cidade. É uma escola aberta ao mundo, modelo de disciplina e qualidade”.⁵²

O destaque foi, não só o pertencimento que a escola aparenta ter com a cidade, mas também o acolhimento da instituição por toda a cidade no seu centenário. Esta ideia aparece tanto nas colunas sociais, nas crônicas, como também nos escritos do jornal de circulação interna. Ao propagandear este pertencimento, bem como as ex-alunas em festa, mostra-se o

52 Palavra do Coração, edição especial, ago. 1998, n. 6.

suposto impacto que o evento causou na cidade e as emoções que promoveu num dia de recordações provocadas, seja pelo ambiente escolar produzido, seja pelo prédio centenário, ou mesmo pelo encontro com os colegas de juventude.

O *feliz reencontro, o maior da cidade* foi um investimento para que se perenizasse uma imagem da instituição em comunhão com a comunidade da qual entende fazer parte; ativando estes elos afetivos o Colégio promoveu não só sua festa como marco e acontecimento na cidade, como também publicizou suas formas de educar num tempo presente que exigiu mudanças.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de Teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.
- BIANCHEZZI, Clarice. “Novos rumos dentro da Igreja: a comunidade de religiosas Fraternidade Esperança”. In: SOUZA, Rogério Luiz de & OTTO, Clárcia (orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Phillippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHEREM, Rosangela Miranda. “Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina”. In: BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- CUNHA, Maria Teresa Santos & LEAL, Elisabeth Juchem Machado. *A educação da mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino*. Relatório de pesquisa. UFSC. 1991.
- _____. “Mensageiro de Sociabilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (Florianópolis, 1946 – 1952)”. In: MORGA, Antônio Emílio. (org.) *História, cidade e sociabilidade*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2011.

- _____. “Diários Pessoais: Territórios abertos para a História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DALLABRIDA, Norberto. *Fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : LTC, 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HARTOG, François. “Regimes de historicidade: Time, History and the Writing of History: The Order of Time”. In: *KVHAA Konferenser*. Stockholm: 1996. Disponível em: «http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html#*».
- HEINZ, Flávio Madureira (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MUDROVIC, Maria Inês. “Por que Clio retornou a mnemosine?” In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF & Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.
- PASSERINI, Luisa. “A juventude, metáfora da mudança social: dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. V. 2.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. “As utilidades do passado na biografia dos objetos”. In: *Futuro do Pretérito. Escrita da História e História do Museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010.
- RAMOS, Paulo da Costa. “100 anos”. In: *O Estado, Caderno Opinião*, p. 02, 26 de junho de 1998
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ANDRADE, Ana Luíza M. S. de (...) USP, Ano V, n. 7, p. 105-128, 2014

_____. *Tempo presente*: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

Memórias femininas enunciativas da história estratégias de umbandistas e católicas em Santa Catarina

Clarice Bianchezzi

Professora de História da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e
mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Cristiana de Azevedo Tramonte

Professora de Educação e doutora em Ciências Sociais
pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

Este artigo visa compreender o papel da memória na constituição coletiva de grupos femininos religiosos, especialmente umbandistas e católicas. O cenário do desenrolar dos fatos é a cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. O estudo centra-se essencialmente nos recursos da memória evidenciados pela história oral - como esta contribui para fundamentar estratégias de sujeitos e grupos, evidenciando identidades e destacando aspectos e momentos marcantes da história pessoal e coletiva, dando especial destaque à consolidação de espaços históricos e reconhecimento social que resultam de tais processos.

Palavras-chave memória, grupos religiosos femininos, reconhecimento social.

Abstract

This article aims to understand the role of memory in the collective constitution of religious female groups, especially Umbandistas and Catholics. The scenario where the facts progress is the city of Florianópolis, Santa Catarina State, in southern Brazil. The study focuses primarily on memory capabilities substantiated by oral history – in how these contribute to underlie subjects' and groups' strategies, demonstrating identities and highlighting crucial aspects and moments of ones' personal and collective history, with special emphasis on the consolidation of historical spaces and social recognition that result from these processes.

Keyword memory, female religious groups, social recognition.

O artigo examina a constituição coletiva de grupos femininos religiosos de umbandistas e católicas. Indagando os dados evidenciados pela história oral e possibilitados pela recuperação da memória grupal, busca-se desvendar como esta contribui para fundamentar estratégias de sujeitos e grupos. A constituição de identidades relevadas pelos aspectos e momentos marcantes da história pessoal e coletiva dos sujeitos participantes permite elucidar a consolidação de espaços históricos e o reconhecimento social que resulta de tais processos.

O grupo católico examinado no artigo é integrante da Congregação das Irmãs da Divina Providência e seus projetos sociais desafiam a orientação conservadora da Igreja católica à época estudada - anos do regime ditatorial militar - e ultrapassam as instituições escolares de elite em que atuavam. O outro grupo enfocado é o que se articula em torno das umbandistas pioneiras em Santa Catarina, dentre elas a então jovem médium Antonieta dos Passos.

O estudo das estratégias e articulação religiosa, identificados nas memórias orais destes dois grupos destaca momentos marcantes vivenciados: as católicas, respaldadas pela Conferência Episcopal de Medellín - Colômbia, expandem a atuação para setores sociais excluídos, o que, na prática, resultou em enfrentamento com a instituição que as abrigava. As umbandistas vivendo na profunda invisibilidade social apoiam-se na força espiritual dos Orixás para consolidar sua possibilidade de sobrevivência e articular possíveis grupos apoiadores que pudessem, com seu prestígio social e poder político, sustentar e impedir a perseguição religiosa sofrida por estas e permitir a expansão de seu campo religioso. Destacamos, assim, como os vestígios selecionados e evidenciados pela memória oral foram utilizados para construir referências históricas, memórias de sujeitos de sua própria história religiosa e social.

Umbandistas em Santa Catarina: memórias da violência institucionalizada

É em um contexto bastante repressivo para as religiões afro-brasileiras - anos 1940 - que Antonieta Maria dos Passos, 71 anos, inicia-se na Umbanda.¹ Praticante da religião desde a idade de 20 anos, Mãe Antonieta, revela as estratégias utilizadas pelos adeptos para transpor o estágio das benzeduras praticadas nas casas e chegar à abertura de terreiros, buscando driblar a repressão:

Na época tinha pouco terreiro...as pessoas atendiam em casa, benziam, faziam consulta, mas desenvolver médium não, porque não tinham terreiro. O primeiro terreiro de Umbanda que conheci

1 O contexto histórico era o Estado Novo, instalado em 1937, de caráter ditatorial, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas que instaurou diversas medidas proibitivas também no campo cultural religioso.

foi Dona Clarinda... Mas não era um terreiro com atabaque, que naquele tempo era muito escondido porque a polícia, Deus o livre, se a polícia chegasse e encontrasse atabaque, ia preso.² Era palmas e muito silenciosas.³

O relato afirma o caráter de atuação na “clandestinidade” e a necessidade de elaboração de estratégias por parte das religiões afro-brasileiras em Florianópolis para garantirem seu espaço de atuação. A esmagadora maioria dos terreiros, bem como de benzedores, era composta por mulheres.

Se observarmos o que ocorria em nível nacional, com reflexos em âmbito estadual, pode-se constatar que a tônica imperante do momento era a construção de um sentimento de brasilidade e identidade nacional. Este nacionalismo emergente nas primeiras décadas do século XX apresentava duas faces antagônicas entre si, mas com pontos de contato oriundos dos resultados que provocava e das transformações que desencadeava. De um lado, apresentava-se um nacionalismo que reivindicava o reconhecimento de um Brasil mestiço cuja noção de brasilidade negava as teorias de “embranquecimento para a prosperidade do país” - propostas na passagem do século XIX para o século XX - e propunha, em seu lugar, a concepção de um tripé formado pelo negro, índio e branco europeu, que, alicerçados no pilar da mestiçagem sustentariam a identidade nacional.⁴

Entretanto, se as políticas e lutas por afirmação identitária da primeira metade do século XX afirmaram um Brasil “mestiço”, cuja identidade incluía a participação negra, de origem africana e suas práticas o que permitiu que os terreiros religiosos afro-brasileiros

- 2 Braga relata o caso de Aninha Obábii, fundadora do famoso Ilé Axé Opô Afonjá, do São Gonçalo do Retiro que, utilizando-se de seu prestígio, conseguiu chegar até o então presidente Getúlio Vargas e solicitar-lhe a permissão para o uso dos atabaques nas festas dos candomblés, que tinha sido proibido com a instalação do Estado Novo em 1937. Osvaldo Aranha intercedeu a favor e o Decreto 1202 liberou então os instrumentos de percussão. O relato da mãe-de-santo umbandista Antonieta Maria dos Passos, de Florianópolis, revela que, ainda nos meados dos anos 50 do século XX, esta proibição permanecia vigente apesar do fim do período autoritário getulista e aparente “redemocratização” do país. BRAGA, Julio. *Repressão e resistência nos Candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- 3 TRAMONTE, Cristiana. *Com a bandeira de Oxalá!:* trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli; Itajaí: Editora da UNIVALI, 2001. p. 81.
- 4 A este respeito declara Ortiz: “O que quero mostrar é que a operação Casa Grande e Senzala possibilita enfrentar a questão nacional em novos termos, daí eu ter afirmado que o sucesso da obra se encontra também fora dela. Ao permitir ao brasileiro se pensar positivamente a si próprio, tem-se que as oposições entre um pensador tradicional e um Estado Novo não são imediatamente reconhecidas como tal, e são harmonizadas na unicidade da identidade nacional”. (grifo nosso). ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Ortiz refere-se a um dos mais importantes estudos sobre a constituição nacional, especialmente a estrutura cultural e étnica do povo brasileiro. Denominado “Casa Grande e Senzala”, o estudo de autoria de Gilberto Freyre, marcou simbolicamente a dualidade nacional que determinava as relações sociais no Brasil de então e contribuiu decisivamente para inserir o tema da constituição étnico-racial do povo brasileiro, especificamente a mestiçagem, seus fundamentos e implicações.

abrissem suas portas publicamente, por outro, não impediu que a violência, impregnada nas instituições, nos seus agentes e na sociedade em geral, continuasse a atingir seus adeptos. Na realidade concreta, batidas policiais nos terreiros, perseguições de toda ordem, violência sobre os religiosos, duras críticas nos meios de comunicação e a estigmatização pelo senso-comum eram os companheiros constantes das religiões afro-brasileiras na Florianópolis da década de 1940.

O depoimento de Mãe Antonieta⁵ representa um verdadeiro documento de época sobre a questão. “Naquela época [refere-se a 1948, quando iniciou] a polícia não aceitava a Umbanda. A única religião espírita que a polícia e a sociedade aceitavam era o kardecismo”.⁶

As religiões mediúnicas – aí incluídas a Umbanda e o Kardecismo - foram meios alternativos de adaptação do homem brasileiro à vida urbana, cumprindo papéis de fontes de orientação (substituindo a tradição e a autoridade) aceitação de valores urbanos e profanos, busca de coerência com a ciência e a atitude científica etc.⁷ Entretanto, embora haja um “continuum” entre as duas religiões, em nível social o tratamento dado a estas foi completamente diferenciado. O kardecismo, originário das camadas médias brancas intelectualizadas, inspirado nas ideias do francês Allan Kardec, terá aceitação e tolerância maior pelo pensamento hegemônico da sociedade de classes e suas instituições. Ortiz⁸ analisa como se realiza a integração do universo religioso afro-brasileiro na moderna sociedade nacional e seu resultado mais originalmente brasileiro: a Umbanda. Ele demonstra que a religião umbandista nasce junto com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. Entretanto, a aceitação do kardecismo será muito maior do que a Umbanda, considerada mais “africanizada”, além da diferenciação em sua composição social. Historicamente, quanto mais africanizado o ritual, mais “baixo espiritismo” foi considerado.

Braga aponta que, na aceitação dos kardecistas e rejeição aos umbandistas estava subjacente “a relação das classes sociais reproduzida no contexto das disputas religiosas que

5 Em Florianópolis, já na primeira década do século XX havia publicações espíritas kardecistas. O kardecismo foi aceito muito antes do que Umbanda, da qual as primeiras publicações de que se tem notícia datam da década de 1960. Note-se que a linha do jornal espírita era bastante hostil à Igreja Católica publicando matérias como “Bigamia implantada nesta capital pelo Frade Evaristo”; (SCHLICHTING, 1989, p.176). Os kardecistas enfrentavam de frente as forças hegemônicas do governo e Igreja Católica. Embora não saibamos quais as perseguições que o jornal sofreu, e se as sofreu, é extensa sua permanência no tempo. Os kardecistas tinham força suficiente já à época - 1917 - para enfrentar as forças repressoras, situação muito diversa da Umbanda, que, décadas após, ainda não logrará vitórias significativas neste enfrentamento, como aponta o depoimento de Mãe Antonieta.

6 TRAMONTE, Cristiana. *Op. cit.* p. 83.

7 CAMARGO, Candido. *Procópio Ferreira de kardecismo e umbanda: uma interpretação sociológica*. São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1961.

8 ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1978.

colocava a população pobre e negra e a classe média baixa como praticantes de um baixo espiritismo”⁹ que deveria, portanto, ser eliminado da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX transformava-se a sociedade brasileira e junto com esta, ocorre também uma transformação cultural. Segundo Ortiz “as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado no conjunto da sociedade global brasileira”.¹⁰

Embora o autor acredite que a religião umbandista se legitima à medida em que integra os valores da sociedade global, esta afirmação deve ser relativizada, pois se examinarmos a trajetória da Umbanda em Florianópolis veremos que, em nenhum momento ela legitimou os valores, mas ao contrário, enfrentou-os com diversas táticas resistindo à repressão em todos os níveis. É ilustrativo o relato de Mãe Antonieta:

A polícia chegava de supetão. Aí vinha a cavalaria. No terreiro que me iniciei a sessão começava às 2 e terminava às 6 da tarde. À noite não podia ter sessão. Mesmo à tarde a gente tinha que estar esperta para ver se vinha polícia ao longe... se a gente desconfiava encerrava. Minha mãe-de-santo... conhecida por Dona Mima foi muito judiada por causa da religião. Bateram muito nela, quebraram o altar, não ficou nada em pé. Isso foi mais ou menos em 1955... A polícia invadiu, o cavalo foi pisando as pessoas, com crianças e tudo dentro do centro.¹¹

Ortiz analisa que a Umbanda é fruto das mudanças sociais processadas após os anos 1930, exprimindo a consolidação de uma sociedade urbano-industrial. As antigas tradições afro-brasileiras desagregaram-se canalizadas para uma nova modalidade religiosa.

Claro está, pelo depoimento da mãe-de-santo Antonieta, a não consonância com os valores emergentes da nova sociedade urbano-industrial, o que explicaria a violência contra a prática umbandista. Assim, estamos de acordo com Ortiz quando afirma que a Umbanda é o resultado da desagregação das antigas tradições africanas – que tentam perpetuar-se no candomblé – mas, em Florianópolis, a Umbanda enfrentará dificuldades imensas e seus adeptos serão considerados uma “ameaça”.

Na liderança religiosa, bem como na liderança de toda e qualquer resistência à violência, estavam sempre as mulheres. Estas também são responsáveis por perpetuarem a memória do grupo. Entre estas, estará principalmente a mulher negra e pobre, impedida de manifestar suas práticas culturais espirituais de cura – ainda que isolada e discretamente – e mais ainda suas “africanidades”. Esta população feminina, invisível pela força da exclusão provocada pela herança escrava - agravada pela opressão secular da condição feminina - dos

9 BRAGA, Julio. *Repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 1.

10 ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 12.

11 TRAMONTE, Cristiana. *Op. cit.*, p. 84.

séculos anteriores e pelas práticas “higienizadoras e modernizadoras” do século XX será totalmente estigmatizada e a cultura da qual é portadora será impiedosamente reprimida.

A Umbanda representará uma alternativa adequada à esta população na Florianópolis pós-anos 1930. Sendo uma “síntese brasileira”,¹² portadora da herança cultural dos negros e indígenas, do catolicismo e abarcando também o kardecismo europeu das classes médias, atrairá grande número de simpatizantes majoritariamente das classes populares, atingindo também as classes médias e elites - ainda que de forma quase invisível aos leigos - rapidamente se estendendo por toda a cidade, como veremos mais tarde. Esta elasticidade de seu campo de influência é perceptível ao constatar que, desde seu surgimento, com as enormes dificuldades que se depreende do depoimento de Mãe Antonieta, a Umbanda cresce vertiginosamente até os dias atuais, cobrindo toda a área urbana da Grande Florianópolis.

A entrevistada revela que a violência policial não arrefecia.¹³

Eles [os policiais] entraram, com criança e tudo lá e bateram na minha mãe-de-santo e deram ordem de ir presa. Nós, que éramos os filhos-de-santo¹⁴ e até o pessoal da assistência, falamos que se ela ia presa, nós caminharíamos junto com ela, sozinha ela não ia. Mas eles fizeram um cerco e nós não pudemos acompanhar. Levaram ela com a própria roupa do orixá. Nessa hora ela estava com a Cabocla Jurema. Daí ela já estava toda arreventada, tudo que foi dente que tinha na boca eles quebraram. Era soco ali, soco lá, o sangue correndo. Os dentes ficaram um caco. Mas a Jurema não subiu.¹⁵

O aspecto da solidariedade grupal combina-se a uma dupla resistência: de um lado, o grupo de filhos-de-santo e assistência do terreiro que decidem acompanhar a mãe-de-santo; de outro, a própria entidade espiritual, Cabocla Jurema, que não “sobe” (não desincorpora da médium) apesar das agressões sofridas:

Aí a Cabocla Jurema falou que ela era muito Cabocla para segurar o cavalo¹⁶ dela; que nós deixasse que ela não ia morrer, mas também não ia subir. Botaram ela num carro e levaram. Nós acompanhamos, eles fizeram com ela um desfile na praça pública, em frente ao Palácio do Governo

12 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

13 TRAMONTE, Cristiana. *Op. cit.*, p. 86.

14 Iniciado na religião: “que se submeteu ao processo de iniciação para servir de suporte à descida dos orixás entre os humanos”.CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. RJ, Forense Universitária, 1977, p. 130.

15 Quer dizer, a entidade não desincorporou do médium, não abandonou o espaço terreno.

16 “Pessoa que serve de suporte para a “descida” dos orixás e entidades. Médium, também cavalo-de-santo. Nos candomblés de caboclo e na Umbanda é chamado também de aparelho e na Quimbanda, burro”. CACCIATORE. *Op. cit.*, p. 87. Na Grande Florianópolis ouvi a expressão “médium”; raríssimas vezes “cavalo” e nenhuma vez “burro”.

na época. Não gosto de me lembrar. Foi uma época muito sacrificada aquela nossa. Aí, com a roupa da Cabocla - uma saia estampada com um saiote de pena por cima, de penacho, arco e flecha, tudo isso eles fizeram ela levar. Daí, saltaram com ela na Praça e subiram com ela na frente, fizeram ela desfilar como se fosse num carro de carnaval, uma fantasia, mas a Jurema não suspendeu. A polícia quis malhar nós, mas a gente enfrentou, não íamos deixar ela sozinha.¹⁷

Pode-se inferir a energia advinda da consciência étnica da mãe-de-santo: ser “muito cabocla” neste contexto significa ser forte e destemida, como os caboclos, descendentes mestiços dos heroicos e míticos indígenas do imaginário nacional elaborado no período do Romantismo brasileiro.¹⁸ A ridicularização de roupas rituais e a exposição pública da médium demonstram a impunidade dos agressores e a condescendência pública com a humilhação sofrida pelo grupo, já que a entrevistada não menciona qualquer ato de apoio por parte dos transeuntes da praça. A expressão “não ia morrer, mas também não ia subir” reúne duas manifestações sobrepostas da resistência: a da pessoa física da mãe-de-santo que tranquiliza o grupo afirmando que “não ia morrer” e a da entidade Cabocla Jurema garantindo que “também não ia subir”.

Quanto ao conjunto que envolve o grupo de médiuns e a mãe-de-santo agredida, podemos afirmar que este, no momento do conflito, utilizou a tática da “não-violência ativa”. Proposta pelo líder indiano Mahatma Gandhi¹⁹ e seguida pelo líder negro norte-americano Martin Luther King, consiste em ações de resistência coletiva sem que, sob nenhum pretexto, empregue-se a violência física. Embora em nível micro-estrutural e localizado, pode-se caracterizar desta forma a tenacidade do grupo de religiosos em torno da mãe-de-santo,

17 TRAMONTE, Cristiana. *Op. cit.*, p. 86.

18 Sodré analisa como em torno do índio surge e cresce, com o passar do tempo um conjunto de ideias reflexo do surto capitalista no mundo. Neste momento de transformação política e econômica algumas relações sociais declinam, outras ascendem e o mito do índio vai servir de motivo para as críticas sobre os problemas criados por esta fase de mudança, de rápida deterioração de valores. O autor demonstra como, no contexto da ascensão burguesa seria um contra-senso valorizar o negro, que fornecia o trabalho e estava no extremo inferior da hierarquia social. Como os leitores pertenciam, em geral, à classe dominante podiam aceitar a ideia de valorização do índio. “Numa sociedade escravocrata, honrar o negro teria representado uma heresia”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 268. Apesar deste quadro contraditório em relação à valorização do negro, o mito do indígena apresentado como um indivíduo puro, leal e corajoso sobreviveria muito tempo após a falência do movimento literário que o popularizou, o Romantismo. Este imaginário permanecerá, atingirá as camadas populares e será fundamental na constituição da figura dos “caboclos” da Umbanda e dos “candomblés de caboclo”.

19 No contexto da luta contra o colonialismo inglês na Índia, propõe a resistência não-violenta tenaz e incansável dos povos. Por exemplo, o povo indiano deveria protestar contra o domínio inglês recusando-se a comprar e usar os tecidos fabricados pela indústria daquele país. A Índia foi colônia da Inglaterra até 1947. Em Florianópolis, na mesma época, as religiões afro-brasileiras foram duramente reprimidas, resquícios de um colonialismo que ameaçava destruir as bases culturais da população negra para afirmar suas raízes, racionalistas e brancas.

acompanhando-a durante toda a trajetória do terreiro até a praça onde foi exposta publicamente e permanecendo a seu lado nos momentos de maior tensão, apesar do rechaço violento e ameaça por parte dos policiais.

Fica claro, pelo episódio relatado, que três modalidades de forças complementares concentravam-se nos religiosos: uma, a força social do grupo em torno da mãe-de-santo Jurema, posto máximo na “hierarquia do santo”, motivo maior pelo qual os médiuns e toda a assistência deslocaram-se; outra, a força espiritual do coletivo orientado pela Cabocla Jurema - incorporada na mãe-de-santo, tranquilizando e orientando o grupo afirmando que “não ia subir” e, por último, a pessoa física da mãe-de-santo também resistindo.

O relato prossegue em detalhes do embate violência x resistência, mas não caberia analisar todo o caso aqui. Importa perceber que a estratégia coletiva do grupo está presente na memória feminina da opressão e da violência institucionalizada e daí nasce também a força mítica religiosa.

Memórias da vivência da “educação libertadora”:²⁰ do religioso ao social

O segundo caso no qual a memória tangencia a história dos sujeitos e do grupo religioso do qual atualmente fazem parte, passa-se na mesma região de Mãe Antonieta. Trata-se de lideranças da Congregação das Irmãs da Divina Providência, grupo de religiosas católicas atuantes em Florianópolis desde 1897, e também proprietárias do Colégio Coração de Jesus, tradicional na educação de meninas da elite catarinense. Ao assumir a direção do referido colégio a religiosa Flávia Bruxel, em 1968, incentiva e desenvolve princípios educacionais que diferiam dos até então praticados dentro dessa unidade educacional católica. Estas diretrizes se aproximavam dos princípios da educação confessional oriundos do Concílio Vaticano II e, posteriormente, da definição adotada para América Latina a partir da II Conferência Episcopal Latino-americana ocorrida em Medellín - Colômbia em outubro de 1968, a educação libertadora:

Propormos uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos “educação libertadora”, isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. [...] A educação em todos os seus níveis deve chegar a ser criadora, pois deve antecipar o novo tipo de sociedade que buscamos na América Latina;

20 Definição presente no documento das conclusões da Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín, que no *item 4 da Promoção Humana*, vai descrever os indicativos para o desenvolvimento de uma educação que promova o ser humano à condição de libertação tanto das opressões sociais como fanatismos religiosos. CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

deve basear seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundamento a consciência de sua dignidade humana, favorecendo sua livre autodeterminação e promovendo seu senso comunitário.²¹

A Igreja latino-americana passou por um processo de transformação e redefinição de identidade, desde os anos 1960. A Conferência de Medellín tornou-se o marco principal ao delinear essas linhas identitárias, “Medellín dará uma expressão oficial e uma dimensão eclesial a processos históricos já existentes”.²² O momento de Medellín é destacado como o ponto no qual os textos resultantes do Concílio Vaticano II, foram “reinterpretados pelos religiosos a partir do contexto dos países subdesenvolvidos”,²³ redimensionando os caminhos para a Igreja latino-americana.

Esse documento [Medellín 1968] tornou-se a Magna Carta do catolicismo progressista latino-americano, ensejando o desenvolvimento da Teologia da Libertação, da chamada opção preferencial pelos pobres e das CEBs. A declaração de Medellín exacerbou as divisões na Igreja. Levou os conservadores a iniciar uma campanha contra a teologia da libertação e o envolvimento do clero em ativismo social.²⁴

Serbin,²⁵ ao apontar esse documento como a “Magna Carta” do catolicismo progressista, localiza no tempo e espaço o referencial religioso adotado pelas lideranças que se identificam com a Teologia da Libertação e a chamada linha progressista da Igreja. Delineava-se, nesse momento da História da Igreja, mais uma identidade que visava superar o formalismo institucional ao optar pela prática católica no meio das pessoas pobres e sua realidade.

Ressaltamos também que na “II Assembleia Geral do CELAM em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos elaboraram uma declaração na qual clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina”²⁶ assumindo a ‘opção preferencial pelos pobres’, que motivou as ações sociais-militantes- religiosas de integrantes de setores da Igreja católica latinoamericana e brasileira.

21 CELAM. *Op. cit.*

22 ARAUJO, Camilo Buss. *A sociedade sem exclusão do Padre Wilson Groh*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004, p. 25.

23 *Idem.*

24 SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 242.

25 *Idem.*

26 SERBIN, Kenneth. *Op. cit.*, p. 98.

O professor Tito Lívio, que atuou no colégio como professor de Filosofia, relembra um dos momentos marcantes dessa nova prática educacional, com as turmas de alfabetização que são criadas e atendidas dentro das dependências do Colégio no centro da cidade:

A Flávia, na época, ela quis, abrir o Colégio à noite, que geralmente ficava fechado, para que as pessoas da comunidade pudessem estudar de graça, com os professores do Colégio com o mesmo nível dos turnos matutino e vespertino.²⁷

O fato de permitir o acesso ao tradicional colégio da elite de um público composto por pessoas oriundas das classes empobrecidas de Florianópolis gerou descontentamento das classes médias e elite por colocar no mesmo espaço social pobres e ricos, eliminando a distinção social que proporcionava às famílias que tinham filhos que estudavam no Colégio Coração de Jesus - CCJ.

A lembrança selecionada por este professor enfatiza a mudança de público atendida neste colégio, com a entrada desta diretora. É uma memória de ruptura, que evidencia o conflito que passa a se configurar no interior da unidade educacional e conseqüentemente, na unidade da Congregação religiosa.

Mirian Schlickmann, ex-diretora leiga do Colégio aponta outros elementos de mudança desencadeados por Irmã Flávia enquanto diretora do CCJ:

Na direção da Flávia ela tratou de trabalhar muito as questões de participação, liberdade com responsabilidade, abriu um pouco o Colégio de uma perspectiva de classe econômica social alta de Florianópolis, atendendo a burguesia de Florianópolis, para um espaço que fosse mais popular e mais acessível à população. Esse trabalho teve por base: no âmbito religioso, por se tratar de uma Escola confessional, a Teoria da Organização Humana, os escritos de Medellín, a influência do Vaticano II e, isso eram textos que eram também analisados e refletidos em reunião de professores entendendo uma outra lógica de escola confessional, não voltada à burguesia, mas podendo ser aberta a toda a população.²⁸

Ao falar do CCJ, Schlickmann, nos traz a informação de que os primeiros passos rumos à modificação da atuação religiosa se deram dentro da unidade do Colégio, espaço educacional de grande representatividade social em Florianópolis, que era respeitado e reconhecido não só pela sua tradição católica na educação *esmerada* das filhas de elite política

27 MENEZES Jr., Tito Livio de Bem. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em maio 2005*. Florianópolis - SC. Acervo da autora, p. 01.

28 SCHLICKMANN, Mirian. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, maio 2005*. Florianópolis - SC. Acervo da autora, p. 01.

e social de Florianópolis, mas também pelo *status* de ser o tradicional colégio das Irmãs da Divina Providência na capital catarinense.

Temos, novamente, também na fala desta depoente, traços marcantes de memória de mudança, ruptura que, evidenciada, sinaliza o papel que esta unidade escolar passa a desempenhar na prática religiosa da Congregação, influências e referências que teriam contribuído para tal transformação educacional e a adoção de “outra lógica de educação confessional”. O espaço que ora atendia uma única classe social é apontado nestas memórias como um local que se torna mais “acessível à população”. Mas, porque isso é relembrado selecionando tais elementos?

Num tempo de transição de idéias e de métodos, de 1962 e 1974, sucederam-se [na direção do Colégio Coração de Jesus] Irmã Artúris Reckziegel, Irmã Marlise Furini, Irmã Ida (Ana Bertha) Fröhlich e Irmã Flávia Bruxel, a qual, no sexênio de 1968 a 1974, em plena efervescência da “revolução estudantil” e impulsionada pelas fortes idéias novas da época do Concílio e da conferência de Medellín, tornou o colégio “misto” e abriu-o a maior número de alunos carentes, sobretudo em cursos noturnos.²⁹

A memória oficial da Congregação, por sua vez, quando se trata da atuação de Irmã Flávia a frente do referido colégio, destaca que “*tornou o colégio “misto” e abriu-o a maior número de alunos carentes, sobretudo em cursos noturnos*”. O que merece nossa atenção é o destaque de que houve uma maior abertura a alunos “carentes”, sugerindo com isso que era prática anterior do colégio atender alunos “carentes” – seriam esses bolsistas?

Ao focar que durante essa abertura foram os cursos noturnos que tais alunos frequentavam, fazemos duas constatações em relação a essa memória oficializada: 1) alunos “carentes” que não frequentavam a mesma sala de aula que a das classes mais abastadas e 2) oportunidade educacional ofertada pelo colégio. Nenhuma exclui a outra, mas fica evidenciado que a abertura citada esteve cerceada ou pela prática educacional consolidada de longa data em tal colégio ou pela intenção de dirimir enfrentamentos com os pais e alunos que tradicionalmente eram “clientes” deste colégio.

A respeito da líder Flávia, o professor Antenor Napolini declara: “a Flávia era muito corajosa. Destemida, a palavra é essa mesmo”.³⁰ A memória deste professor enfatiza que enquanto diretora da instituição de ensino, a religiosa Flávia protagonizou ações “destemidas” que atendiam também às pessoas dos extratos sociais mais baixos da sociedade

29 KÖRBES, Irmã Madalena. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência*: de 1929 a 2003. Porto Alegre: Calábria, 2004, p. 83.

30 NASPOLINI, Antenor. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em maio 2008*. Florianópolis - SC. Acervo da autora, p. 07.

florianopolitana; está também fazia questão de evidenciar que o Colégio Coração de Jesus estava vivendo outra forma de fazer educação, de vivenciar a vida religiosa, algo que não era somente compreendido e praticado por esta religiosa, mas por um grupo que se destacava por compartilhar estes mesmos princípios.

As atividades conjuntas reuniam as crianças das unidades infantis da periferia aos alunos do tradicional Colégio, como declara a ex-diretora (leiga) Mirian Schlickmann: “mas quando era festividade e tinha atividade conjunta essas crianças do Caieira do Mocotó eram alunos do Coração de Jesus, registrados, matriculados, tudo. Então se fazia comemorações conjuntas.”³¹ Há aqui vestígio da festa e da confraternização como referência de memória e da mudança que foram protagonizadas dentro deste colégio.

A ex-diretora rememora este reencontro entre grupos de alunos oriundos de locais sociais diferenciados demonstrando que esses momentos tinham um objetivo articulado com a proposta educacional agora proposta para este colégio.

Entretanto, esta convivência não foi aceita de forma pacífica pelos pais, pela sociedade local, por parte da hierarquia da Igreja e pelo grupo de religiosas de postura mais arraigada à tradição educacional que anteriormente vinha se desenvolvendo no Colégio Coração de Jesus. Afinal, marcava uma mudança significativa no papel que o colégio desempenhava na educação da elite e, tais projetos, destoavam do cotidiano e tradição desta unidade escolar.

Uma ameaça como aquele pai que me disse: olha por um dia tá, mas não vira moda esse negócio, porque até sarna meu filho vai pegar. (Declaração de um pai por ocasião da reunião com os pais/mães das crianças matriculadas no CCJ/Centro, para informar que as crianças do Projeto Caieira e Mocotó iriam passar um dia no Colégio, usando o parque infantil). Na mesma reunião foi pedido aos pais das crianças do CCJ/Centro que o lanche fosse oferecido pelas crianças do CCJ/Centro, cada uma trazendo de casa o dobro do que trazia todo dia. (...) Uma [coisa] é o colégio nos bairros e vê que nós nunca criamos uma escola no bairro. É uma sala do Coração de Jesus lá no bairro. Então a criança do Caieira o que que ela é? É aluna do Colégio Coração de Jesus. Então, de repente, esses pais se perguntam: do Caieira, uma menina que é aluna do Colégio Coração de Jesus? Isso era uma ameaça para eles.³²

Novamente, professor Napolini reporta-nos a momentos por ele rememorados dos encontros de confraternização entre “as salas do CCJ” do Centro e dos bairros de periferia. Destaca elementos de solidariedade católica e de partilha nos quais as crianças eram incentivadas a praticar nestes encontros, mas também uma memória celebrativa e

³¹ SCHLICKMANN, Mirian. *Op. cit.*, p. 01.

³² NASPOLINI, Antenor. *Op. cit.*, p. 06.

fundacional, indicando que esses momentos podem dar a dimensão do que foi o trabalho educacional diferenciado desenvolvido por pessoas leigas, como este professor, e religiosas inspiradas pela Teologia da Libertação que congregava os chamados setores “progressistas” da Igreja católica.

Importante destacar que somada a algumas iniciativas adotadas dentro do CCJ - como abertura do colégio à noite para alfabetização de Jovens e Adultos pobres em 1969/70, estudo dos documentos de orientações teológicas e sociais da Igreja católica latino-americana - no ano 1975 ocorreu a eleição para direção geral da Província do Coração de Jesus,³³ o que contribuiu, significativamente, para definição das novas frentes de atuação da Congregação das Irmãs da Divina Providência em Santa Catarina, como por exemplo, as já citadas unidades de educação infantil.

Nesta Assembleia da Congregação das Irmãs da Divina Providência, em 1975, além da eleição, ocorrem modificações nos Estatutos e o Regimento da Província, “tanto pela necessidade de se adaptar a evolução de todos os setores no mundo moderno como para atender necessidades internas”.³⁴

O grupo de religiosas em questão, após desgastantes enfrentamentos, desentendimentos, posturas e compreensões divergentes sobre o papel da religiosa na sociedade da década de 1970, se desligam, aproximadamente sessenta e nove freiras, da Congregação e fundam a Associação de Vida religiosa Fraternidade Esperança, buscando viver os princípios da Teologia da Libertação e os novos referenciais apontados pela Igreja Latino-americana via Conferência de Medellín. Essas mulheres religiosas se mantêm unidas em torno de um novo “Projeto de Vida que para si escreveram: o da *Fraternidade Esperança*”,³⁵ no qual se identificam como prática religiosa.

No uso sereno e livre deste direito fundamental e inviolável de pessoas batizadas, em resposta consciente ao apelo de Deus, as Irmãs que hoje integram a *Fraternidade Esperança*, a um dado momento da história de sua salvação, resolveram *redefinir sua opção por vida consagrada*, à luz dos ensinamentos e dos apelos do Episcopado Latino-americano em Medellín.³⁶

33 Província é o nome que se dá a sede da Congregação das Irmãs da Divina Providência que tem sob sua jurisdição e administração várias casas, hospitais, colégios localizados em diversas cidades (tanto podem ser em um único estado, ou agregar dois ou mais estados).

34 *Revista Pastoral de Conjunto*. Ano II, n. 115, fev. 1975. Arquidiocese de Florianópolis. p. 41.

35 PANINI, Frei Fábio. *Carta redigida a Dom Gregório Warmeling*. Bragança Paulista, 17 de fevereiro de 1980. Arquivo sede da Fraternidade Esperança em Bragança Paulista - SP (grifos no original).

36 *Idem*.

Um projeto construído para e com as comunidades periféricas, excluídas da distribuição de bens materiais e culturais, um projeto que foi decisão coletiva, mas também decisão pessoal ao escolher a opção por uma nova vida religiosa em conjunto, experienciado, vivenciado e assumido por nova identidade religiosa.

Considerações finais

Os dois casos apresentados acima – envolvendo o grupo de umbandistas e o das líderes católicas irmãs da Fraternidade Esperança – revelam a relação intrínseca entre a ação religiosa, a liderança sólida individual e coletiva e a possibilidade de exercer poder, não afinadas com os extratos sociais de elite predominantes. Melhor dizendo, apresentam a possibilidade de fazer frente às concepções excludentes quando estas significam restrição da ação religiosa/espiritual e/ou social e política em seus fundamentos essenciais.

As religiosas umbandistas e católicas revelam, através da memória oral, os bastidores do autoritarismo brasileiro nas épocas em que se ocorreram. Michael Pollak³⁷ afirma que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”³⁸ Essas mulheres na então provinciana Florianópolis atuaram como lideranças decisivas para alargar o espaço espiritual e social dos campos religiosos em que estão imersas. Religião, resistência e memória entrecruzam-se no Brasil pela liderança religiosa feminina decisiva e sustentam estratégias de alargamento do campo social das populações colocadas à margem da sociedade civil brasileira.

Referências bibliográficas

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. Povo-de-santo, povo de festa. Estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista. Dissertação de Mestrado, USP: São Paulo, 1992.

37 POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

38 *Ibidem*, p. 7.

- BIANCHEZZI, C. & TRAMONTE, C. A. (...) USP, Ano V, n. 7, p. 129-144, 2014
- AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. *Povo-de-santo, povo de festa: estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*. Dissertação de Mestrado, USP: São Paulo, 1992.
- ARAÚJO, Camilo Buss. *A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.
- BRAGA, Julio. *Repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- _____. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CAMARGO, Candido. *Procópio Ferreira de kardecismo e umbanda: uma interpretação sociológica*. São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1961.
- Capítulo das Irmãs da Divina Providência – encerramento. Revista Pastoral de Conjunto. Ano 11, n. 115, fev. 1975. Arquidiocese de Florianópolis.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FERRETTI, Sergio F. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: EDUSP; São Luís: FAPEMA, 1995.
- JORNAL O ESTADO. Florianópolis, 5/5/1971; 19/5/1971; 30/12/1978.
- KÖRBES, Irmã Madalena. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência: de 1929 a 2003*. Porto Alegre: Calábria, 2004.
- LODY, Raul. *Candomblé: religião e resistência cultural*. São Paulo: Ática, 1987.
- MENEZES Jr., Tito Livio de Bem. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em maio 2005*. Florianópolis - SC. Acervo da autora.
- NASPOLINI, Antenor. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em maio 2008*. Florianópolis - SC. Acervo da autora.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PANINI, Frei Fábio. *Carta redigida a Dom Gregório Warmeling*. Bragança Paulista, 17 de fevereiro de 1980. Arquivo sede da Fraternidade Esperança em Bragança Paulista-SP.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- SCHLICHTING, Aída Melo. *Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Florianópolis (1914-1930)*. Curso de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1989.
- SCHLICKMANN, Mirian. *Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, maio 2005*. Florianópolis - SC. Acervo da autora.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- TRAMONTE, Cristiana. *O samba conquista passagem: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba de Florianópolis*. Florianópolis: Dialogo/NUP-UFSC, 1996.
- _____. *Com a bandeira de Oxalá! : trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli; Itajaí: Editora da UNIVALI, 2001. p. 81.